

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

TRANSIÇÕES INCERTAS

Os jovens perante o trabalho e a família

Maria das Dores Guerreiro
Pedro Abrantes

Estudos n.º 2

2.^a edição

TRANSIÇÕES INCERTAS
Os jovens perante o trabalho e a família

Maria das Dores Guerreiro
Pedro Abrantes

2.^a edição

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

Título: “Transcrições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família”

Colecção: “Estudos”

Autoras: Maria das Dores Guerreiro
Pedro Abrantes

Revisão de provas: Ana Paula Salada

Edição: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
Av. da República, 44 – 2.º e 5.º – 1069-033 Lisboa
Tel.: 217 803 700 • Fax: 217 960 332 – 217 801 203
E-mail: cite@cite.gov.pt • Sítio: www.cite.gov.pt

Execução gráfica: Editorial do Ministério da Educação

Depósito Legal: 252 087/07

ISBN: 978-972-8399-16-0

Tiragem: 2000 exemplares

Lisboa, 2007

O conteúdo desta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opinião da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	5
II.	TRANSIÇÕES NA MODERNIDADE	13
	(Re)configurações estruturais	15
	Entre o local e o global	17
	Convulsões no mundo do trabalho	21
	A emancipação feminina e a dominação masculina	28
	Família e identidade	31
	Padrões de transição para a vida adulta	39
III.	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	45
	As entrevistas de grupo focalizadas	47
	As entrevistas individuais	50
IV.	PERCURSO EDUCATIVO: OPORTUNIDADES E DESIGUALDADES	55
	Uma escola que não é para todos	56
	Os corredores da faculdade	60
	A expansão do ensino profissional.....	64
	Voltar às aulas, em tempo de trabalho e de família	67
	Sobre a desarticulação entre educação e trabalho	70
V.	INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL: CONDIÇÕES E RISCOS	73
	Muito trabalho, pouco emprego	74
	Insegurança ou mobilidade	78
	A flexibilização do trabalho: remunerações e horários	83
	O desemprego: um risco sempre presente	87
	Os direitos dos trabalhadores: os sindicatos e o Estado	89
	Os valores: a realização de projectos e a estabilidade financeira	92
	A importância do capital relacional	95
VI.	VIDA FAMILIAR: AFECTOS E PROJECTOS	97
	A parentalidade precoce: estratégias e acidentes	98
	Sair de casa com destino incerto	102
	Gozar a vida em casa dos pais	106
	O “pacote familiar”: comprar casa, casar e ter filhos.....	109
	A projecção de uma vida a dois tempos.....	114

VII. O GÉNERO NA TRANSIÇÃO: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES	117
Uma questão de prioridades?	118
Fluxos contraditórios nos percursos de escolaridade	122
O género no emprego: formas subtis de discriminação	125
A prevalência das assimetrias no plano familiar	129
A (re)construção do género durante a transição	132
VIII. CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E FAMÍLIA: APOIOS E SENTIDO DOS DIREITOS	135
O contributo das entidades empregadoras	136
O papel do Estado	139
O apoio da família	143
IX. TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA: PERFIS E SINGULARIDADES	149
Transições profissionais	150
Transições lúdicas	153
Transições experimentais	154
Transições progressivas	156
Transições antecipadas	158
Transições precárias	160
Transições desestruturantes	162
X. CONCLUSÃO	165
XI. BIBLIOGRAFIA	169

I. INTRODUÇÃO

O estudo das jovens gerações tem sido objecto de análise da sociologia portuguesa desde que esta se constituiu como disciplina académica. Nas décadas mais recentes, sobretudo na última, assistiu-se a um crescente interesse pela problemática da juventude e as investigações proliferaram sobre as mais diversas temáticas a que os jovens possam estar associados – identidades e culturas, valores e representações juvenis, trajectos escolares e sociais (Pais, 1996).

Numa época de fortes mudanças, em que o decréscimo da fecundidade e o crescimento da longevidade estão a gerar o envelhecimento acentuado da população, a centralidade das pesquisas sobre as gerações mais novas indicia a importância que a sociedade lhes atribui. Tal sensibilidade explicará, pelo menos em parte, a tendência actual para ver essas gerações como problema ou com problemas (Roche e Tucker, 1997). O conceito sociológico de juventude, aliás, procura dar conta dos novos contornos, porventura contraditórios, que ela tende a assumir, em termos de dependência e autonomia. Ao reconhecer-se socialmente a esta categoria social uma extensão progressivamente maior, tanto num como noutro dos limites da respectiva faixa etária, concede-se maturidade em idades mais precoces, por um lado, enquanto se prorroga cada vez até mais tarde a idade de assumir responsabilidades e de adquirir independência, pelo menos no plano material. A juventude, categoria emergente na primeira metade do século XX, surge agora como decomponível em várias fases e dimensões, através das quais se transita para a vida adulta (Bourdieu, 1980; Cavalli e Galland, 1995).

No conjunto vasto de pesquisas realizadas em Portugal sobre estas temáticas, os processos de transição para a vida adulta terão, até há bem pouco tempo, sido dos menos estudados, com excepção do estudo pioneiro de José Machado Pais (1991; 1993), principalmente na óptica de procurar compreender o modo como os jovens percebem o futuro e a articulação das suas vidas profissional e familiar, enquanto adultos. Nos últimos anos são de referir estudos de âmbito mais vasto em que alguns destes tópicos têm sido abordados, designadamente as transições escola-trabalho (Alves, 1998; Pais, 1998a; Pais, 1998b; Pais, 2001) ou os projectos de conjugalidade (Torres, 1996; Vasconcelos, 1998).

Mais escassas ainda têm sido, entre nós, análises comparativas com outros países, desde início concebidas a partir das mesmas metodologias e procedimentos. Exceptuam-se aqui, trabalhos como os realizados por José Machado Pais (1999), inscritos em redes europeias de pesquisa (Angvik e Borries, 1977), ou os da rede em que os autores deste estudo se integram, também a nível europeu, que desde 1996 tem centrado as suas preocupações de investigação comparada sobre o tema da transição para a vida adulta dos jovens europeus e sobre as formas como estes encaram o trabalho e a família no futuro (Lewis *et al.*, 1998; 1999; Brannen *et al.*, 2000).

Este livro, *Transições Incertas*, resulta precisamente desta última linha de pesquisas de âmbito europeu, a qual usufruiu, numa última fase, do apoio de uma bolsa de investigação promovida pela CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, entidade particularmente interessada a nível nacional na promoção de políticas de igualdade de oportunidades e de conciliação entre trabalho e família, bem como em investigações que as possam sustentar.

O trabalho aqui apresentado identifica as principais modalidades de passagem à condição de adultos que caracterizam os jovens portugueses, as expectativas e preocupações que sentem acerca do emprego, e como pensam articular vida profissional e vida pessoal. Estabelece, além disso, comparações com os resultados obtidos noutros países envolvidos em estudos similares, dando conta das particularidades e semelhanças encontradas entre a população jovem do nosso país face às dos seus pares europeus.

Nos dias de hoje, banalmente designados por era da globalização, à medida que as inovações tecnológicas se disseminam e colocam ao dispor das populações dos países mais industrializados o acesso à informação e todo um conjunto vasto de recursos, encontram-se cada vez mais pontos de convergência entre as formas de ser jovem e de viver a transição para o estatuto de pessoa adulta. Os grandes quadros de valores sociais e morais, orientadores das condutas, vão-se tornando universais. Em sociedades envelhecidas como as europeias, as gerações mais novas vão sendo encaradas como um bem escasso e muito valorizado, havendo forte investimento na preparação do seu futuro. Assiste-se a uma progressiva uniformização dos sistemas formais de ensino, no plano dos conteúdos e dos tempos de duração da aprendizagem de crianças e jovens. A aprendizagem pela via empírica do fazer foi substituída pela educação

formal. O trabalho infantil, característico das sociedades tradicionais, é penalizado.

Quanto às diferenças de género, que implicavam formas distintas de socialização de raparigas e rapazes, preparando umas e outros para contributos sociais específicos, também se esbateram. A ambos os sexos são actualmente consignados idênticos modelos educativos, que gradualmente se vão prolongando no tempo, e preparam tanto homens como mulheres para o exercício de uma actividade profissional. Está-se na posse de aptidões para integrar o sistema de emprego somente em fase adiantada do ciclo de vida. É-se dependente até idade tardia. Ter autonomia económica e constituir a sua própria família, sejam quais forem os significados que tal assume hoje em dia, apresenta-se como uma situação não atingida rápida nem facilmente pela grande maioria dos jovens em vários países. Os modos de vida das novas gerações vão, assim, apresentando contornos próximos em latitudes distantes.

Mas apesar destes traços semelhantes que se apresentam como grandes tendências caracterizadoras da juventude “global” e dos modos de transição para a vida adulta, os contextos inerentes a cada sociedade interpõem-se na estruturação dos percursos juvenis e das suas perspectivas de vida, presente e futura. Não são, por exemplo, idênticas, as oportunidades de educação e formação a que acedem os jovens num qualquer país da Europa central ou do norte, ou em Portugal. A inserção profissional também apresentará condicionantes distintos, com mais ou menos possibilidades continuadas de formação e qualificação. De igual modo podem encontrar-se diferenças no plano cultural. Além disso, ser materialmente dependente até idade avançada pode não significar, para boa parte dos jovens de vários países, como por exemplo França (Galland, 1995) ou Noruega (Nilsen, Guerreiro e Brannen, 2002), permanecer em casa dos pais até entrar na conjugalidade, como ainda acontece com a maioria dos jovens portugueses (Vasconcelos, 1999).

Um outro plano em que se desenham os modos de transição para a vida adulta é o que se prende com as assimetrias de posição sócio-económica, estruturadoras de percursos sociais. Pode-se permanecer na dependência dos pais até mais tarde ou tem-se desde cedo de prover ao seu próprio sustento. Isto é, prolonga-se a escolaridade, assegurando a obtenção de diploma que garanta inserção profissional mais favorável, ou antecipa-se a entrada no mercado de trabalho, com baixas qualificações e com sujeição a maior precariedade no emprego.

A dimensão do género, apesar das mudanças que têm conduzido à aproximação de papéis masculinos e femininos, traz também configurações distintas a estas transições. Autores vários o apontam (Galland, 1995; Casal e Garcia, 1995; Lewis *et al.*, 1999). Na altura de sair de casa dos pais e nas condições em que constituem uma unidade doméstica autónoma, no abandono ou prolongamento dos estudos, nas oportunidades de inserção na vida activa, rapazes e raparigas, de um modo geral, apresentam diferenças entre si.

Para além dos níveis estrutural e cultural, e na perspectiva de autores como Beck (1992) ou Casal (1996), o modo como se delinea a transição para a vida adulta decorre ainda da decisão e acção do sujeito. A capacidade individual de definir estratégias e traçar projectos, no quadro dos recursos e oportunidades disponíveis, acrescentaríamos nós, pode também gerar modalidades específicas de transitar para a vida adulta e de perspectivar o futuro.

As análises que se têm debruçado sobre as formas de transição para a vida adulta chamam também a atenção para a cada vez menor linearidade sequencial destes processos. Se as dimensões tradicionalmente identificáveis do estatuto de adulto remetem para o fim do percurso educativo, o início de uma actividade profissional e a constituição de uma nova família (Pais, 1993; Cavalli e Galand, 1995; Guerreiro, 1998), presentemente assiste-se à desconexão entre tais fases transicionais e à emergência de novos momentos, de duração variável, também eles componentes essenciais dos percursos para a vida adulta. A precariedade do emprego pode ser identificada como um factor decisivo destas alterações, obrigando jovens a alternar períodos de independência com outros de dependência económica relativamente aos pais. As novas formas de perspectivar o casamento e as relações afectivas também jogam aqui papel notório. Já não é preciso sair de casa dos pais para se viver uma experiência amorosa, o casamento pode já não ser para toda a vida, nem tampouco o viver em casa própria tem de estar associado à conjugalidade.

Em todo o caso, independentemente das sequências e combinações possíveis entre as diversas dimensões do processo de passagem ao estatuto de adulto, das maiores ou menores dificuldades de integração no mercado de trabalho, da diversidade dos modelos familiares a que adiram, o exercício regular de uma actividade remunerada, susceptível de assegurar independência económica, e a constituição de uma vida pessoal

ou familiar, material, simbólica e espacialmente autónoma da família de origem, parecem constituir elementos centrais da identidade adulta.

Neste livro pretendemos mostrar como se configuram os modos de transição para a vida adulta dos jovens portugueses e de que forma estes perspectivam as suas vidas, a nível profissional e familiar.

O primeiro capítulo tece uma reflexão em torno do quadro social da modernidade e das mudanças que lhe estão associadas, nas quais se desenrolam os processos que conduzem as actuais jovens gerações à condição adulta. É aqui feito um itinerário pelos principais contributos sociológicos que suscitam a compreensão das dinâmicas das sociedades contemporâneas que estão na base das configurações estruturais da modernidade, nas suas diferentes fases, menos ou mais avançadas. O desenvolvimento científico e técnico, e de vários modelos de Estado-Providência, o aumento das qualificações escolares e profissionais, as alterações dos comportamentos demográficos e familiares, dos papéis e identidades sexuais, por um lado, mas também, e sobretudo numa fase de modernidade mais avançada, a manutenção, se não o acentuar de desigualdades sociais, a precarização dos vínculos laborais, o aumento da competição económica, a par da emergência de fenómenos de individualização e do enfraquecimento de alguns sistemas de protecção social, constituem o pano de fundo em que se recortam as diferentes modalidades de transição para a vida adulta por parte dos jovens contemporâneos.

Avançam-se de seguida algumas considerações metodológicas sobre o presente estudo. Faz-se referência ao projecto internacional em que se inscreveu desde 1996, proporcionando elementos comparativos da realidade social portuguesa com a de outros países. Dá-se igualmente conta da combinação de diferentes procedimentos metodológicos utilizados: recolha e análise de informação estatística, entrevistas de grupo focalizadas e entrevistas individuais, apresentando-se as dimensões analíticas estruturadoras das entrevistas bem como os principais elementos de caracterização social dos entrevistados.

O terceiro capítulo faz a análise das oportunidades e desigualdades subjacentes aos diferentes percursos educativos dos jovens portugueses. A par do crescimento das faixas populacionais com acesso a escolaridade prolongada e de nível superior que se tem verificado em Portugal, o ensino básico obrigatório ainda não atinge com sucesso a generalidade

das gerações mais novas. Vários condicionalismos sociais obstam a que tal aconteça, contribuindo para a manutenção de assimetrias, cerceando oportunidades, induzindo a trajetórias mais vulneráveis por parte de alguns, enquanto outros, ainda uma minoria, encontram na escola e particularmente na universidade uma porta para percursos melhor sucedidos.

As condições e riscos dos percursos profissionais destes jovens são também aqui discutidas. Mostra-se como a maioria dos jovens de ambos os sexos vêm na obtenção de um emprego que lhes confira autonomia financeira um elemento determinante do processo de passagem à vida adulta, por um lado, enquanto, por outro, reconhecem as dificuldades de encontrar esse emprego. Não só a iniciação da actividade profissional apresenta obstáculos, como a instabilidade que caracteriza as primeiras experiências profissionais tende a prolongar-se no tempo, exigindo de muitos jovens disponibilidade e dedicação em proporções pouco conciliáveis com as responsabilidades da vida familiar. A possibilidade de fazer uma carreira profissional em país estrangeiro, a flexibilização do trabalho e o risco de desemprego são também aqui analisados, tal como o são o modo como encaram os sindicatos e o papel do Estado na salvaguarda dos seus direitos. O capítulo termina com a análise das perspectivas dos jovens acerca dos aspectos que valorizam no trabalho e sobre a importância atribuída ao capital relacional, enquanto mecanismo de acesso a boas oportunidades profissionais.

O capítulo quinto debruça-se sobre os percursos familiares dos jovens. Analisando a pluralidade de possibilidades de transição familiar que as sociedades modernas oferecem, e também as condicionantes estruturais inerentes aos diferentes meios sociais de que os jovens provêm, foram discutidas as três principais vias de transição familiar protagonizadas pelos jovens – parentalidade e casamento precoces; novos modos de vida e semi-dependência em casa dos pais –, reflectindo-se sobre o modo como estes modelos se aplicam à realidade portuguesa. A análise das entrevistas mostrou estar ainda bastante presente entre os jovens portugueses o modelo da parentalidade precoce, com ou sem casamento, ao passo que é de reduzido significado o viver sozinho ou partilhando residência com amigos ou colegas. A coabitação conjugal, por seu lado, ganha adeptos entre os entrevistados, tendo vários deles experienciado tal modalidade, e outros manifestado desejo de o fazerem. Com ou sem vínculo formal, viver em casal e com filhos permanece ainda o modelo idealizado pela maioria dos jovens. Mas começa também a ser

significativo o conjunto daqueles que permanecem até tarde em casa dos pais, por opção individual ou por falta de autonomia económica.

Sobre os percursos de género, respectivas desigualdades e diferenças, constata-se que a par do esbatimento das desigualdades de género, verificáveis no acesso das mulheres ao mundo do trabalho e aos níveis superiores de escolaridade, persistem assimetrias entre raparigas e rapazes, muitas delas decorrentes de processos de socialização diferencial. Os modos de transição para a vida adulta de umas e outros revelam tais duplicidades. Admitindo existirem convergência de valores e perspectivas entre ambos os sexos, os entrevistados acabam por reconhecer a persistência de desigualdades em situações e contextos concretos, tanto na esfera familiar como na profissional.

No capítulo sobre conciliação trabalho-família, apoios e sentido dos direitos, são identificados os problemas que os jovens enfrentam no âmbito do exercício de uma actividade profissional e as principais instituições de que esperam obter apoio para conciliarem profissão e vida privada. A cultura dos horários prolongados, a par da insegurança vivida presentemente na maioria dos empregos, gera condições pouco propícias à assunção de responsabilidades familiares, nomeadamente no que respeita àquelas que filhos crianças exigem. Cada vez mais famílias de dupla profissão, os jovens casais precisam de todo um conjunto de serviços familiares (Guerreiro, 2001), sejam eles prestados numa base formal ou informal, estejam ou não consagrados nos direitos instituídos. As entrevistas revelam que em geral estes jovens apresentam um fraco “sentido dos direitos”, do mesmo modo que também é pouco desenvolvido o seu “sentido das necessidades”. Remetendo para si próprios, enquanto indivíduos, o encontrar de soluções para as dificuldades de conciliação trabalho-família com que eventualmente se deparem, e sendo esta questão encarada em geral como mais específica das mulheres, manifestam ter poucas expectativas relativamente às entidades empregadoras.

O mesmo já não acontece, porém, face ao Estado, de quem esperam em primeiro lugar que actue enquanto instância fiscalizadora que zele pelo cumprimento da legislação em vigor. Do Estado esperam também apoios a nível do acesso à habitação – vista como um dos aspectos importantes na passagem à vida adulta –, da criação de infraestruturas de acolhimento de crianças e da implementação de licenças de parentalidade, pese embora a diversidade de perspectivas prevalecentes sobre esta matéria,

algumas muito críticas no que respeita à impossibilidade real de serem usufruídas por pais e mães em situação de emprego precário.

Da família de origem, embora tratando-se de uma geração em que as mães destes jovens já estarão maioritariamente integradas no mercado de trabalho, esperam apoio para informalmente obviarem às dificuldades não supridas por si próprios nem pelas outras entidades. É ainda de relevo o contributo dos ascendentes, que mais não seja como recurso para situações imprevistas ou como apoio complementar ao fornecido por outras instâncias. Na verdade, a importância que a família de orientação representa é em geral vista como significativa, e serão comuns as situações em que o jovem casal procura um local para residir perto de familiares, para mais facilmente estas trocas se efectivarem.

Por fim, no último capítulo do livro apresenta-se uma sistematização das diversas e complexas formas como os trajectos e identidades juvenis se articulam, conduzindo a um conjunto de sete perfis ideal-típicos de transição para a vida adulta. Designámo-los por transições profissionais, lúdicas, experimentais, progressivas, antecipadas, precárias e desestruturantes.

Esta variedade de modos de transição assumirá pesos diferenciados no conjunto da sociedade portuguesa. Uns tipos, mais do que outros, encontram correspondência em determinados grupos sócio-económicos. Também nalguns destes tipos será possível identificar transições tipicamente femininas, enquanto outros projectam sobretudo percursos masculinos. Relativamente a todos eles, porém, embora com gradientes distintos, é possível retirar a conclusão de que no nosso país, para as jovens gerações, a relação trabalho-família é revestida de tensões, dilemas e incógnitas que sugerem o título “transições incertas” dado a este estudo.

II. TRANSIÇÕES NA MODERNIDADE

A questão das transições tem estado no âmago da empresa sociológica desde o seu início, constituindo o motor de inúmeras pesquisas, teorias, controvérsias. Na sua formulação mais abrangente, a discussão versa sobre os processos de transição das configurações sociais, nomeadamente do modelo rural-tradicional para o modelo industrial-moderno. Autores clássicos como Comte, Marx ou Weber dedicaram grande parte das suas obras a esta questão. Nas últimas décadas, embora este advento – habitualmente designado por “modernidade” – esteja ainda longe de estar concluído, o debate sociológico tem-se transferido, progressivamente, para as transições na própria modernidade, com alguns autores a proporem, inclusivamente, a aurora de uma nova era, pós-moderna.

Esta pesquisa centra-se numa transição bem mais localizada: a entrada dos jovens na vida adulta e independente. Até há bem pouco tempo, as pesquisas sobre a passagem dos jovens ao estatuto de adultos eram olhadas, pelos sociólogos, com algumas reservas, frequentemente conotadas com estudos da psicologia. Todavia, qualquer curso de antropologia para principiantes nos revela quão diferentes podem ser as formas juvenis e os modos de transição para a vida adulta, consoante a comunidade e a cultura em que ocorrem.¹ Inúmeros trabalhos etnográficos atestam que esses processos são, na verdade, construções sociais extremamente complexas, ancoradas em matrizes culturais e económicas específicas. Traços que, nas sociedades industrializadas, são imediatamente associados à transição para a vida adulta (como a insegurança e a instabilidade, as múltiplas opções e escolhas ou a conquista de independência) estão notavelmente ausentes do processo de transição em diversos grupos e comunidades (e. g. Mead, 1928).

Só a partir dos anos 70 é que a questão das transições para a vida adulta nas sociedades complexas mereceu destaque na sociologia, quer através de teorizações, quer através de pesquisas empíricas alargadas. A emergência desta área de estudos acompanhou a necessidade de dar resposta à preocupação que o tema começou a suscitar na opinião

¹ A própria juventude, enquanto grupo social com práticas, disposições e estilos de vida específicos, constitui uma construção social extremamente complexa e que tem sido amplamente documentada na sociologia contemporânea. Assim sendo, escusar-nos-emos a desenvolver esta questão, remetendo para bibliografia especializada sobre o tema (ver, por exemplo, Bourdieu, 1984; Pais, 1993; ou Lopes, 1998), preocupando-nos com o tópico central desta pesquisa: os modos de transição para a vida adulta.

pública. Devido à crise do mercado de trabalho e à multiplicação das subculturas juvenis, desde os anos 70, o percurso entre a juventude e a idade adulta tornou-se um problema social, a exigir investigação científica e intervenção política (Pais, 1993; Casal, 1997).

Nos anos 80 e 90, o interesse e dedicação dos sociólogos por este tema conheceu um aumento exponencial. Não apenas se tornou consensual que a transição para vida adulta constitui um processo intensamente social; considera-se, hoje, que essa transição é um eixo de estruturação quer das identidades quer das sociedades, bem como um campo fértil e fascinante para o pensamento sociológico. Como sugerem Banks e outros (1992), fenómenos sociais que nos habituámos a pensar como distantes – educação, ocupação profissional, família, política, cultura ou sociabilidades – surgem profundamente entrelaçados em complexos percursos biográficos e de (re)construção identitária. Um “fenómeno social total”, diria Mauss (1950). Além disso, em vez de estudar um grupo ou uma condição, explora processos ou trajectórias, o que obriga a uma abordagem, simultaneamente, dinâmica e diacrónica.² Mais do que obstáculos, a transversalidade e a diacronia (e sobretudo a duplicidade que se estabelece entre ambas) explicam a pertinência e o fascínio que o tema desperta hoje nos círculos sociológicos.

Neste sentido, o processo de transição para a vida adulta inscreve-se nas questões mais abrangentes acerca das transições na modernidade e só pode ser compreendido no âmbito dessas transformações de fundo nas estruturas sociais. Nas próximas páginas procura-se apresentar um mapa teórico-analítico que enumere e relacione diversas dinâmicas da modernidade, prestando especial atenção às esferas do trabalho, da família e do género. Sempre que possível, tentou-se combinar enunciados teóricos com dados estatísticos recentes, extraídos do recenseamento à população portuguesa realizado em 2001 pelo Instituto Nacional de Estatística. Por fim, discutem-se os modelos de transição para a vida adulta, nas sociedades complexas, à luz das transições na modernidade.

² Ao contrário do estudo, por exemplo, da condição juvenil, a abordagem das transições implica, nas palavras de Nilsen e Brannen (2002), “a life-course perspective”, isto é, obriga a equacionar as trajectórias dos indivíduos (desde a sua história passada, às suas ambições de futuro) no estudo das práticas e representações que o definem num certo momento. Esta questão é mais desenvolvida no capítulo dedicado à metodologia.

(Re)configurações estruturais

As sociedades contemporâneas são atravessadas por transformações estruturais de grande dimensão. Essas transformações adquirem formas diversas consoante os contextos e os locais. Todavia, é possível identificar um complexo de dinâmicas específicas que, em diferentes tempos e com variantes, têm-se desenvolvido nas diversas sociedades e conduzido a recomposições em todos os campos sociais, incluindo, obviamente, as formas de transição para a vida adulta. O conjunto de novas configurações estruturais a que esse processo deu origem designa-se vulgarmente por “modernidade(s)”³. Enquanto no centro e norte da Europa se estendeu ao longo dos últimos dois séculos, em Portugal, este processo apenas adquiriu forma na segunda metade do século XX e permanece ainda, em certa medida, “inacabado” (Machado e Costa, 1998).

A modernidade envolve a passagem de uma sociedade baseada na agricultura para uma centrada na indústria e, posteriormente, para uma sociedade em que os serviços adquiram maior importância. Isto implica, obviamente, o crescimento do sector terciário e o declínio das ocupações nos sectores agrícolas e industriais. Actualmente em Portugal, um país predominantemente agrícola até aos anos 60, os serviços empregam cerca de 60% da população e o sector primário apenas 5% (Censos 2001, Instituto Nacional de Estatística). A este fenómeno de “terciarização da sociedade” associa-se um outro, embora com contornos e intensidades muito diversos: a concentração das populações nas grandes cidades e, por conseguinte, o crescimento de zonas suburbanas e a desertificação das zonas rurais.

Um dos alicerces fundamentais da modernidade é, sem dúvida, o permanente desenvolvimento científico e tecnológico, que tem provocado um crescimento exponencial dos “sistemas periciais” (Giddens, 1973) e das profissões técnicas, baseadas nos conhecimentos adquiridos através dos sistemas escolares e académicos. Este fenómeno conduziu ao enorme aumento dos níveis de qualificações das populações (Machado e Costa, 1998). A informação, o conhecimento e a reflexividade tornaram-se, gradualmente, elementos estruturantes das sociedades contemporâneas, levando mesmo certos autores a anunciar a entrada numa 2.^a fase da modernidade: a “sociedade do conhecimento” (Lindley, 2000) ou a “modernidade reflexiva” (Lash e outros, 2000).

³ Note-se que este processo está longe de ser vivido da mesma forma nos vários países e locais, o que tem levado alguns autores a preferir o uso do plural: modernidades (Eisenstadt, 2001).

Resultado disso, os profissionais técnicos e de enquadramento constituem uma fracção cada vez maior e mais influente da população – na União Europeia, abrangem já 24% dos activos (Costa e outros, 2000). Caracterizam-se por trajectos escolares longos, incluindo estudos superiores, e uma entrada tardia e qualificada no mercado de trabalho. São geralmente trabalhadores dependentes mas a sua alta qualificação confere-lhes grande poder no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Neste sentido, formam um grupo social difuso, com valores, disposições e estilos de vida específicos, e que tem sido definido como “a nova classe média” (Giddens, 1973; Eder, 1993).

Note-se que esta expansão das qualificações superiores e respectivo adiamento da entrada no mundo do trabalho adquirem proporções diferentes nas várias sociedades e, em todo o caso, estão longe de abranger todos os jovens. Inquéritos recentes mostram que, em Portugal: 40% dos jovens entra ainda no mercado de trabalho no escalão etário dos 15-17 anos, sem possuir quaisquer qualificações (Alves, 1998); e cerca de metade dos jovens entre os 17 e os 24 anos têm o trabalho como meio de subsistência (Garcia e outros, 2000). Aliás, a “terciarização do emprego” envolve também um aumento (ainda que menos acentuado) dos sectores desqualificados dos serviços (Castells, 1996),⁴ além de que os sectores industriais e agrícolas continuam a precisar de mão-de-obra, muitas vezes, desqualificada.

A par com o acentuado aumento dos profissionais técnicos, os trabalhadores independentes e os empresários, não aumentando significativamente de número (Costa e outros, 2000), tendem a participar nos processos de qualificação, elevando os seus níveis de escolaridade. Ainda assim, alguns estudos mostram que, em Portugal, essa participação debate-se com inúmeros obstáculos, o que leva a que as classes independente e empresarial se caracterizem ainda por níveis de escolaridade muito baixos. A primeira é dominada pelos trabalhadores precários (Freire, 1995) e a segunda por um “pequeno e médio empresariado”, em que os recursos e disposições são fundamentalmente adquiridos no quadro da família (Guerreiro, 1995).

Por conseguinte, as sociedades modernas são marcadas por enormes assimetrias nos capitais culturais e escolares. Estas desigualdades são acentuadas em países como Portugal, em que a modernidade decorre a vários tempos. A par de intensos processos de qualificação da população,

⁴ Ao longo da última década, a classe dos “empregados executantes” aumentou em Portugal (Machado e Costa, 1998), embora, curiosamente, tenha decrescido ligeiramente na União Europeia, contrariando uma tendência das últimas décadas (Costa e outros, 2000).

subsistem altas taxas de analfabetismo (9% de acordo com o Censos 2001, INE), de insucesso e abandono escolar (Benavente e outros, 1994; Sebastião, 1998). A iliteracia (Benavente e outros, 1996) e o afastamento face à ciência (Costa e outros, 2002) caracterizam ainda fracções significativas da população, sobretudo em certas regiões do interior do país ou nas ilhas.

Em termos demográficos, a modernidade é marcada pelo declínio das taxas de natalidade, o que, juntamente com o aumento da esperança de vida, provoca um assinalável envelhecimento da população. Esta tendência, verificada no centro e norte da Europa desde a II Guerra Mundial, regista-se em Portugal desde os anos 70. Entre 1991 e 2001, enquanto a população total registou um ligeiro aumento, o número de jovens entre os 14 e os 25 anos diminuiu 8,1% (Censos 2001, INE).

Mais recentemente, a modernidade tem sido associada ao crescimento dos fenómenos de exclusão social. Um estudo recente de Garcia e outros (1999) mostra como, em certos contextos sociais, a falta generalizada de recursos económicos e culturais dá origem a situações de insucesso e abandono escolar, iliteracia, desresponsabilidade parental, marginalidade, que tendem a acumular-se e a reproduzir-se entre gerações. Numa sociedade em que o conhecimento e as qualificações desempenham um papel cada vez mais importante, mas onde o mercado de trabalho tende a não absorver toda a mão-de-obra, assiste-se ao fim do pleno emprego e à irrupção do desemprego crónico (ver tópico *Convulsões no mundo do trabalho*), atingindo sobretudo os grupos com menos recursos e reforçando a sua exclusão. A nova pobreza é, pois, caracterizada pela vida à margem das instituições (Capucha, 1998; Bruto da Costa, 2002), em “contentores de pobreza” situados nas grandes cidades, que exacerbam a exclusão, desqualificação e incomunicação (Conde, 1998).⁵

Entre o local e o global

Imbrincado nas dinâmicas da modernidade, o processo de globalização tem também induzido profundas transformações sociais, através da intensificação das relações entre as populações dos diferentes locais do mundo. Utilizando uma definição corrente na sociologia, a “globalização” é esse fenómeno de compressão dos espaços e aproximação dos locais, suportado por poderosas dinâmicas de

⁵ Note-se que esta tendência da modernidade não deve ser sobreavaliada, sobretudo em países como Portugal, marcados até muito recentemente por uma pobreza endémica e pela polarização de recursos e rendimentos (Garcia e outros, 2000; Costa e outros, 2000).

comunicação mas também de poder (Giddens, 1984). A produção sociológica da última década permite-nos compreender melhor este complexo fenómeno, por um lado, de integração e aproximação das sociedades, por outro, de crescimento das diferenças e desigualdades entre elas e no seu interior (Castells, 1998).

Em termos económicos e financeiros, a globalização caracteriza-se pela profunda interligação entre os mercados das mais variadas regiões do mundo. O desenvolvimento dos meios de comunicação, a abolição de barreiras alfandegárias e a enorme assimetria de recursos conduziu então ao crescimento exponencial de impérios empresariais, nas mãos de um grupo restrito de empresários, e que, desta forma, obtêm rendimentos milionários e controlam faixas cada vez maiores dos mercados. As alianças, estratégias e fusões das empresas multinacionais (Reis, 2001), a circulação de enormes fluxos de capitais e a mobilidade crescente dos dirigentes e empresários dá origem a redes ou comunidades “transnacionais” e a novas elites globalizadas (Portes, 1999). Este movimento é reforçado pela mobilidade demonstrada também pelos quadros técnicos (Peixoto, 1999), cada vez mais caracterizados por uma “condição cosmopolita” (Costa e outros, 2000). Este fenómeno transforma claramente os projectos e trajectos dos jovens (sobretudo dos mais qualificados), abrindo-lhes novas perspectivas e oportunidades.

No entanto, longe de constituir um processo unidireccional, a globalização envolve dinâmicas e fluxos em sentidos diversos. Refira-se, a título exemplificativo, os inúmeros movimentos e grupos com objectivos difusos e diversos, mas que contestam certas vertentes da globalização e lançam propostas e projectos alternativos (Castells, 1998; Santos, 2001). Estes movimentos, com base simultaneamente local e transnacional, parecem obter maior expressão, precisamente, entre as jovens gerações que se encontram na transição para a vida adulta, ainda que seja precipitado considerá-los característicos dessa categoria social.

Além disso, se a globalização é um processo de supressão das distâncias, é também um poderoso meio de localização dos recursos e das desigualdades. Longe de desaparecerem, os locais e as culturas são reconfigurados, hierarquizados e colocados em competição num sistema global (Santos, 2001). Os contextos locais continuam a ser dotados de “densidades territoriais” (Reis, 2001). Na problematização das transições, esta questão é fundamental, visto que, se os jovens se movem hoje num quadro global, a verdade é que os modelos culturais e as dinâmicas do mercado de trabalho continuam a demonstrar acentuadas variações consoante o país e o local (Banks e outros, 1992).

Essas “densidades territoriais” parecem ser tanto maiores quanto mais precária for a condição social. A crescente mobilidade dos grupos dominantes pode assim converter-se em exclusão dos grupos e locais mais desfavorecidos (Reis, 2001). Neste sentido, alguns autores têm considerado que, actualmente, existe um desfazamento entre o capital, que circula pelo globo, e o trabalho, que mantém a sua base local, devido a inúmeros obstáculos económicos, culturais e políticos (Beck, 2000). Isso explica as tendências actuais, quer dentro de cada país quer entre países, para a polarização dos recursos e o crescimento exponencial do fosso entre os mais ricos e os mais pobres (Santos, 2001).

Assiste-se, assim, à sedimentação de “universos da não-globalização” (Reis, 2001), marcados pela exclusão dos variados tipos de recursos: os “buracos negros da informação” (Castells, 1998). As condições miseráveis em que vivem as populações e a exclusão do acesso à riqueza e à informação alimentam, quantas vezes, regimes ditatoriais ou fundamentalistas (Appadurai, 1996).

É verdade que se regista também uma grande mobilidade dos trabalhadores desqualificados. Todavia, esses fluxos ocorrem em condições muito precárias, marcadas por privações, barreiras e inseguranças várias. Contingentes cada vez maiores de trabalhadores vagueiam pelo mundo em busca de melhor sorte e acabam, muitas vezes, em “contentores de pobreza” nos subúrbios das grandes cidades (Appadurai, 1996). A exploração da mão-de-obra migrante (Waters, 1995), conduzindo à formação de “enclaves imigrantes” (Portes, 1999), é pois um fenómeno cuja origem se perde na noite dos tempos, mas que se mantém e se intensifica no actual contexto global.

Na semi-periferia, Portugal enquadra-se de uma forma particular nestes processos migratórios. Sendo, ao longo do século XX, um país de emigração para a Europa, tem recebido, desde os anos 70, grandes fluxos de imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa. Em comparação com os conflitos que têm surgido em diversos países europeus, a integração dessas populações africanas tem sido relativamente pacífica, em parte, devido à menor distância cultural e económica face à população de acolhimento (Machado, 1994). Nos últimos anos, tem-se assistido à chegada em grande escala de trabalhadores da Europa de Leste, cujo processo de integração está ainda, em grande medida, por pesquisar.

Os mecanismos globais têm também colocado sobre pressão os poderes e funções dos Estados-Nação. Como resumiu Giddens (1984), o Estado-Nação tornou-se demasiado pequeno para as grandes questões,

demasiado grande para as pequenas. Diversos autores têm assim anunciado, nos últimos tempos, a falência do “Estado contentor” (Allun, 1995), a desregulação das estruturas nacionais (Reis, 2001; Nilsen e Brannen, 2002) e a crise do *welfare state* (Beck, 2000). Este fenómeno é reforçado pela crise de legitimidade dos sistemas políticos e consequente afastamento dos cidadãos da vida política (Castells, 1996).

No entanto, também aqui não devemos ceder a análises precipitadas. Não só o Estado continua a desempenhar um importante papel em diversas esferas da vida social – segundo dados do Eurostat (2002), a maioria das famílias na UE recebe pelo menos um tipo de benefício de protecção social –, como se assiste hoje ao surgimento de novas formas de intervenção do Estado (Smith, 2000). A promoção de redes e as estratégias de “descommodification” parecem estar na ordem do dia, baseando-se na cooperação com diversos actores e instituições, gerando plataformas de protecção contra os riscos do “mercado livre” (Esping-Andersen, 1991). Os novos modelos de assistência aos idosos através da articulação com as famílias (Lesemann e Martin, 1995) ou os incentivos às organizações de trabalho “amigas da família” (den Dulk e outras, 1999) são bons exemplos desta relativa reinvenção do papel do Estado, face aos novos desafios com os quais se confronta. Lewis (1998) sugere uma mudança de paradigma: face à individualização da sociedade e ao crescimento do risco, os jovens tendem a considerar que o Estado não constitui um suporte universal, mas sim uma rede de segurança para aqueles que têm mais dificuldades.

No caso específico dos países da Europa do Sul, o *welfare state* caracteriza-se tradicionalmente por dispositivos rudimentares ao nível da assistência social, baseados sobretudo na distribuição de subsídios (Silva, 2002)⁶. Face ao enorme peso da economia informal e do modelo familiar tradicional, o Estado constituiu sempre um actor secundário na protecção dos indivíduos. Enquanto nos países nórdicos a conciliação entre trabalho e vida familiar é promovida pelo Estado, na Europa meridional esses apoios públicos são escassos, depositando-se nas famílias (sobretudo no seu lado feminino) essa responsabilidade (Lewis e outras, 2002b).

Neste quadro, as últimas duas décadas em Portugal têm sido marcadas, não pelo desmantelamento do Estado, mas ao invés por políticas de reforço do Estado-Providência, incentivadas pelos fundos da União Europeia e intensificadas na segunda metade da década de 90

⁶ Voltando aos dados do Eurostat (2002), enquanto as famílias abrangidas por pelo menos um tipo de benefício de protecção social nos países mediterrânicos rondam os 50-60%, nos países escandinavos esses valores ultrapassam os 80%.

(Mozzicafreddo, 2002; Silva, 2002). Foram então criados diversos projectos, programas e experiências de apoio e protecção a grupos em situações de risco e exclusão, mas que chegam apenas a uma pequena parte da população e disponibilizam recursos e serviços claramente insuficientes. No caso da transição para a vida adulta, medidas como o rendimento mínimo garantido, a generalização do pré-escolar ou a massificação dos cursos de formação constituem estruturas básicas que promovem uma transição mais sustentável e qualificada, à imagem do que acontece noutros países europeus, mas que permaneciam ausentes da realidade portuguesa até meados dos anos 90.

Convulsões no mundo do trabalho

Os processos de modernidade e globalização têm gerado enormes convulsões no mercado de trabalho, com consequências muito significativas nas formas de transição dos jovens para a vida adulta. Numa primeira fase, desenvolveram-se grandes organizações, fortemente centralizadas e hierarquizadas, preparadas para a produção em larga escala, geradoras de condições de trabalho rígidas e estandardizadas, negociadas colectivamente com o Estado e os sindicatos. Subsistiam algumas franjas de trabalho informal e desregulado, mas eram associadas a sectores económicos periféricos ou “tradicionalistas”. Todavia, no último quarto do século XX, esta mescla dos modelos *taylorista* e burocrático parece ter entrado em crise⁷, sendo progressivamente substituída por uma multiplicidade de modelos mais versáteis e flexíveis, baseados na formação, na flexibilidade e nas redes (Waters, 1995; Freire, 1995; Clegg, 1998; Madureira, 2000).

As já referidas “terciarização” e qualificação do emprego têm conduzido diversos autores a equacionar a transição da economia industrial para uma economia baseada no conhecimento, na qual os analistas simbólicos constituem um grupo cada vez maior e com mais poder (Soete, 2000; Lindley, 2000). A formação, a criatividade e o trabalho em grupo tornaram-se assim alicerces fundamentais das organizações e, mais genericamente, das economias.

Simultaneamente, aguçados pelas mudanças tecnológicas e pela competição global, os novos sistemas de emprego encerram dinâmicas crescentes de flexibilização, desregulação e individualização das

⁷ O conceito de “crise” e a sua aplicação têm sido muito discutidos na sociologia. Segundo Rodrigues (1988: 36), pode-se falar de crise quando “os mecanismos associados à regulação em vigor se revelam incapazes de superar as crises cíclicas de um regime de acumulação que se afirmara anteriormente como viável”.

condições de trabalho (Castells, 1996; Rebelo, 1999; Beck, 2000). A tendência é para que estas condições – incluindo contratos, horários, rendimentos, tarefas – sejam diversificadas e temporárias. Assiste-se assim à extensão de formas “atípicas” de emprego (subempregada, prestações de serviços, trabalho temporário ou a tempo parcial), muitas vezes, nos interstícios das economias formais e com níveis insuficientes ou nulos de protecção social (Rodrigues, 1988; Castells, 1996; Beck, 2000).

Este processo, que inclui a precarização das relações e vínculos laborais (Freire, 1998), tem consequências profundas nas identidades profissionais (e pessoais) e na estrutura social. Os novos “trabalhadores livres” dispõem de mais oportunidades, liberdade e controlo, mas muito menos identificação e segurança laboral, dado que circulam continuamente no mercado (Beck, 1992; Martins, 1997). A capacidade permanente de adaptação e de redefinição das expectativas tornam-se cruciais no confronto com o mercado de trabalho (Rebelo, 1999; Lewis e outras, 2002a). As convulsões no “contrato psicológico” (Lewis e outras, 2002a), a perda da “segurança ontológica” (Giddens, 1991) e a incapacidade de organizar os projectos e trajectos de vida (Senett, 1999) são fenómenos que parecem afectar um número crescente de trabalhadores na era da flexibilidade. A permanente instabilidade no mercado de trabalho conduz a que alguns autores anunciem a falência da “sociedade do trabalho” e a transição para um novo modelo societal, a “sociedade do risco”, regido pela “economia da insegurança” (Beck, 1992, 2000).

A precariedade, a qualificação, a mobilidade e a competição no sistema de emprego acentuam a individualização dos trabalhadores, mesmo quando ocupam funções semelhantes. Nas sociedades contemporâneas, os percursos, projectos e riscos são, em grande medida, vividos individualmente. Ainda que mantenham uma base classista, as próprias desigualdades sociais tendem a ser vividas de forma individual (Beck, 1992). Segundo Lewis (1998), a valorização da responsabilidade individual e a precariedade dos vínculos laborais contribuem para que os jovens actuais tenham um reduzido “sentido dos direitos”, adoptando muitas vezes a perspectiva da empresa.⁸ Este processo enfraquece, obviamente, as organizações colectivas de trabalhadores. Confrontados

⁸ Muitos jovens gostariam de ter mais regalias no local de trabalho, sobretudo que facilitassem a vida familiar, mas raramente as consideram como direito, aderindo muitas vezes ao discurso da empresa (O'Connor, 1998). Consideram essas regalias, não como um direito social, mas apenas enquanto favores ou no caso de trazerem algum benefício para as empresas (Lewis e outras, 2002b). Este aumento da discrepância entre os desejos e o sentido dos direitos não acontece tanto no sector público (Lewis, 1998).

com dificuldades crescentes de fragmentação, legitimação e mobilização, os sindicatos desempenham um papel cada vez mais secundário na regulamentação do trabalho (Stoleroff e Naumann, 1993). Os jovens revelam, aliás, uma grande redução dos níveis de participação, de conhecimento e até de expectativas no movimento sindical (Lewis e outras, 2002b).

Note-se que prevalece ainda um sistema estável e padronizado de emprego. Na Europa este sistema emprega, aliás, a maioria da população activa. Todavia, coexiste hoje com uma panóplia de formas flexíveis de trabalho (Beck, 1992; Martins, 1997), em franca expansão, sobretudo entre os jovens, e com reduzidos direitos e regalias sociais (Lewis, 1998).⁹ Assiste-se assim a um crescimento dos contratos de trabalho não permanente, em geral, contra a vontade dos trabalhadores (Smithson e outros, 1998). À imagem do que acontece nas restantes sociedades europeias (Cavalli, 1995; Beck, 2000), inquéritos realizados em Portugal revelam que: o trabalho precário, as “prestações de serviços” e o desemprego têm aumentado (Martins, 1997); a transição para a vida adulta tende a constituir um período de grande instabilidade profissional, transitando os jovens entre empregos diversos, situações de formação, subemprego ou mesmo desemprego (Alves, 1998).

Além disso, deve-se acrescentar que quando se fala de flexibilização está-se a falar de um complexo de tendências em sentidos díspares (Pinto, 2000). Pode significar a mobilidade dos trabalhadores entre funções e organizações (o que parece do agrado da grande maioria dos jovens), mas pode também significar o recurso a mão-de-obra barata, condições de trabalho precárias e facilidade de despedimento para as entidades empregadoras. Esta questão é bem visível na questão dos horários: embora a flexibilidade possa significar que os trabalhadores gerem o seu tempo de trabalho, o que facilita a conciliação com a esfera familiar, o que é mais frequente é significar um aumento considerável das horas de trabalho por semana, provocando dificuldades acrescidas aos quotidianos familiares, sem que os trabalhadores (sobretudo precários ou a prazo) possam contestar ou receber vencimentos extra (Smithson e outras, 1998; Lewis e outras, 2002a). Em grande medida, os trabalhadores são obrigados a aceitar a “cultura do dia de trabalho prolongado” (Lewis, 1998).

⁹ Os compromissos e o próprio “sentido dos direitos” nos empregos precários ou temporários surge, aliás, fortemente ameaçado (Lewis e outras, 2002b).

Por outro lado, a crescente importância do conhecimento científico e técnico, bem como as constantes transformações tecnológicas e económicas, têm impulsionado a expansão da formação profissional “ao longo da vida” (Nilsen e outras, 2002). Uma parte significativa dos jovens que tinham abandonado a escola e ingressado no mercado de trabalho foram assim reintegrados em sistemas de formação, a tempo parcial ou completo. As próprias fronteiras entre sistema de ensino e sistema de emprego, tradicionalmente bem definidas, tendem a dissolver-se.

Esta situação intensificou-se no último quartel do século XX, com o aumento das taxas de desemprego, sobretudo no mercado de trabalho desqualificado. O modelo económico que promoveu o progresso e a prosperidade no ocidente pós-II Guerra Mundial entrou em ruptura, com a desregulamentação dos mercados financeiros a nível global (Soete, 2000). O crescimento económico abrandou, a capacidade de criação de emprego regrediu, as assimetrias entre os mais ricos e os mais pobres aumentaram. Entre 1975 e 2000, o desemprego na UE subiu de 4 para 10% (Lindley, 2000), surgindo então o espectro do “crescimento económico sem emprego” (Soete, 2000).

Em diversas regiões da UE, as décadas de 70 e 80 foram então marcadas pela escassez de empregos, o que encaminhou grande parte dos jovens para trabalhos precários e temporários, situações de desemprego ou (re)integração nos sistemas de formação (Coffield, 1995; Furlong e Cartmel, 1997; Brannen e outras, 2002a). Mostrando já sinais de recuperação, o desemprego na União Europeia, no ano 2000, atingia 16,2% da força de trabalho entre os 15 e os 24 anos, mais do dobro da taxa de desemprego da população acima dos 24 (Eurostat, 2002). A economia informal, em alguns casos marginal ou mesmo criminal, tornou-se o escape para parte dos jovens das classes desfavorecidas, sem perspectivas de emprego (Castells, 1996).

Em Portugal, o carácter tradicionalmente informal de parte da economia dificulta uma quantificação objectiva desta realidade (Rodrigues, 1988; Pais, 1998). Ainda assim, tudo indica que a expansão do desemprego foi atenuada nos anos 80 – graças à entrada na UE e ao enorme défice de trabalhadores qualificados nas gerações anteriores – mas aumentou na década seguinte, contrariando as tendências de recuperação registadas na UE (Costa e outros, 2000). Os anos 90 em Portugal foram assim marcados pelo crescimento do desemprego, atingindo sobretudo os jovens com qualificações baixas ou intermédias (por exemplo, ensino secundário completo), mas começando a emergir mesmo nos grupos mais

qualificados (Capucha, 1998; Grácio, 2000). Apesar das taxas de desemprego se manterem relativamente baixas (6,8% de acordo com o Censos 2001, INE), existem dados preocupantes: o desemprego atinge 14% dos activos com menos de 30 anos, representando cerca de um terço do total de desempregados (Smithson e outras, 1998); quase metade dos jovens da região de Lisboa já estiveram desempregados (Nunes, 1998).

A inserção dos jovens na vida activa tende, pois, a passar de trajectos lineares (da escola para o trabalho) para “trajectórias yo-yo”, alternando entre períodos de desemprego, emprego precário e formação (Pais, 2001). Visto que trabalho permanece um elemento indispensável para a independência dos jovens (Garcia e outros, 1999), estas transformações modificaram, de forma significativa, os processos de transição para a vida adulta. Segundo Pais (2001), o bloqueio das carreiras tradicionais tem conduzido ao prolongamento de situações de dependência e instabilidade, à aposta nas vias informais de trabalho – os “ganchos”, os “tachos” e os “biscates” – face à descredibilidade das vias formais e ao refúgio em utopias e atopias ilusórias, dada a incapacidade de estruturar projectos, nomeadamente no plano familiar.

Um aspecto fundamental é que as tendências gerais de flexibilidade e individualização das condições de trabalho têm traduções muito diversas consoante os sectores de actividade e as categorias profissionais (Rodrigues, 1988). As mudanças organizacionais, marcadas pela crescente competição, privatização e concentração do tecido empresarial (Waters, 1995; Freire, 1998), parecem assim apontar para a diferenciação entre um núcleo forte de trabalhadores altamente qualificados e criativos, com altos níveis de rendimentos e de poder, e uma maioria de empregados anónimos e descartáveis, com trabalhos rotineiros, vínculos precários, rendimentos reduzidos e sem benefícios sociais (Castells, 1996; Madureira, 2000; Klein, 2002). Neste sentido, envolvem pressões efectivas para a polarização de condições, rendimentos e recursos.¹⁰

Os trabalhadores mais qualificados e dinâmicos ocupam, desde muito novos, lugares de decisão nas organizações (Freire, 1998) e fazem um trabalho altamente criativo. Pertencem às tais “elites globalizadas”, circulando livremente na rede global e extraem daí enormes capitais económicos, relacionais e de *status* (Castells, 1996). O seu “projecto profissional” é ambicioso, reflectindo trajectórias plenas de escolhas e

¹⁰ As próprias culturas profissionais parecem claramente distintas. Enquanto os jovens operários privilegiam o dinheiro e segurança no trabalho; os jovens estudantes ou trabalhadores qualificados revelam mais preocupações com a satisfação e a realização profissional (Pais, 1993).

oportunidades. Forma-se, assim, um enclave de trabalhadores privilegiados, seduzidos pelas múltiplas possibilidades da (pós) modernidade, indiferentes à situação da maioria. Como comenta Clegg (1998), o acesso a esses enclaves baseia-se em critérios restritos de género, etnicidade, idade e competências, constituindo motivo de competição cruel.

Simultaneamente, assiste-se à deterioração do trabalho desqualificado (Castells, 1996), devido ao enorme crescimento de formas precárias de trabalho (Beck, 2000) e à regressão da participação dos trabalhadores ou dos sindicatos nas decisões tomadas pelas organizações de trabalho (Freire, 1998). Produz-se então um ciclo marcado por origens sociais desfavorecidas, níveis de escolaridade baixos, trabalho desqualificado e desemprego (Hill e Young, 1999). Além disso, cresce o número de jovens com qualificações superiores ou intermédias que não conseguindo integrar-se as suas áreas de formação, circulam entre trabalhos precários, rotineiros e mal remunerados, passando por experiências de desemprego (Pais, 2001).

No caso português, este cenário dualista acentua-se, visto que a classe empresária, em geral com poucas qualificações, tem apostado sobretudo na inovação tecnológica e na redução de custos, bloqueando a mudança organizacional e a aposta na formação. Ao contrário daquilo que acontece na maioria dos países europeus, existe uma profunda desarticulação entre as empresas, o Estado e as universidades, não existindo uma política coerente e concertada de mudança organizacional. Além disso, seguindo o modelo mediterrâneo, o tecido empresarial continua a ser dominado por micro e pequenas empresas, geradoras de emprego, na maior parte dos casos pouco qualificado e mal remunerado, não sindicalizado e com insuficientes oportunidades de formação (Guerreiro e outros, 2000). Neste contexto, uma parte significativa da economia é de carácter “informal” ou “pré-moderno” (Freire, 1998). Esta modernização “a vários tempos” conduz a uma série de paradoxos, entre os quais, o aumento das taxas de desemprego coexistir, em certas actividades e regiões, com a persistência do trabalho infantil (Garcia e outros, 1999).

Apesar da importância inegável das qualificações escolares (Castells, 1996), as posições e oportunidades nos mercados de trabalho continuam a ser muito condicionadas pelas redes pessoais e informais. Diversos estudos têm mostrado como a ajuda de familiares, amigos ou conhecidos é o principal meio de obtenção de emprego (Santos, 1989; Pais, 1998; Guerreiro e outros, 2000). Num contexto de dificuldades acrescidas no acesso ao mundo do trabalho e de informalização dos vínculos laborais, o

“capital relacional” parece, aliás, aumentar de influência. Esse capital, gerado pela quantidade e qualidade das redes pessoais e familiares, é obviamente muito condicionado quer pela classe social de origem quer pelo próprio percurso profissional dos jovens. No primeiro caso, as classes reforçam o seu papel na localização dos jovens no mercado de trabalho, através das redes de contactos e influências que conseguem mobilizar. No segundo, os contactos e as oportunidades geram mais contactos e oportunidades, enquanto o desemprego afasta os jovens dos círculos de acesso aos empregos, intensificando os mecanismos de exclusão (Santos, 1989). Note-se, a este propósito, que o desemprego de longa duração constitui uma experiência de isolamento, contracção das oportunidades em diversas esferas sociais e desestruturação de identidades e sociabilidades (Santos, 1989; Banks e outros, 1992; Pais, 1993).

Neste sentido, a “estrutura do risco” é claramente assimétrica. O próprio risco assume formas e significados muito diferentes consoante os contextos sociais. As classes sociais, através de mecanismos formais (a escolaridade) e informais (o capital relacional), conferem aos jovens oportunidades muito desiguais no mercado de trabalho, tendendo a reproduzir (parcialmente) a própria estrutura de classes (Furlong e Cartmel, 1997; Hill e Young, 1999).

Este cenário de riscos e desigualdades é reforçado pela redução dos índices de protecção social garantidos pelo Estado, a braços com dificuldades crescentes que lhe têm sido colocadas por fenómenos como a globalização, o envelhecimento da população, a flexibilização do emprego ou a extensão do desemprego. No entanto, e como atrás foi referido, o sistema de protecção social português (até aos anos 80, quase incipiente) registou recentemente, sobretudo na segunda metade dos anos 90, desenvolvimentos significativos, nomeadamente, no combate à exclusão social. Neste ponto, não devemos dissociar a dimensão económica da política. Como nota Rodrigues (1988), as tendências de flexibilização que atravessam o sistema de emprego podem ser geridas através de diferentes estratégias públicas, desde o ímpeto liberal e privatizador, a políticas de igualdade e inclusão.

Em resumo, o capitalismo do final deste século, altamente dinâmico e flexível, é também intensamente descontrolado e assimétrico (Lash e Urry, 1987). Por outro lado, o trabalho permanece um elemento fundamental de estruturação quer das sociedades quer das identidades contemporâneas (Beck, 1992; 2000). A integração no mercado de trabalho continua um passo indispensável no processo de transição para a

vida adulta, sendo condição necessária para se equacionar a saída de casa, o casamento ou a parentalidade, sobretudo nos países como Portugal, em que os apoios estatais à transição são reduzidos (Brannen e Smithson, 1998).

As tendências de flexibilização do mercado de trabalho dão origem a novos perfis, identidades, poderes e culturas profissionais (Gomes e outros, 1996; Martins, 1997; Senett, 1998). Generalizam-se, sobretudo entre os jovens, os percursos profissionais marcados pela instabilidade e pelo risco, ainda que em alguns casos com tónica nas oportunidades e na realização, enquanto outros se pautam pela desintegração e exclusão. Os “trabalhadores livres” da sociedade do conhecimento, integrados em projectos e redes múltiplas, tal como os trabalhadores eternamente precários ou os desempregados crónicos são, todos eles, filhos desta nova ordem (Beck, 2000).

A emancipação feminina e a dominação masculina

A modernidade é também caracterizada por uma transformação radical do estatuto das mulheres. Após um período em que as estas se dedicavam fundamentalmente às tarefas domésticas, as últimas décadas têm sido marcadas pela (re)entrada, em larga escala, das mulheres no mercado de trabalho (Costa e outros, 2000). Sustentadas por uma relação privilegiada com o sistema de ensino (Abrantes, 2003), uma fracção cada vez maior de mulheres, não só se integra no mercado de trabalho, como revela altos níveis de qualificações e de ambições profissionais. Tal como aconteceu na Europa, em Portugal, a taxa de mulheres licenciadas progrediu rapidamente e cifra-se já em 11,7%¹¹, contra apenas 9,8% dos homens (Estatísticas Demográficas 2001, INE).

As mudanças recentes no mercado de trabalho parecem também contribuir para a generalização do trabalho feminino e para o esbatimento das discriminações de género (Freire, 1998), visto que a ênfase nas qualificações e nos conhecimentos permite a uma parte das mulheres (diplomadas) alcançar posições favorecidas ou até destacadas nas organizações e na sociedade em geral (O'Connor, 1998).

Devido a constrangimentos económicos e a especificidades culturais, Portugal possui uma longa tradição de trabalho feminino, sendo hoje o país da UE em que as mulheres trabalham mais horas (Guerreiro e Romão, 1995; Torres e Silva, 1998). Além disso, ao contrário do que

¹¹ Valores, contudo, muito abaixo dos de outros países europeus.

acontece nos países do Norte da Europa, as mulheres portuguesas trabalham quase sempre a tempo inteiro, mesmo quando têm filhos pequenos (Brannen e Smithson, 1998). A mudança registada em Portugal não foi, por isso, tão grande como, por exemplo, em Espanha (Casal e García, 1995) ou na Irlanda (O'Connor, 1998), onde implicou uma mudança radical no estatuto da mulher. Ainda assim, na última década, as taxas de actividade feminina subiram de 35.5% para 42%¹² (Censos 2001, INE) – a taxa de actividade masculina manteve-se a rondar os 54% –, assistindo-se ao quase desaparecimento das jovens domésticas (Nunes, 1998).

No entanto, a generalização do trabalho feminino e a ênfase nas qualificações não garantem a igualdade no mercado de trabalho, sobretudo quando este se mantém fortemente estruturado pelas fronteiras de género. Apesar das altas taxas de trabalho feminino em Portugal, as mulheres registam, relativamente aos homens, taxas mais altas de desemprego de longa duração e maior dificuldade em encontrar o primeiro emprego (Guerreiro, 2000). A situação agrava-se no caso das jovens mães, expostas a discriminações e exclusões várias, reforçadas pela recente flexibilização e precarização dos vínculos laborais.

Acresce que uma parte significativa das mulheres ocupam empregos pouco valorizados socialmente e mal remunerados. A reprodução dos estereótipos de género nas escolhas escolares e de formação conduz as raparigas, maioritariamente, para áreas e funções subalternas (Banks e outros, 1992; Fonseca, 2001), mas Amâncio (1994) sugere a hipótese de certos empregos serem pouco valorizados precisamente por serem desempenhados predominantemente por mulheres. Os serviços familiares – em franco crescimento e ocupando já cerca de 27% das mulheres contra apenas 5% dos homens (Guerreiro, 2001) – constituem o exemplo mais evidente e, simultaneamente, mais paradoxal deste fenómeno. Ainda que a expansão destes serviços esteja associada às novas necessidades familiares resultantes da generalização do trabalho feminino, as trabalhadoras neste sector (em grande medida, informal) têm vínculos precários e são mal remuneradas, encontrando-se, muitas vezes, na “fronteira entre inserção e exclusão social” (Guerreiro e Lourenço, 2000).

Embora assumindo formas diversas, a segregação sexual mantém-se em quase todas as áreas profissionais, incluindo obstáculos efectivos à chegada a lugares de topo nas hierarquias organizacionais e sociais (Banks e outros, 1992; Amâncio, 1994). As mulheres continuam assim

¹² Na população entre 15-64 anos, a taxa de actividade feminina ascende a 65%.

claramente sub-representadas nas classes dirigente, empresarial e independente (Rodrigues, 1990; Freire, 1995; Machado e Costa, 1998). Um estudo de Guerreiro e outros (2000) mostra que, sendo o universo empresarial um espaço de forte segregação sexual, as mulheres não só continuam a ser uma proporção reduzida desse universo, como se concentram nas áreas tradicionais do trabalho feminino, já de si menos valorizadas socialmente.

Além das profundas mudanças no mercado de trabalho, a emancipação feminina é um processo com implicações noutros campos sociais.¹³ As mulheres participam, legitimamente, no processo de individualização, pelo que as trajetórias de vida tornam-se menos condicionadas pelo factor género (Brannen e Nilsen, 2002). No plano da família, conquistam progressivamente mais independência, obrigando a uma reconfiguração dos modelos familiares. Generaliza-se o desejo efectivo em conciliar trabalho fixo e família (Torres e Silva, 1998). O modelo simétrico, relacional e não institucional, em que ambos os cônjuges possuem os mesmos direitos e responsabilidades, torna-se assim dominante no plano ideológico (Torres, 1996b; 2002).

Contudo, essa representação ideal não deve fazer esquecer que, apesar da sua integração no mercado de trabalho, as mulheres continuam a assumir o grosso das responsabilidades e tarefas familiares, cumprindo “a dupla jornada de trabalho” (Daly, 1996; Torres e Silva, 1998; Perista, 2002). Entre malabarismos e esgotamentos (O’Connor, 1998), as mulheres cuidam, frequentemente sozinhas, da casa e dos filhos. Aliás, estudos sobre os jovens têm revelado que, apesar de uma maior abertura, prevalecem grande parte das assimetrias, sobretudo nas questões domésticas (Vasconcelos, 1998; O’Connor e outras, 2002).¹⁴ A socialização diferencial dos géneros assegura a reprodução simbólica da dominação masculina (Bourdieu, 1998). Assim sendo, as raparigas continuam, em grande medida, a ser educadas para serem boas donas de casa, boas mães e boas esposas (Rodrigues, 1983), o que talvez explique o facto de se sentirem menos satisfeitas e mais controladas em casa dos

¹³ Aliás, como nota Torres (2002: 262), “há uma relação directa entre actividade feminina no exterior e maior capacidade de decisão e negociação no casal”.

¹⁴ Enquanto nas questões do trabalho ou do lazer os valores igualitários parecem generalizar-se a passos largos, nas tarefas domésticas (incluindo cuidar dos filhos), a sobrecarga das mulheres continua fortemente enraizada nas práticas e representações dos jovens (O’Connor e outras, 2002).

pais, saindo de casa e casando-se mais cedo que os rapazes (Banks e outros, 1992; Brannen e outros, 1994; Galland, 1995b).¹⁵

Do desfazamento entre as novas aspirações e referenciais legítimos e a reprodução das assimetrias resultam dilemas e conflitos. Como comenta Beck (1992), a libertação dos papéis familiares, o novo ideal moderno, traduz-se muitas vezes em conflitos e mal-entendidos e, mais genericamente, na ideia de “família negociada”. Estas mudanças nos modelos familiares são discutidas em pormenor no ponto seguinte.

Família e identidade

A par com as mudanças no mundo do trabalho, a modernidade introduz também enormes transformações na esfera privada. Como pano de fundo, destaque-se a valorização da identidade pessoal e a sua autonomização face às estruturas sociais em que os indivíduos estão inseridos, como a família, a comunidade ou o contexto profissional. Na modernidade, os indivíduos são, em grande medida, livres de construir os seus projectos e trajectos de vida e de transformá-los continuamente. Neste sentido, as identidades e as biografias tornam-se intensamente individuais, reflexivas e complexas, objecto de inúmeras escolhas e decisões (Giddens, 1991; Lash e outros, 2000; Nilsen e Brannen, 2002). Este processo abre novas oportunidades à realização pessoal, mas implica também novos riscos e responsabilidades.¹⁶

Elementos como o individualismo (Beck, 1992), a amizade (Santos, 1989), a errância (Maffesoli, 1997), o lazer e os consumos (Banks e outros, 1992; Conde, 1997), a experimentação e a realização (Pais, 2001) tornam-se centrais nas sociedades modernas. Contudo, a sua difusão varia de forma significativa consoante as classes sociais, alcançando maior expressão entre as “novas classes médias” (Conde, 1998). Além disso, como assinala Nilsen (1998), a substituição das velhas normas por escolhas e decisões é um processo que parece atingir sobretudo os jovens na transição para a vida adulta. Os próprios jovens percebem a sua liberdade e individualização, em contraste com a responsabilidade e

¹⁵ Relativamente à educação das raparigas, Casal e García (1995) identificam três modelos distintos: centrado nos valores da família (o tradicional revisto); centrado no compromisso entre trabalho e vida familiar; centrado na carreira profissional.

¹⁶ Recentemente, estas teorias têm sido muito debatidas. Face à prevalência de fortes padrões e desigualdades sociais (sobretudo, entre classes, géneros ou etnias), tem-se defendido que a individualização ocorre, sobretudo, a nível subjectivo, na forma como os indivíduos percebem a sua vida. A invisibilidade das pressões sociais parece, aliás, reforçar o seu poder (Furlong e Cartmel, 1997; Beck, 2000; Nilsen e Brannen, 2002; O'Connor e outras, 2002).

estabilidade que caracterizam não só a vida dos pais, mas também as suas perspectivas de futuro.

Ao invés de se dissolverem como propõem certos autores, as estruturas e instituições sociais tendem assim a reconfigurar-se no decorrer deste processo, adoptando também formas mais flexíveis. A ênfase na identidade individual em desfavor das organizações colectivas não significa, pois, a falência da família. Tal como acontece nos restantes países europeus, a família continua a ter uma importância primordial para os jovens portugueses (Almeida, 1990). O que parece ter sucedido nas últimas décadas é uma profunda transformação dos modelos familiares, no sentido da livre escolha do cônjuge, desinstitucionalização e laicização do casamento, valorização das relações afectivas, aceitação das liberdades individuais e democratização das relações entre os vários elementos da família (Torres, 2002). Como conclui Torres (1996a; 1997), a desvalorização da instituição matrimonial significa, em parte, a valorização das relações conjugais.

No plano das relações de intimidade, Giddens (1992) defende mesmo que a crescente aproximação e igualdade entre os casais permite a emergência de um novo ideal relacional – a “relação pura” – baseado, não em constrangimentos externos, mas no próprio valor da relação para os actores que nela se envolvem. Ainda assim, não devemos esquecer que a sexualidade e o amor são construções sociais (Kaufmann, 1993). Neste sentido, apesar da abertura e diversificação das formas de viver a sexualidade e a sociabilidade, o modelo de um companheiro do sexo oposto e um grupo de amigos do mesmo sexo mantém-se dominante (Banks e outros, 1992). Além disso, as fronteiras de classe e de género continuam a delimitar os papéis e oportunidades dos indivíduos, o que se reflecte em diversos indicadores: a endogamia mantém-se dominante (Kaufmann, 1993); os mercados matrimoniais são mais complementares que igualitários (Singly, 1984); os papéis de género permanecem distintos e assimétricos (Amâncio, 1994; Kaufmann, 2002). As próprias formas de viver a sexualidade variam muito consoante a classe (Pais, 1985) e o género (Vasconcelos, 1998).

Assim sendo, as últimas décadas têm sido marcadas por uma diversificação dos modos de vida privada, conduzindo a uma problematização do próprio conceito de “família”. Os Censos de 2001 mostram que, em Portugal, na última década, o número de unidades residenciais com 1 pessoa aumentou de 13,6% para 17,3%, a percentagem de famílias monoparentais subiu de 9,2% para 11,5% e as situações de coabitação sem casamento duplicaram, embora continuem a

atingir uma pequena fracção da população residente (3,7%) ou da população casada (6,9%). Cada vez mais, os indivíduos vivem numa sucessão de configurações temporárias e imprevisíveis.

Viver sozinho ou em coabitação e ter filhos fora do casamento tornam-se, assim, práticas cada vez mais frequentes em toda a Europa (Galland, 1995b; Prinz, 1995; Furlong e Cartmel, 1997).¹⁷ Note-se contudo que, em Portugal, quer a coabitação, quer a parentalidade sem casamento, registam índices mais elevados precisamente nas faixas mais desfavorecidas das populações (Lalanda, 2002; Ferreira e Aboim, 2002). Ainda que a opção ideológica por viver e ter filhos sem recurso ao matrimónio esteja em claro crescimento, a coabitação tradicional (por falta de recursos) e a situação das “mães sós” em contextos desfavorecidos continuam a constituir a maior parte do universo destas formas familiares. Num estudo recente, Ferreira e Aboim (2002) mostram que as “mães sós” constituem uma população jovem, com baixos capitais escolares e económicos e inserções precárias ou mesmo nulas no mercado de trabalho.¹⁸

Além disso, os modos de vida alternativos – a vida a sós, em coabitação ou em comunidade – não só permanecem muito minoritários, como parecem muito associados à fase de transição para a vida adulta e de entrada na vida conjugal. Tende, pois, a criar-se um período (mais ou menos longo) entre a saída de casa dos pais e o casamento ou a parentalidade, em que os jovens vivem sozinhos, com amigos ou com o companheiro. No caso específico da coabitação, a falta de recursos ou a vontade de experimentar a vida conjugal, conduz cada vez mais jovens a viverem em “união de facto”. Todavia, na maior parte dos casos, o casamento constitui um objectivo pretendido. Nestes casos, em vez de uma alternativa real ao casamento, a coabitação parece constituir um recurso (face à impossibilidade do casamento) e/ou uma fase experimental que antecede e reforça um futuro casamento (Almeida e outras, 1998; Lalanda, 2002).

Por conseguinte, a diversificação dos modos de vida privada parece coexistir, em grande medida, com a prevalência do casamento e do modelo de família nuclear (Coffield, 1995; Almeida e outras, 1998). O “casal com filhos” não só constitui o tipo de núcleo familiar

¹⁷ Dos nascimentos registados em 2002 no nosso país, 25,5% ocorreram fora do casamento, valor dos mais altos na Europa do sul (INE, 2002).

¹⁸ Este cenário intensifica-se no contexto de enorme pobreza que continua a marcar uma parte significativa da população portuguesa. Ainda assim, está longe de ser único do nosso país. Por exemplo, em Inglaterra, diversos autores têm registado o grande aumento do número de mães solteiras “dependentes do Estado” (Furlong e Cartmel, 1997).

predominante – nos Censos de 2001, representava 64,8% –, como permanece a ambição da esmagadora maioria dos jovens (Vasconcelos, 1998).

Nos países na Europa do Sul, este modelo familiar tradicional é, aliás, reforçado pelos escassos apoios públicos de que dispõem os jovens (Cavalli, 1995; Galland, 1995; Torres, 1997). De facto, em Portugal, o prolongamento das carreiras escolares e a emergência do “experimentalismo amoroso” tem conduzido ao adiamento do casamento, mas quase sempre através da permanência em casa dos pais. Assim sendo, mesmo aceitando a ideia de viver sozinho ou em coabitação, cerca de 75% dos jovens acabam por permanecer em casa dos pais até constituírem família (Vasconcelos, 1998). Na verdade, os Censos de 2001 indicam que somente 19,7% da população portuguesa com menos de 30 anos é casada “com registo” (15,7% de rapazes e 23,8% de raparigas). Em coabitação vivem 3,9% (3,3% de rapazes e 4,6% de raparigas). E os solteiros representam mais de três quartos dos jovens desta faixa etária (80,4% de rapazes e 70,3% de raparigas). Como comenta Pais (2001), a grande maioria dos jovens vive sob o regime de “welfare family”.

Mesmo dentro dos países mediterrâneos, existem fortes assimetrias nos modelos familiares, decorrentes de especificidades culturais. Os Censos de 2001 identificam, em Portugal, uma clara diferença entre o norte, centro e ilhas, em que o modelo familiar tradicional continua a registar índices muito altos e o sul (incluindo a região de Lisboa), em que os agregados de apenas uma pessoa ou as situações de coabitação são bem mais frequentes.

Além disso, as crescentes inseguranças e desigualdades no mercado de trabalho fazem com que, mesmo no Norte da Europa ou na América, os jovens tendam a adiar, não só o casamento, mas também a saída (definitiva) de casa dos pais (Oppenheimer e Lewin, 1999). Os novos riscos acentuam os mecanismos de protecção – mas também de dependência – familiar (Pais, 2001), confrontando os pais com novas responsabilidades na transição dos seus filhos para a vida adulta, (Brannen e outros, 1994). Este processo está, no entanto, associado a uma mudança profunda nas relações entre pais e filhos. Os jovens adquirem um novo estatuto, a “semi-dependência” (Furlong e Cartmel, 1997; Nilsen e outras, 2002), em que dependem economicamente dos pais mas possuem maior liberdade, revelando-se globalmente mais satisfeitos com as relações familiares que nas gerações anteriores (Banks e outros, 1992). Tornam-se adultos em certos domínios, permanecendo crianças noutros, nas palavras de Ramos (2002). Estudos demonstram, aliás, a grande

influência que os pais continuam a ter nas decisões críticas que os jovens têm de tomar no final da adolescência, relacionadas sobretudo com as opções escolares e profissionais (Banks e outros, 1992).

Segundo Brannen e outros (1994), na fase de transição, existe uma renegociação da relação no sentido da “relação pura”, baseada não tanto na igualdade, mas sobretudo na comunicação. Porém, um inquérito realizado por estes autores mostra que, se as relações entre filhos e mãe se tornou mais aberta e íntima, já as relações (sobretudo das raparigas) com o pai permanecem marcadas pelo afastamento ou pelos conflitos. A própria estratégia comunicacional parece aplicar-se sobretudo às famílias da classe média, visto que nas classes trabalhadoras o modelo de imposição continua a ser dominante (Brannen e outros, 1994; Seabra, 1999).

Apesar da desvalorização da instituição matrimonial, da diminuição das taxas de nupcialidade e do adiamento da idade de casar (Brannen e outros, 2002a), o casamento (nomeadamente, o religioso) continua a ser a forma de conjugalidade dominante nas sociedades contemporâneas (Almeida e outras, 1998) e a estar muito associado à parentalidade (Nunes, 1998). Um inquérito aos jovens portugueses mostra que eles continuam a casar maioritariamente pela igreja (Nunes, 1998). O que sucede é que os próprios modelos matrimoniais transformam-se e diversificam-se. Assiste-se pois ao declínio quer do período de noivado quer das grandes festas organizadas pelos pais, à medida que cresce o número de jovens que vive em coabitação antes do casamento (Boton, 1992), embora em Portugal ainda estejam bastante presentes.

Note-se que existem grandes diferenças nas formas de viver o casamento consoante as classes sociais. As próprias estratégias conjugais dos jovens são claramente diferenciadas: no meio operário, orientam-se geralmente para o casamento, nas classes médias para o amor experimental e na classe alta para o “bom casamento” (Pais, 1993). Estas diferenças reflectem-se no momento de institucionalização do matrimónio. Enquanto nas classes populares, o casamento religioso e tradicional prevalece – como expressão de fé e forma de legitimar socialmente a relação (Lalanda, 2002) –, nas classes mais qualificadas, o casamento civil é desritualizado ganha muito terreno (Boton, 1992). Transversal às classes e pertenças religiosas, emerge o casamento “nostálgico” ou “ritualista”, muito impulsionado pelo peso da família, em que o ritual oficial e religioso não coincide depois com as práticas laicizadas (Torres, 1997; 2002).

As fronteiras de classe subsistem nos modos de viver a própria relação conjugal. Nos meios populares e desqualificados assiste-se à preservação, em grande escala, do “modelo normativo tradicional de divisão das tarefas conjugais e modalidade assimétrica de divisão de poderes” (Almeida e outras, 1998: 59). Este tipo de relações “estatutárias”, baseadas em normas e papéis rígidos, estende-se às relações com os filhos (Seabra, 1999). Pelo contrário, nos meios intelectuais, emerge o modelo associativo de família, baseado na autonomia e na comunicação entre os seus membros, ainda que, como vimos acima, nem sempre as representações coincidam com as práticas. Entre o institucional e o associativo, permanece o modelo fusional, baseado nos princípios do amor romântico e com uma ligação difusa à estrutura de classes (Torres, 2002).

No caso específico das classes empresariais, a transformação dos modelos familiares é mais complexa. Visto que se registam “sobreposições intensas e multifacetadas entre família e empresa” (Guerreiro, 1995: 245), a importância (instrumental) da família é reforçada. A par com mudanças substantivas (visíveis, por exemplo, pelo número crescente de mulheres que assume os negócios dos pais), subsistem pressões efectivas para manter velhas práticas como as do “bom casamento” (Pais, 1993).

Sobretudo nas classes qualificadas dos grandes centros urbanos, a laicização do casamento – e conseqüente valorização intrínseca das relações (Torres, 1997) – tem conduzido a um crescimento exponencial das práticas de divórcio, devido à ênfase colocada na qualidade da relação e nas liberdades dos indivíduos (Bolton, 1992; Almeida e outras, 1998). Ao longo da década de 90, a taxa de divórcio duplicou em Portugal (Estatísticas Demográficas 2001, INE). Os jovens, aliás, revelam disposições bem mais abertas face ao divórcio, ainda que subsista uma parte significativa de jovens (em geral, católicos e de classes desfavorecidas) que o rejeitam (Vasconcelos, 1998). Tendo crescido já no tempo das separações, os jovens denotam, além disso, preocupações redobradas com o casamento, visto considerarem o fim deste uma situação indesejável para os seus filhos (Kugelberg, 1998). No entanto, mesmo o divórcio está longe de significar a falência da família. Por um lado, reflecte uma valorização da esfera familiar como forma de realização pessoal; por outro lado, dá origem a processos de recomposição familiar e, muitas vezes, a novas conjugalidades (Torres, 1996a).

Equacionadas as relações dos jovens com os pais e os cônjuges, é importante considerar a sua condição enquanto pais. Nas últimas décadas tem-se registado uma descida dos índices de fecundidade e uma subida gradual da idade média de entrar na parentalidade (Brannen e outras, 2002b; Almeida e outras, 2002). Isto deve-se não apenas às razões já mencionadas – a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o prolongamento dos estudos, a instabilidade do mercado laboral, as novas concepções de experimentalismo amoroso – mas também à enorme transformação do lugar da criança nas sociedades modernas. À medida que os filhos se tornam uma escolha racional, desenvolve-se a noção de “infância protegida” (Almeida e outras, 1998). Aumenta a pressão para ter os filhos na “altura certa”, em geral depois de ter terminado os estudos, gozado a vida, encontrado o parceiro certo e alcançado um emprego estável mas possível de conciliar com a vida familiar (Brannen e outras, 2002b). Não é pois de estranhar que a maioria dos jovens portugueses aponte a incapacidade de assegurar as condições desejadas para cuidar de filhos como principal causa de adiamento do projecto de parentalidade (Vasconcelos, 1998). É que, face à generalização do trabalho feminino, as redes de apoio (formais e informais) têm-se revelado claramente insuficientes para suportar esses projectos (Almeida e outras, 2002).

Esta tendência geral não invalida que muitos jovens, sobretudo do sexo feminino, vivam a parentalidade desde muito cedo. Em 6% dos nascimentos ocorridos em Portugal, as mães não completaram ainda 20 anos; valor que sobe para os 19%, na faixa etária entre os 20 e os 24 anos; e para 33%, no grupo entre os 25 e os 29 anos (Estatísticas Demográficas 2001, INE).¹⁹ A maternidade precoce tem sido estudada na sociologia (Banks e outros, 1992; Vilar e Gaspar, 1999), concluindo-se que os filhos significam para os jovens (e sobretudo para as mães adolescentes) uma fonte de estigma e exclusão, geradora de uma redução das oportunidades (educativas, profissionais, de lazer) e das sociabilidades. Porém, os mesmos estudos apontam também que (sobretudo para os jovens com empregos desqualificados e, nomeadamente, nos meios operários) a parentalidade pode igualmente ser uma forma de valorização, fixando

¹⁹ A idade do pai tende a ser ligeiramente mais elevada, registando-se apenas 1,5% de pais com menos de 20 anos; 12% entre os 20 e os 24 anos e 28% entre os 25 e os 29 (Estatísticas Demográficas 2001, INE).

identidades e relações, promovendo a entrada na vida adulta e familiar, reconfigurando disposições e projectos de vida.

Além das dinâmicas de parentalidade, os próprios modelos de educação e de cuidar de crianças são um campo em profunda transformação. Segundo Torres e Silva (1998), no espaço de uma geração, Portugal passou de um modelo tradicional em que as redes familiares (em geral, as avós) garantiam a guarda das crianças para a predominância dos dispositivos exteriores de prestação desses cuidados, mesmo no escalão etário dos 0 aos 2 anos. Assim sendo, apesar da maioria dos portugueses considerar que a situação ideal seria a criança ficar com a mãe até aos 2 anos, o que acontece é que as crianças ficam desde muito cedo em creches ou amas, constituindo as avós uma segunda opção, sobretudo em situações excepcionais ou dada a falta de alternativas. Enquanto nos países escandinavos existe uma rede pública que garante a guarda das crianças, em Portugal, face a uma oferta estatal ainda bastante insuficiente, o mercado de infantários privados tem crescido exponencialmente, traduzindo-se em encargos pesados, que nem todas as famílias conseguem suportar (Brannen e Smithson, 1998). Além disso, tem-se assistido também a uma transformação nos valores educativos dominantes, estando hoje mais centrados nos conhecimentos, no diálogo e na responsabilização, sobretudo nas classes mais qualificadas (Torres e Silva, 1998; Seabra, 1999).

Esta questão leva-nos, por fim, a reflectir sobre a questão mais alargada da família enquanto rede alargada de parentesco. Um estudo de Kellerhals e McCluskey (1988) mostra que, nas sociedades contemporâneas, as redes de parentesco são, em geral, compostas por um grupo de 10 a 15 pessoas que se situam em torno da família nuclear e com os quais se mantêm laços de afinidade (sobretudo as mulheres), solidariedade e auto-protecção. Como acrescenta Vasconcelos (2002), estas redes de entajuda são geralmente centradas na família da mulher.

O tipo de redes varia consoante os contextos sociais. Diversos estudos clássicos da sociologia têm mostrado que, enquanto na classe média existe um distanciamento da família nuclear face ao círculo de parentes mais afastados, nos meios populares, devido a constrangimentos económicos e especificidades culturais, as famílias são atravessadas por densas redes de entajuda, levando muitas vezes a que as famílias nucleares sejam temporariamente alargadas, dando guarida a parentes em dificuldades, nomeadamente idosos (e.g. Lewis, 1961). No entanto, estudos recentes indicam que, face à escassez de recursos dessas famílias,

os apoios familiares efectivos tendem a ser maiores nas classes mais favorecidas e qualificadas (Vasconcelos, 2002).

Padrões de transição para a vida adulta

As enormes transformações sociais que foram enunciadas ao longo deste capítulo repercutem-se, de forma significativa, nos modos de transição para a vida adulta. Neste sentido, o modelo tradicional de transição parecer estar em franca erosão. Este modelo caracteriza-se pela sucessão de três fases bem definidas e delimitadas: o trajecto escolar; a entrada no mercado de trabalho; o casamento e saída de casa dos pais (Galland, 1995a). Considerando que essas três esferas permanecem essenciais para a esmagadora maioria dos jovens, o que acontece é que, não só tendem a ser adiadas (Brannen e outras, 2002a), como deixam de corresponder a três fases claras e bem delimitadas do processo de transição.

Associado às referidas tendências de individualização (Giddens, 1991; Beck, 1992), emergem novos modelos não-lineares de transição, centrados no risco e na imprevisibilidade, caracterizados por uma sucessão de situações complexas e transitórias, experiências e retrocessos (Furlong e Cartmel, 1997; Pais, 2001; Brannen e Nilsen, 2002). Não só as fronteiras entre o percurso de escolaridade e o mercado de trabalho se tornam fluídas, como a saída de casa dos pais não é definitiva nem implica necessariamente o casamento. Esta realidade de relativa anomia abre um campo infinito de oportunidades, combinações e experiências. Por outro lado, dá também origem a “buracos negros”, situações em que os jovens não estão integrados em qualquer das esferas (educação, emprego, família), mergulhando em processos de exclusão e isolamento.

Alguns autores têm enfatizado a crescente tendência dos jovens para adiarem as decisões e responsabilidades vinculativas, mantendo-se mais tempo na “semi-dependência” dos pais (Nilsen e outras, 2002) e criando, entre a adolescência e a entrada na vida adulta, um período de opções, liberdade e experimentação (Cavalli, 1995; Galland, 1995b; Du Bois, 1995). A extensão das oportunidades de educação e de formação permite a cada vez mais jovens adiarem a sua entrada no mercado de trabalho (e na vida adulta), aumentando as suas qualificações (Brannen e Nilsen, 2002). Além disso, a crescente circulação de informação e de pessoas, faz com que muitos jovens desejem “viver a vida” e “gozar a liberdade”, saindo à noite, viajando, divertindo-se, convivendo, antes de “assentarem”, ou seja, de assumirem as rotinas e obrigações inerentes à

vida adulta e ao “pacote familiar” (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998).²⁰ Neste sentido, as inúmeras oportunidades associadas à juventude – nos campos educativo, laboral, recreativo, familiar, afectivo – têm provocado um prolongamento (indefinido) desta fase de vida, consagrada na subida da idade média em que os jovens alcançam a estabilidade profissional, se casam e têm filhos (Almeida e outras, 1998).

Outros autores têm considerado que o prolongamento e a complexificação das transições ocorrem sobretudo devido à contracção das oportunidades no mercado de trabalho (Furlong e Cartmel, 1997). A relação dos jovens com o sistema de emprego é, assim, pautada por uma sucessão de empregos precários e provisórios, intercalados com momentos (mais ou menos longos) de formação ou de desemprego, dando origem a “trajectórias yo-yo” (Pais, 2001). Esta condição precária e instável dificulta muito a plena assunção das responsabilidades e encargos associados à vida adulta e independente. As próprias qualificações são, para muitos jovens enfadados com o sistema de ensino, uma necessidade para enfrentar o mercado de trabalho, mais do que uma verdadeira opção (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998). Considerando os actuais apoios formais (das organizações, do Estado ou dos sindicatos) e informais (família, amigos) de que dispõem, muitos jovens concluem que é impossível assegurar uma vida familiar e, sobretudo, ter filhos (Lewis, 1998). Hill e Young (1999) vão mais longe e defendem mesmo que, dada a manutenção das orientações gerais para o trabalho e a família, a grande transformação nos modelos de transição dos jovens decorre da mudança na estrutura de oportunidades económicas. A sua argumentação baseia-se num estudo estatístico que mostra, entre outros aspectos, que as “transições rápidas” comportam hoje muito mais riscos de pobreza.

Assim sendo, onde os primeiros autores vêem a emergência de um período de preparação e de experimentação, os segundos vêem, sobretudo, um período de espera e de risco. Ambas as perspectivas parecem, aliás, convergir na noção de individualização, segundo a qual os jovens têm mais liberdade mas contam apenas consigo para lidar com os riscos e oportunidades, ou seja, para construir o seu trajecto de vida (Nilsen, 1998; Kugelberg, 1998; Nilsen e Brannen, 2002). As transições

²⁰ Refira-se que esta vida de liberdade implica também integração e independência económica. Assim sendo, os jovens continuam a considerar fundamental ter um emprego, ainda que esse emprego possa não ser estável, nem envolver grandes responsabilidades. Ao invés, a falta de oportunidades no mercado de trabalho significa, para um número crescente de jovens, um entrave insuperável à realização da vida desejada (Banks e outros, 1992; Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998).

deixaram, progressivamente, de ser processos lineares e bem definidos no tempo, passando a constituir percursos longos, complexos e individualizados. O final da escolaridade, a independência económica (em geral através de um emprego estável), a saída de casa e o casamento, momentos que marcam o processo de transição, tendem a ser menos definidos (ou menos definitivos) e a não coincidir no tempo. Vivendo em “presentes prolongados”, os jovens demonstram dificuldades crescentes em perspectivar o futuro, mas desenvolvem também estratégias adaptativas (Pais, 2001; Brannen e Nilsen, 2002; Lewis e outras, 2002a).

Note-se que o prolongamento da juventude está longe de abranger toda a população, como é facilmente aferido por uma consulta rápida às estatísticas demográficas. Em Portugal, cerca de 40% dos jovens entra no mercado de trabalho antes dos 18 anos (Alves, 1998); 36% das pessoas que se casam e 19% das que têm filhos fazem-no antes dos 25 anos (Estatísticas Demográficas 2001, INE). Muitos jovens continuam a optar por “transições aceleradas”, mesmo quando implicam um período relativamente longo de “independência precária” (Nilsen e outras, 2002).

Apesar da diversificação e complexificação dos percursos de transição, várias investigações têm identificado padrões de trajetórias, isto é, reconstituído diferentes modelos de transição para a vida adulta nas sociedades contemporâneas. Considerando que as transições ocorrem num quadro de acentuadas diferenças culturais e desigualdades sociais, esses modelos tendem a corresponder a condições e contextos sociais específicos.

Segundo Banks e outros (1992), a “escolha crítica” (tomada entre os 16 e os 20 anos) de seguir a via escolar ou a via profissional, dá origem a dois modelos gerais de transição. A via profissional confere, desde cedo, autonomia económica, estatuto social e responsabilidades, conduzindo a “transições aceleradas”. A via escolar prolonga a situação de semi-dependência familiar e cria mais recursos e expectativas quanto ao futuro profissional. Inviabiliza a assunção dos compromissos e encargos associados à vida adulta, abrindo caminho a um período relativamente longo de experimentalismo, nos planos afectivos, do lazer e dos estilos de vida. Gera, assim, “transições prolongadas” (Banks e outros, 1992). Com 25 anos, enquanto a maioria dos jovens que seguiram a via profissional estão numa fase de estabilização profissional, preparando-se para casar e ter filhos (quando já não os tiveram), quase todos os jovens que seguiram a via escolar estão ainda a terminar os cursos ou a integrar-se no mercado de trabalho, confrontados com múltiplas alternativas relacionais,

constituindo o casamento e a paternidade não mais que um projecto ainda difuso e longínquo.

Estas escolhas estão, por sua vez, fortemente condicionadas por variáveis sociais. Se os jovens das classes médias tendem a seguir estratégias de transição que privilegiam o futuro, os jovens dos meios operários orientam-se, quase sempre, por estratégias de transição centradas no imediato (Pais, 1993). Neste contexto, Bourdieu (1984) identifica dois modelos muito diferenciados de juventude, com correlação com o espaço de classes. Segundo o autor francês, os jovens das classes médias, envolvidos em percursos longos de escolaridade e qualificação, dispõem de amplas oportunidades nos campos das sociabilidades, do emprego, do lazer e da família. Pelo contrário, os jovens da classe operária são impelidos, desde cedo, a ingressar na vida activa e a constituir família segundo os parâmetros tradicionais.

A conceptualização das transições a partir de dois universos de classe diferenciados é consistente com a produção sociológica realizada quer na área da família quer na área do trabalho. De facto, o modelo tradicional de transição, que parece desmoronar-se nas classes médias, permanece dominante, com pequenas alterações, na classe operária (Galland, 1995a). Mais, um inquérito realizado aos jovens portugueses (Nunes, 1998) revela um hiato entre o universo de oportunidades, trajectórias complexas e representações progressistas (dominante nas classes favorecidas) e o universo de constrangimentos, trajectórias lineares e representações tradicionais (próprio das classes desfavorecidas). Em geral, os jovens das classes favorecidas têm percursos de escolaridade longos, entram tarde no mercado de trabalho e revelam disposições abertas e experimentalistas face à conjugalidade (embora nem sempre as pratiquem). Ao invés, os jovens de origem populares tendem a abandonar cedo a escola para ingressar no mercado de trabalho e a definir-se por práticas e representações tradicionais na esfera familiar.

Este modelo dicotómico permanece, todavia, algo simplista para abarcar uma diversidade tão grande de modos de transição para a vida adulta, sobretudo no presente contexto de contracção e instabilidade no mercado de trabalho. Neste sentido, Casal (1997) sugere uma tipologia mais complexa, centrada na integração no mercado de trabalho e que inclui cinco modos fundamentais de transição nas sociedades contemporâneas: o êxito precoce; a aproximação sucessiva; a precariedade; a desestruturação; e o modo operário. Segundo este autor espanhol, a crise recente no sistema de emprego tem bloqueado as transições rápidas (o êxito precoce ou o modo operário), generalizando as transições mais

longas e complexas (a aproximação lenta; a precariedade; a desestruturação). O autor analisa sobretudo o crescimento das trajectórias em desestruturação, nas quais a transição falha, devido a obstáculos vários, culminando em processos de desintegração, exclusão e marginalidade.

Por outro lado, Nilsen e outras (2002) sugerem uma tipologia baseada na posse (ou não) de independência económica. Estas autoras dividem assim as transições em quatro grandes tipos: o prolongamento da dependência financeira face à família de origem; a adopção do estatuto de “semi-independência”; a independência precária; e a independência planeada. Enquanto as duas primeiras estão geralmente associadas a percursos académicos e a transições longas, as duas últimas dizem respeito a “transições aceleradas” e a formas diferentes de lidar com o risco.

Numa outra abordagem, Carvalho (1998) centra-se nas diferentes estratégias de transição tomadas pelos jovens, em particular, aqueles que abandonam a escola prematuramente. Neste sentido, a autora define três diferentes modelos: a ausência de estratégias, em que os jovens se limitam a ir respondendo às necessidades quotidianas; a estratégia adaptativa, em que procuram adequar-se às condições que lhes oferecem; e a estratégia projectiva, em que desenvolvem acções com vista a uma auto-valorização profissional e pessoal.

Alguns autores têm explorado a diversidade dos modelos de transição, com base noutras variáveis, nomeadamente, geográficas e de género. No primeiro caso, foi possível identificar, a nível europeu, uma cisão entre os modelos dominantes no norte e no sul do continente. O modelo mediterrâneo de transição caracteriza-se por longos períodos de precariedade entre os estudos e a plena inserção profissional e pela primazia da vida familiar (Galland, 1995a). Neste quadro, os jovens tendem a adiar a sua saída de casa dos pais, mesmo após a entrada no mercado de trabalho e, em geral, até ao casamento (Torres, 1997). Além das especificidades culturais, nomeadamente o forte envolvimento familiar, o modelo mediterrâneo reflecte também a quase ausência de estruturas públicas de apoio aos jovens na transição para a vida adulta (Nilsen e outras, 2002). Como sugere Silva (2002), a Europa do Sul caracteriza-se por um *welfare state* fraco e que delega grande parte das responsabilidades de protecção social nas redes informais e familiares. Não é pois de estranhar que os jovens portugueses só equacionem a hipótese de sair de casa e de ter filhos após a integração no mercado de trabalho (Brannen e Smithson, 1998). Pelo contrário, na Europa do Norte, o modelo familiar mais aberto e o maior suporte estatal facilitam

tradicionalmente a saída dos jovens de casa dos pais, mesmo antes da inserção no mercado de trabalho estar concluída. Por conseguinte, viver sozinho, com amigos ou em coabitação tornaram-se práticas frequentes durante o período de transição (Nilsen e outras, 2002).²¹

Por outro lado, também as fronteiras de género delimitam modelos de transição diferenciados. Constatou-se, então, que o modelo segundo o qual os jovens ficam em casa dos pais enquanto estudam e saem de casa quando começam a trabalhar aplica-se sobretudo ao caso masculino (Galland, 1995b). Mais insatisfeitas e com menos liberdade em casa dos pais (Brannen e outros, 2000), as raparigas tendem a abandoná-la mais cedo, por vezes, mesmo antes de entrar no mercado de trabalho. Mais que os rapazes, optam por viver sozinhas (Galland, 1995b). Além disso, casam e têm filhos mais novas, mobilizando ao mesmo tempo esforços efectivos para estudar e/ou trabalhar fora de casa (Torres e Silva, 1998). Em Portugal, dos casamentos ocorridos em 2001, 43% envolveram raparigas com menos de 25 anos, contra apenas 28% de rapazes abaixo da mesma fasquia etária (Estatísticas Demográficas 2001, INE). Em síntese, enquanto as transições dos rapazes tendem a ser mais longas e homogéneas, pautando-se pelo princípio geral de conquistar qualificações e estabilidade profissional antes de encetar projectos familiares, as transições das raparigas revelam-se mais compósitas e diversificadas, regendo-se frequentemente pelo princípio do compromisso: obter qualificações, integrar-se no mercado de trabalho e, simultaneamente, concretizar projectos familiares.

²¹ Note-se, contudo, que o hiato entre os dois modelos europeus de transição tem-se atenuado nas últimas duas décadas. Nos países mediterrâneos, a abertura cultural e o surgimento de alguns dispositivos mínimos de apoio têm permitido a um grupo crescente (embora muito minoritário) de jovens experimentar a vida a sós ou em coabitação. No sentido inverso, no norte da Europa, a contracção do mercado de trabalho e a redução do *welfare state* têm contribuído para que os jovens, face a novos riscos e incertezas, adiem a sua saída (definitiva) de casa dos pais (Furlong e Cartmel, 1997). Parte das responsabilidades no processo de transição tem, desta forma, sido devolvida às famílias (Brannen e outros, 1994).

III. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A análise das orientações para o emprego, a formação, a carreira e a família, entre os jovens portugueses de ambos os sexos, constituiu o objectivo central deste projecto. Em particular, pretendeu-se analisar a forma como essas orientações se organizam numa perspectiva global, longitudinal e de género. Global, no sentido em que os vários campos sociais se intersectam e se articulam na produção de vivências e identidades integradas. Longitudinal, na medida em que essas orientações se entrelaçam nas experiências, trajectórias e transições dos agentes sociais (neste estudo, consideraram-se os jovens entre os 18 e os 30 anos). De género, no sentido em que interessava explorar diferenças e semelhanças nas oportunidades concedidas a rapazes e raparigas, no modo como uns e outras transitam para a vida activa e nas orientações que conduzem essas transições. Além disso, sempre que possível, procurou-se enriquecer a análise através da comparação das orientações dos jovens portugueses com as dos seus congéneres europeus.

Paralelamente, ainda que não seguisse o modelo de investigação-acção, o projecto teve também ambições de intervenção na realidade estudada. Neste sentido, inventariaram-se, entre os jovens, as principais necessidades na área da conciliação entre família e trabalho, as suas expectativas face ao papel do Estado, das empresas e dos sindicatos, bem como casos de “boas práticas” desenvolvidas no seio destas organizações.

Situando-se a investigação no plano da identificação de práticas e representações, valores e significados – isto é, no campo das intersubjectividades –, tornou-se consensual que a observação empírica se deveria basear numa metodologia de carácter qualitativo. Este tipo de metodologias permite uma recolha mais rica de dados relacionados não só com as condições, localizações e experiências (passados e presentes) dos actores sociais, mas também da forma como os próprios actores as vivem e reflectem sobre elas (Quivy e Campenhoudt, 1988).

Dado que se pretendia identificar e articular as orientações e representações presentes com uma perspectiva longitudinal, que equacionasse as trajectórias de vida (desde o percurso realizado aos planos de futuro), procedeu-se a uma observação empírica a dois tempos. Num primeiro momento, realizaram-se entrevistas de grupo focalizadas (*focus groups*), em articulação com outros quatro países europeus, com o intuito de discutir questões fundamentais e valores dominantes no processo de transição para a vida adulta, em particular, relativos às áreas

da família e do trabalho. Num segundo momento, a nível nacional, realizaram-se entrevistas individuais com o objectivo de explorar as trajetórias de vida e a forma como os jovens as concebem. As modalidades sob as quais foram aplicadas ambas as técnicas, bem como os objectivos e potencialidades de cada uma, serão analisadas em pormenor mais adiante, dando especial enfoque ao caso português.

Este tipo de metodologias qualitativas tem, contudo, limitações quer em termos do estudo dos contextos que enformam os discursos e trajetórias dos actores quer em termos de extrapolação dos resultados obtidos. No primeiro caso, a questão foi, pelo menos, atenuada pelo recurso permanente e sistemático a dados quantitativos (fornecidos, em geral, por institutos de estatística de âmbito nacional ou europeu) e a trabalhos teóricos. Tentou-se, desta forma, interpretar e enquadrar os discursos e experiências dos jovens à luz dos contextos culturais, das tendências demográficas e sociais, bem como das políticas e medidas praticadas a nível nacional e da União Europeia. No segundo caso, refira-se que a investigação não tinha pretensões de exaustividade, nem mesmo de representatividade. Ainda assim, como se verá adiante, procurou-se diversificar ao máximo os perfis dos jovens entrevistados, segundo diversas variáveis, nomeadamente, o sexo, a idade, o estado civil, a origem social, o nível de escolaridade atingido, a situação escolar ou profissional e o seu contexto familiar presente.

Finalmente, é importante realçar que esta pesquisa desenvolveu-se no quadro de uma investigação de âmbito europeu, denominada *The Reconciliation of Future Work and Family Life: Understanding and Supporting the Family and Employment Orientations of Young People in Europe* e coordenada por Suzan Lewis, da Universidade de Manchester, no Reino Unido²². Constituindo um projecto autónomo, na sua última fase com financiamento da CITE, foi assim possível trabalhar em estreita colaboração com investigadores de vários países, a realizarem pesquisas sobre problemáticas similares no Reino Unido, na Irlanda, na Suécia e na Noruega.

²² A equipa internacional era composta, além da coordenadora Suzan Lewis, por Janet Smithson, ambas da Manchester Metropolitan University, Julia Brannen, do Institute of Education da University of London, Pat O'Connor, da University of Limerick, Ann Nilsen, da University of Bergen, Clarissa Kugelberg, da University of Uppsala e por Maria das Dores Guerreiro, do CIES/ISCTE. A nível nacional, numa primeira fase, participaram na realização de entrevistas Ângela Amaral, Vanda Lourenço e Nuno Rodrigues.

As entrevistas de grupo focalizadas

O recurso às entrevistas de grupo focalizadas (*focus groups*) correspondeu à intenção de identificar as expectativas, as orientações e as estratégias dos jovens, bem como os seus percursos de transição no registo mais exploratório e aberto possível. Como notam Poirier e outros (1983), as discussões de grupo permitem discutir e aprofundar os temas abordados, sendo a conversa estimulada pelos vários protagonistas. Além disso, permitem a elaboração de um discurso colectivo e público, constituindo uma simulação do próprio processo de construção intersubjectiva da realidade. Tal como as próprias práticas quotidianas, situam-se num registo público, no qual se desenvolvem representações de si e dos outros, através de mecanismos de identificação e diferenciação/distinção.

Note-se que esta técnica de observação pode adoptar diversas modalidades, desde as mais centradas na conversa e discussão entre os protagonistas, até às mais conduzidas pelo próprio investigador. Nesta investigação, a equipa – em reuniões e via correio electrónico – desenvolveu um guião semi-estruturado e que usou como base para as entrevistas de grupo, ainda que se tenha concedido ampla liberdade às próprias contingências do desenrolar das conversas. Assim, nas palavras das duas investigadoras do projecto mais envolvidas nas questões metodológicas, “we use the term ‘focus group’ to refer to a ‘controlled’ group discussion where the moderator poses questions, raises relevant topics, and moves the group back to relevant topics or on to new topics on the research agenda” (Smithson e Brannen, 2002: 16).

Os tópicos incluídos no guião das entrevistas de grupo foram os seguintes (Lewis e outras, 1999):

- o processo de transição para a vida adulta;
- as relações afectivas, a ideia de “assentar”, o casamento e os filhos;
- as expectativas e prioridades quanto ao estilo de vida, ao emprego actual e futuro;
- as posições sobre a insegurança no emprego e os percursos profissionais;
- as formas (actuais ou hipotéticas) de conciliação entre emprego e vida familiar;

- as expectativas face ao apoio da família, de outras redes informais, do Estado, de entidades empregadoras e dos sindicatos;
- a equidade/assimetria entre os géneros na conciliação entre emprego e vida familiar;
- exemplos de “boas práticas” no apoio a essa conciliação.

Relativamente à amostra, face a uma sobrecarga de variáveis, optou-se por restringir a população abrangida à área metropolitana de uma grande cidade de cada um dos países. Dentro deste universo, o principal critério de amostragem prendeu-se com a procura da máxima diversidade: das variações estruturais nas oportunidades educacionais e profissionais; das fases ocupadas no processo de transição. Assim sendo procuraram-se entrevistar, em cada país, grupos (de 6 a 10 elementos) com as seguintes características: estudantes do ensino superior; estudantes do ensino técnico-profissional; jovens desempregados ou com empregos precários; profissionais licenciados; operários e outros trabalhadores não qualificados ou de qualificação intermédia. Embora, no geral, os grupos tenham sido organizados por género, constituíram-se também alguns grupos mistos, de modo a ser possível discernir as formas como os discursos de rapazes e raparigas convergem e divergem num contexto de presença mútua. Cruzando as situações escolares-profissionais com o género, constituíram-se assim, em cada país, cerca de 10 grupos de jovens. Note-se que a dimensão dos grupos foi bastante variável, correspondendo a variações de disponibilidade.²³ Além disso, as equipas nacionais fizeram certas alterações de modo a que a metodologia se adaptasse às realidades dos seus países. Por exemplo, em Portugal e em Inglaterra, face à existência de segmentos significativos da população de origem imigrante, considerou-se pertinente incluir um ou dois grupos de jovens africanos (no caso português), indianos (no caso inglês).

Em Portugal, participaram nas entrevistas de grupo focalizadas 84 jovens, 38 do sexo feminino e 46 do sexo masculino. As idades dos jovens variam entre os 18 e os 30 anos, sendo que a maioria (60%) tinha idades compreendidas entre os 20 e os 25 anos. Embora a maior parte dos entrevistados fossem solteiros, houve a preocupação de incluir alguns

²³ Como assinalam Smithson e Brannen (2002), as entrevistas de grupo são especialmente sensíveis às oportunidades e constrangimentos situacionais. Por exemplo, se estabelecemos um grupo de 8 elementos e um deles falta ou, afinal, não se adequa ao perfil pretendido (e isso é frequente) isso não deve por em causa a sessão, visto que será muito difícil recriar a situação ideal.

jovens casados, que representaram 8% da amostra. Os jovens em coabitação foram também abrangidos, embora em proporções muito distintas (2%). Por fim, embora a maioria dos jovens falasse da condição de pais como uma hipótese futura, alguns deles encontravam-se já nessa condição (12%).

Relativamente aos níveis de escolaridade e à situação profissional dos entrevistados, constam do quadro 1 e reflectem, em traços largos, as diferentes realidades culturais e económicas dos jovens que participaram nesta pesquisa. Recorde-se, no entanto, que este estudo não teve pretensões de representatividade estatística, o que é visível, por exemplo, pelo facto da licenciatura ser o nível de escolaridade de 54% dos entrevistados portugueses, quando essa taxa para o grupo etário em causa é bem mais baixa.²⁴

Quadro 1. *Distribuição dos jovens entrevistados segundo a condição perante o trabalho e o nível de escolaridade atingido.*

		N	%
Condição perante o trabalho	Emprego permanente	10	12
	Emprego temporário	16	19
	Estudante universitário	37	44
	Estudante sec./técnico-profissional	14	17
	Desempregado	7	8
Nível de escolaridade	Licenciatura	45	54
	Ensino secundário	24	29
	Ensino básico	15	18

Como assinalam Smithson e Brannen (2002), os *focus groups* devem ser entendidos enquanto *performances*. Esse é, simultaneamente, o seu principal mérito e a sua maior limitação. Isto implica que se tome, por um lado, o grupo como unidade de análise e que se considere, por outro, os complexos fenómenos de interacção que ocorrem no seu interior. Ou por outra, que se problematize as complexas relações entre o *eu* e o *outro*.²⁵

²⁴ Em Portugal, apenas 26.9% dos jovens entre os 25 e os 29 anos terminou o ensino superior (Censos 2001, INE).

²⁵ Esta complexa relação, bem como as metodologias apropriadas para a estudar, têm sido motivo de intensos debates entre os investigadores sociais. Para uma discussão mais aprofundada destas questões, leiam-se por exemplo as actas de um simpósio dedicado ao tema, realizado no Quebeque em 1996 (Bourdages e outros, 1998).

As dinâmicas de comunicação e de poder, a emergência de protagonistas e discursos “dominantes” (e o silêncio dos dominados) ou os próprios mecanismos de construção do *eu* e representação do *outro* devem assim ser considerados. Este tipo de dinâmicas produz, facilmente, fenómenos de distanciação (ou mesmo vergonha) cultural e linguística, bem como de intimidação perante um contexto estranho (a entrevista de grupo) ou mesmo de ocultação de situações pouco lícitas e prestigiantes, conduzindo a descrições pouco detalhadas dos seus verdadeiros sentimentos e posições (Poirier e outros, 1983; Almeida e Pinto, 1986). Simultaneamente, estas dinâmicas são também a mais-valia das entrevistas de grupo. É que as realidades em que vivem os actores sociais – e que condicionam não só as suas oportunidades, mas também as suas representações e práticas – são também elas intensamente colectivas e públicas, repletas de fenómenos de poder e comunicação, protagonismo e ocultação, identificação e demarcação. Assim sendo, as posições e disposições são resultado de processos continuados de interacção e de negociação. Os discursos e protagonistas que emergem como dominantes nos *focus groups* são, muitas vezes, aqueles que surgem como dominantes (porque mais aceites) na própria construção social da realidade, usufruindo de uma superioridade simbólica sobre os outros.

As entrevistas individuais

Além das entrevistas de grupo, considerou-se fundamental realizar entrevistas individuais a jovens em processos de transição para a vida adulta, de modo a melhor compreender (e relacionar) as suas trajectórias passadas, as suas condições presentes e os seus projectos de futuro. Note-se que, nas entrevistas de grupo, estes elementos foram, muitas vezes, diluídos ou mesmo omitidos, devido ao teor mais livre da conversa e aos já referidos mecanismos de protagonismo e ocultação resultantes da interacção entre entrevistados. As entrevistas individuais permitiram assim, noutra ambiente, aprofundar e sistematizar questões fundamentais e que se prendem com as próprias contingências dos percursos de transição.

Correspondendo a este carácter mais localizado, estas entrevistas individuais foram organizadas e desenvolvidas a nível das equipas nacionais, registando-se grandes diferenças nos figurinos seguidos nos vários países. Em Portugal, realizaram-se duas fases distintas de entrevistas, perfazendo um total de 40 entrevistas. Os jovens tinham entre os 20 e os 32 anos, 21 eram do sexo feminino e 19 do masculino. Todos eles tinham já tido alguma experiência de trabalho e residiam na área

metropolitana de Lisboa. De forma a garantir uma grande diversidade de perfis entre os entrevistados, definiram-se grupos profissionais com condições bastante distintas e dentro destes seleccionou-se uma pessoa, que nos indicou mais três, num sistema tipo *bola de neve*. A caracterização sociográfica dos jovens entrevistados (quadros 2 e 3) sugere que esse objectivo de diversificação foi atingido.

Quadro 2. *Caracterização sociográfica dos entrevistados, considerando a classe social de origem, o nível de escolaridade, a situação familiar e a condição perante o trabalho, segundo o sexo*

		Sexo feminino	Sexo masculino	total	%
Classe social de origem	Empresários, dirigentes e prof. liberais	4	4	8	20
	Prof. técnicos e de enquadramento	3	2	5	13
	Trabalhadores independentes	2	4	6	15
	Empregados executantes	8	3	11	28
	Assalariados executantes pluriactivos	1	4	5	13
	Operários	3	2	5	13
Nível de escolaridade	Licenciatura	6	4	10	25
	Licenciatura incompleta/em curso	4	8	12	30
	Ensino secundário completo	6	3	9	23
	Ensino sec. incompl./em curso	1	1	2	5
	9º ano ou menos	4	3	7	18
	Curso profissional completo	9	3	12	30
	Curso profis. incompl./em curso	1	1	2	5
Situação familiar	Casado, com filhos, em casa própria	3	0	3	8
	Casado sem filhos, em casa própria	4	0	4	10
	Casado, com filhos, em casa dos pais	2	0	2	5
	Casado sem filhos, em casa dos pais	1	0	1	3
	Coabitação sem filhos	0	1	1	3
	Solteiro, sem filhos, em casa dos pais	8	15	23	58
	Solteiro, sem filhos, noutra casa	3	3	6	15
Condição perante o trabalho	Emprego permanente	3	4	7	18
	Emprego temporário	15	12	27	68
	Estudante	1	3	4	10
	Desempregado	2	0	2	5

* A categorização da classe social de origem baseia-se em indicadores socioprofissionais familiares de classe, segundo uma matriz que tem sido desenvolvida no âmbito da teoria das classes sociais, em estudos conhecidos como Almeida (1986), Almeida e outros (1988; 1994), Costa (1999), Costa e outros (2000), etc.

Quadro 3. *Caracterização socioprofissional dos entrevistados, considerando a área de ocupação no momento da realização da entrevista*

		Sexo feminino	Sexo masculino
Profissões intelectuais e científicas	Engenharia telecomunicações	0	2
	Informática	2	2
	Ciências	2	2
	Medicina	0	1
Técnicos e profissionais de nível intermédio	Banca	1	1
	Ensino (pré-escolar e básico)	4	0
	Vendas	0	1
	Telecomunicações	0	2
	Fisioterapia	1	0
	Serviços administrativos	3	2
Empregados executantes	Auxiliar de acção médica	1	1
	Restauração	3	1
	Serviços pessoais e domésticos	1	0
Operários	Pesca	0	1
	Mecânica automóvel	0	1
	Desempregados	2	0
	Estudantes	1	2

As entrevistas tiveram a duração média de 2 horas, sendo gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Decorreram segundo um modelo semi-directivo, no qual o investigador conduz o entrevistado por uma série de tópicos, mas concede-lhe uma relativa liberdade para abordar outras questões, lançar ideias e opiniões, contar situações e histórias pessoais. O guião das entrevistas abrangeu diversas esferas da vivência juvenil, dando especial enfoque às áreas do trabalho e da família e, sobretudo, ao modo como ambas se articulam nos quotidianos dos jovens em transição para a vida adulta. As questões foram divididas em dois grandes blocos: as relativas ao percurso de vida e à condição presente; as relativas a projectos, expectativas e orientações para o futuro.

Estas entrevistas individuais permitiram reconstituir biografias, identificar estratégias e aspirações, sem o possível retraimento ou intimidação resultantes do facto de se estar em grupo e de se poder ser censurado pela trajectória passada ou pelas posições presentes (Poirier e outros, 1983). Estabeleceram-se assim “histórias de vida”, não no sentido mais estático e descritivo do conceito, mas no sentido dinâmico, de

espaço de encontro entre memórias e projectos.²⁶ O estudo dos percursos de vida – os “life courses” – tem merecido uma atenção crescente por parte das ciências sociais. Como assinalam Giele e Helder (1998), esta metodologia permite problematizar a complexa relação entre três temas fundamentais da análise social: a estrutura social, a mudança social e a acção individual. Na mesma linha, Pujadas (1992) acrescenta que o método biográfico permite ao sociólogo situar-se no ponto de convergência entre: 1. o testemunho subjectivo de um indivíduo, à luz da sua trajectória de vida, das suas experiências e da sua visão particular; 2. o retrato de uma vida que é o reflexo de uma época, de normas sociais e valores próprios da comunidade em que o sujeito está inserido.

Neste sentido, a reconstituição de “percursos de vida” foi particularmente valiosa, na medida em que permitiu explorar os modos como os jovens vivem o seu processo de transição para a vida adulta, considerando os seus contextos de origem, as suas experiências, condições e estratégias, e, simultaneamente, questionar as formas (e mudanças) estruturais e culturais que enquadram e condicionam esse processo de transição nas sociedades contemporâneas.



Face a uma pluralidade de questões e problemáticas, a pesquisa empírica baseou-se na combinação, a seu tempo rigorosa e imaginativa, de diversas metodologias. Em particular, considerou-se que a recolha sistemática de dados estatísticos, a organização de entrevistas/discussões de grupo e a realização de entrevistas individuais semi-directivas constituiriam três técnicas apropriadas para aprofundar as realidades em estudo, permitindo três tipos diferentes, mas entrosáveis e igualmente importantes, de análise. Sobretudo a articulação dos dados recolhidos por essas três técnicas pareceu especialmente fértil para a reconstituição de uma série de tendências que caracterizam as transições para a vida adulta na Europa e, especificamente, em Portugal. São estas tendências que se apresentam nos capítulos seguintes.

²⁶ Esta concepção dinâmica dos “percursos de vida” e das identidades, articulando memórias reconstruídas e projectos por realizar, tem sido proposta por autores da antropologia como Velho (1994). Giele e Helder (1998: 20) acrescentam que existem diversos tipos de pesquisas sobre “percursos de vida”. Um deles (a pesquisa longitudinal) tem, precisamente, como objectivo “observar as formas como as interações entre o self e o outro ou entre a pessoa e o contexto estão ambas implicadas na orientação do percurso de vida numa determinada direcção”.

IV. PERCURSO EDUCATIVO

OPORTUNIDADES E DESIGUALDADES

Inerente aos processos de modernidade, a criação em grande escala de empregos técnicos e científicos, bem recompensados em termos económicos e simbólicos, e o aumento do nível de vida das famílias conduziram a aspirações e investimentos crescentes na educação.²⁷ O afastamento da esfera da produção e o prolongamento dos percursos escolares e académicos permitiram a cada vez mais jovens, simultaneamente, escolher e assegurar o seu futuro profissional. Como comenta Castells (1998), as sociedades baseadas no conhecimento e nas tecnologias dão origem a sistemas credencialistas em que a “educação é o valor chave do trabalho”.

Mais recentemente, a crise do mercado de emprego juvenil reforçou a aposta na escolaridade ao dificultar os percursos juvenis exteriores à escola, de entrada prematura e desqualificada no mercado de trabalho. Progressivamente, a educação formal deixou de ser vista como garantia e passou a ser entendida como uma ocupação e uma necessidade para enfrentar um mercado de trabalho qualificado e competitivo, em que a oferta de empregos é cada vez mais escassa.

Numa situação inédita, praticamente todas as crianças portuguesas passam hoje pelo sistema de ensino, frequentando, pelo menos, o 1.º ciclo do ensino básico. No entanto, se cada vez mais jovens seguem a via escolar e académica, adiando a entrada na vida profissional, muitos outros ingressam rapidamente no mercado de trabalho, parte deles sem terminar sequer o ensino básico. Esta “escolha crítica” abre dois universos de transição diferenciados (Banks e outros, 1992). Note-se, contudo, que esta “opção” continua a ser muito condicionada por variáveis sociais – por um lado, a classe social, o género e o local, por outro, as condições e experiências proporcionadas pelos próprios sistemas de ensino e de emprego – que delimitam oportunidades e vocações, no sentido da reprodução das estruturas e desigualdades sociais (Bourdieu e Passeron, 1970). Além disso, tem-se assistido, nas últimas décadas, ao rápido crescimento de uma terceira via, a formação profissional, dentro da qual proliferam cursos com objectivos e modelos muito diversos. Por

²⁷ Ainda que a necessidade social por trabalhadores qualificados e as aspirações individuais por mais qualificações sejam produtos de uma mesma configuração societal, não é de excluir a possibilidade de existirem desfasamentos entre uns e outros (ver anexo: sobre a desarticulação entre educação e trabalho).

fim, o percurso de escolaridade já não é necessariamente contínuo. Uma percentagem cada vez maior das populações tende a reintegrar-se periodicamente em sistemas educativos ou de formação, de modo a aumentar, completar ou actualizar as suas qualificações.

Através do material empírico recolhido, o presente capítulo reflecte acerca destes quatro fenómenos – os dilemas da escolaridade, a massificação do ensino superior, a expansão da formação profissional e a conciliação entre formação, emprego e família – e dos contornos que adquirem no caso português, em comparação com aquilo que acontece noutros países europeus. Procura-se, desta forma, analisar o modo como os trajectos educativos e formativos dos jovens modelam também o seu processo de transição, criando novas oportunidades, gerando novos obstáculos.

Uma escola que não é para todos

O advento da modernidade trouxe consigo a generalização do acesso ao ensino básico, não apenas como direito, mas como obrigação. Considera-se, assim, que todos os jovens devem, entre os 6 e os 15 anos (com pequenas oscilações entre os países), frequentar a escola, de forma a adquirirem uma série de competências essenciais que lhes permitam integrar-se nas sociedades contemporâneas e, nomeadamente, no mercado de trabalho. Ao longo das últimas três décadas, Portugal tem vindo a acompanhar este processo (Sebastião, 1998), conseguindo finalmente alcançar um patamar de universalização da frequência ao primeiro ciclo (6-10 anos). Porém, o país continua marcado por atrasos e insuficiências significativos. Questões como o analfabetismo ou o abandono da escola básica (obrigatória), já ultrapassadas na grande maioria dos países europeus, continuam a marcar forte presença, sobretudo no interior do país, impondo fortes constrangimentos e vulnerabilidades aos processos de transição para a vida adulta (Carvalho, 1998). A taxa de analfabetismo cifra-se ainda nos 9% (Censos 2001, INE). Uma parte significativa dos jovens portugueses não completa a escolaridade obrigatória (Benavente e outros, 1994) e nem detém as competências básicas de literacia (Benavente e outros, 1996).

Mesmo circunscrevendo-se à região de Lisboa, a pesquisa empírica realizada mostra claramente que a generalização da escolaridade básica, não significa a generalização das experiências escolares bem sucedidas. Confirmando uma tendência identificada por Benavente e outros (1994), os testemunhos recolhidos revelam como os insucessos e reprovações, o desinteresse pelas “matérias”, os círculos de amigos e a vontade de

trabalhar, ganhar dinheiro ou conquistar autonomia tendem a convergir e a acumular-se em trajetórias de exclusão da escola. Uma parte substantiva dos jovens tendem a nem sequer concluir a escolaridade básica ou a fazê-lo já em idade tardia e em clara ruptura com o sistema educativo.²⁸

Nas narrativas dos jovens, o abandono escolar surge quase como uma “fatalidade”, muitas vezes determinada por acontecimentos marcantes que obrigaram ao afastamento da escola. A necessidade urgente de dinheiro, a doença prolongada ou a gravidez (no caso das raparigas) são, frequentemente, as causas imediatas para o abandono, até porque as escolas não possuem recursos para lidar com essas situações.

- Há muitas miúdas que [ao engravidarem] estragaram a vida delas... se não tiverem o apoio do marido, muitas não têm o apoio dos pais... tiveram que deixar de estudar.

Entrevista individual: jovem do sexo feminino, mãe aos 16 anos, e.e.

Todavia, uma análise mais aprofundada das entrevistas permite compreender que os jovens que abandonaram a escola prematuramente, não só possuíam anteriormente experiências escolares marcadas pelo desinteresse e pelo insucesso, como são todos originários de classes desfavorecidas e sem qualificações superiores, isto é, são filhos de operários ou de empregados executantes. O seu abandono precoce da escola tenderá a traduzir-se em reprodução de classe (Bourdieu e Passeron, 1970). É, pois, interessante analisar as referências às experiências escolares nas entrevistas de grupo com rapazes operários, alguns deles de origem africana.

- Tirei o 7.º ano, queria era jogar à bola, estava a lixar-me para os estudos, enfim, hoje estou preocupado com isso.
- Mas chega um certo ponto em que acaba o estudo e temos que trabalhar...
- Era preciso que nós tivéssemos uns pais com boas finanças.
- Eu larguei a escola porque os meus pais não tinham mais... eu queria avançar, queria ir para qualquer lugar e não tinha dinheiro, então espera aí, acabou a escola, aquilo que sei, sei, aquilo que não sei, que se lixe. Mas estou bem arrependido. Comecei a trabalhar e foi até hoje.

Entrevista de grupo: jovens operários do sexo masculino

²⁸ Dos 40 entrevistados individualmente, 5 deles não concluíram o ensino básico e obrigatório, e 4 outros concluíram já com várias reprovações e manifestando disposições claramente adversas ao prosseguimento dos estudos. A falta de sentido da escola para parte dos jovens está bem patente neste comentário de um dos entrevistados: "às vezes, a escola faz um bocado mal às pessoas... a certo tipo de pessoas".

Nestas passagens é possível constatar que embora a escola seja formalmente para todos, continua a ser vivida como um privilégio de alguns, nomeadamente daqueles que pertencem às classes médias e altas. Em geral, os jovens operários consideram o ensino escolar demasiado teórico, acusam a escola de não conseguir lidar com os problemas e as necessidades de muitos alunos e sentem-se desacompanhados nas opções escolares. Mas nota-se também que, em contraste com as gerações anteriores, predomina, mesmo na classe operária, uma aspiração efectiva a permanecer na escola, ainda que contrariada pelas contingências do quotidiano (Guerreiro, 1998b). Assim sendo, o esforço pessoal, o apoio da família e o envolvimento de certos professores permite que um número crescente de alunos provenientes das classes desfavorecidas consiga completar a escolaridade básica e transitar para o ensino secundário, alimentando o sonho de chegar ao ensino superior.

Este conflito entre a vontade ou necessidade de trabalhar (para ter rendimentos) e o aumento das aspirações escolares explica, em parte, a massificação do ensino recorrente (turno da noite). Dos 40 jovens entrevistados individualmente, 11 passaram pelo ensino recorrente, quase todos pertencendo à classe operária ou à pequena burguesia de execução. Se em alguns casos revelou-se um compromisso bem sucedido, para maioria o ensino recorrente representou o fim do sonho, a porta de saída da escola, face à extrema dificuldade em conciliar o trabalho escolar com a vida profissional.

Neste contexto, o ensino secundário surge como uma plataforma intermédia, uma *no man's land*, na qual se cruzam lógicas, trajectórias e aspirações bem divergentes. Para uns significa uma preparação para o ensino superior, mas para muitos outros constitui um espaço de incertezas, tempo de reconfiguração de projectos de vida, sala de espera do mercado de trabalho. Isso ficou bem claro nas entrevistas de grupo. Enquanto os jovens universitários defendem que o ensino secundário devia assegurar uma formação geral, adiando as opções vocacionais, os jovens operários ou administrativos consideram que o ensino secundário devia ser mais prático, privilegiando as vias optativas. A fusão destas várias lógicas aproxima-se, por vezes, da tal “selva sem identidade” (Azevedo, 2000a).

Assim sendo, as entrevistas com os alunos do ensino secundário foram bem demonstrativas de uma certa insatisfação face à escola, justificada pelas poucas opções, os conteúdos desmotivantes ou os professores desmotivados. Muitos estudantes do ensino secundário protegem-se em disposições de “adesão distanciada” à escola (Abrantes, 2003). Revelam

que não se sentiriam bem sem terminar o 12.º ano, até porque alimentam um sonho universitário, para de seguida proferirem afirmações como a seguinte: “mais vale ir ter com os amigos e divertir-me enquanto posso, do que estar ali a marrar”. O mais marcante das entrevistas foi constatar a enorme instabilidade em que vivem estes jovens, reflectida na dificuldade generalizada em fazerem planos a médio ou a longo prazo. Esta dificuldade é, no entanto, mais visível no caso dos rapazes. As alunas do ensino secundário sentem-se, em comparação, melhor integradas e mais satisfeitas no espaço escolar, revelando projectos mais ambiciosos e bem definidos.²⁹

Entrar na faculdade ou alcançar a profissão desejada são (sobretudo para os rapazes, mas frequentemente para as raparigas) objectivos encarados com incerteza e cepticismo. Os exames nacionais e, particularmente, a impossibilidade de entrada no curso pretendido tornam-se catalisadores de medos e angústias, momentos de possível desilusão. Um dos alunos comentava, com excesso de pragmatismo, que “há empregos que é melhor nem pensar, porque as médias de admissão são demasiado altas”. Ainda que as oportunidades educativas tenham crescido exponencialmente, certas vias parecem fechar-se, limitando as opções de uma grande maioria de alunos. Os casos de medicina, veterinária ou arquitectura são os exemplos máximos.

De facto, as entrevistas individuais identificaram um número assinalável de jovens que não conseguiram entrar no curso superior desejado, por ficarem aquém da média de admissão dos cursos. Parte deles encontrou vias alternativas, encetando trajectórias académicas bem sucedidas, ainda que em cursos de segunda escolha ou em universidades privadas, em que os pais puderam suportar os custos. Todavia, para vários outros, essa contrariedade fez com que o percurso escolar “empenasse” (na curiosa expressão de uma das entrevistadas), entrando no circuito das “melhorias de notas”, muitas vezes, conduzindo à entrada no mercado de trabalho. Para esses, o sonho universitário tornou-se uma miragem.

Mesmo os jovens universitários, com trajectórias escolares bem sucedidas, guardam memórias ambíguas da sua experiência no ensino secundário. Parte deles considera que a lógica da escola, centrada em faltas, notas e testes, não incentiva à autonomia e à reflexão dos alunos.

²⁹ A recente supremacia das raparigas no campo escolar será aprofundada no capítulo dedicado às diferenças de género.

- Pode ser que, depois, na universidade já não aconteça, mas a minha experiência até ao 12.º é que não... a única coisa que a escola nos ensinava é que, nos testes, tínhamos de ter aquele determinado valor para poder passar de ano...

Entrevista de grupo: jovem universitário do sexo masculino

Contudo, as ambiguidades e inseguranças que dominam o ensino secundário não invalidam a existência de experiências e trajectórias marcadas por outros referenciais. As entrevistas individuais permitiram também encontrar trajectórias de vida em que a passagem pelo ensino secundário representou um impulso decisivo para percursos académicos bem sucedidos. À semelhança do que acontece noutros países (Banks e outros, 1992), actividades específicas, bem como certos professores, parecem ter sido cruciais no percurso de vários jovens. Nomeadamente, a escolha do curso superior parece ser uma prática intensamente colectiva, na qual os jovens recorrem aos conselhos de familiares (frequentemente, irmãos mais velhos), professores, colegas ou amigos com quem se identificam. Muitos, sobretudo provenientes de famílias com baixos níveis de escolaridade, lamentam a falta de informação acerca das vias a seguir.

Num momento em que, em termos internacionais, se discute a degradação das escolas públicas e a crescente segmentação dos “públicos escolares” entre o sector público e privado, é de assinalar o facto de nem as trajectórias de vida dos jovens, nem as suas representações e orientações sugerirem diferenças significativas entre os dois sectores. Os trajectos e as representações de ambos parecem confundir-se. Aliás, das 40 entrevistas individuais realizadas, apenas duas referiam essa distinção e, em ambos os casos, para enfatizar que o ensino público proporciona experiências mais abertas e diversificadas, face a trajectos mal sucedidos nos colégios privados.

Os corredores da faculdade

Os anos 90 em Portugal foram marcados pelo crescimento acentuado do ensino superior, público e privado, respondendo ao enorme aumento da procura e da oferta desse tipo de qualificações. Ao longo desta década, o país viu a sua taxa de licenciados duplicar, quedando-se hoje pelos 11% (Censos 2001, INE), ainda assim, muito abaixo do registado na maioria dos países europeus, em que a massificação dos cursos superiores ocorreu nos anos 60 e 70.

Apesar das assimetrias classistas e regionais, é inquestionável que este processo significou um aumento enorme das oportunidades dos jovens, sobretudo daqueles que pertencem às classes desfavorecidas (Costa e outros, 1990). A universidade deixou de ser um privilégio das elites, tornando-se, para muitos jovens, a porta de acesso às “novas classes médias”. De acordo com os dados mais recentes do INE (Censos 2001), 26.9% dos jovens entre os 25 e os 29 anos terminou o ensino superior.

Isto foi bem visível nos trajectos, representações e expectativas de muitos dos jovens entrevistados, reflectindo uma clara mudança social. Foi possível constatar que, nos vários países europeus em que se realizou este estudo, os jovens, quando questionados acerca das diferenças entre a sua vida e a dos seus pais, referiram as oportunidades de formação que estão hoje disponíveis, em contraste com a necessidade sentida pelos seus pais de trabalhar desde cedo (Lewis e outras, 1999). Este fenómeno parece ampliado em Portugal, devido à pobreza severa e aos níveis de escolaridade muito baixos que caracterizaram o país até a um passado muito recente.

Sendo o percurso universitário uma opção bastante facilitada para os jovens cujos pais possuem já títulos académicos, continua a ser uma conquista árdua para as classes populares, em que às projecções futuras se sobrepõem quotidianos de precariedades e privações várias. Além disso, vários entrevistados revelam o facto de o aumento das oportunidades no ensino superior se ter convertido numa pressão com a qual têm de lidar. À semelhança daquilo que acontece na Suécia (Kugelberg, 1998), os jovens portugueses (sobretudo das classes médias) são pressionados, por familiares e amigos, a seguir uma formação superior, considerando-se todas as outras opções como inferiores e desprestigiantes. Esta situação é reforçada, em muitos dos países europeus, pela contracção do mercado de trabalho juvenil. Para um número crescente de jovens, não conseguir entrar no curso pretendido passou a constituir um fracasso e o prenúncio de um vazio de oportunidades.

Pelo contrário, para os jovens que lhe conseguem aceder, o ensino superior representa uma transformação significativa das redes de sociabilidade e dos estilos de vida e, sobretudo, uma enorme abertura de perspectivas face ao futuro (Costa e outros, 1990). Tal como nos restantes países europeus (Lewis e outras, 1999), emerge um grupo de jovens altamente envolvidos nos quotidianos universitários e com altas

expectativas face ao futuro profissional.³⁰ Querem aproveitar as oportunidades que os pais não tiveram e escolher uma profissão em que se sintam realizados. São os “trabalhadores do conhecimento” (Lindley, 2000). Os seus trajectos de vida, a sua auto-realização e as suas representações são altamente tributárias dos percursos e oportunidades de formação. Têm sucesso, gostam de estudar e, muitos deles, continuam trajectos de formação mesmo depois de terminada a licenciatura (cursos, pós-graduações, mestrados, etc.). A maioria revela vontade de ter formação no estrangeiro, pois deseja viajar, aprender, conhecer, contactar com outras culturas.³¹ Apesar destes jovens dependerem, em grande medida, do suporte económico dos pais, prolongando o tal estatuto de “semi-dependência”, é curioso notar que parte deles é proveniente de famílias com níveis de escolaridade bastante baixos, nomeadamente, ligadas à pequena burguesia de execução.

- Eu gosto muito de estudar, não sei viver sem estudar, estudar para mim é uma forma de vida.

Entrevista individual: jovem do sexo feminino

Além disso, o próprio percurso profissional destes jovens parece estar intimamente associado à vivência universitária. Não só os empregos alcançados dependem das qualificações e competências adquiridas na universidade, como frequentemente os convites para esses empregos surgem precisamente nos corredores das faculdades, nos anos terminais das licenciaturas, a partir de uma rede de contactos informais estabelecida e na qual certos professores universitários parecem representar nós decisivos.

Porém, é importante notar que as oportunidades, a realização e o sucesso caracterizam apenas parte dos percursos universitários em Portugal. Para um número significativo de jovens, o trajecto universitário parece ter sido consideravelmente vazio de sentido e/ou terminou em desilusão, face à incapacidade de obter emprego na área em que estudaram. O insucesso e

³⁰ Contudo, este projecto identificou também algumas especificidades nacionais. Enquanto em Inglaterra ou na Suécia, o suporte familiar e/ou do Estado, permite que o período universitário seja, para muitos jovens, uma fase em que se viaja e em que se vive sozinho ou com os amigos (Lewis e outras, 1999), para a larga maioria dos jovens portugueses essa experiência universitária não passa de um projecto nunca realizado. Face aos insuficientes apoios estatais, os estudantes universitários vivem geralmente em casa dos pais e têm oportunidades limitadas de viajar. Excepto casos raros, essas deslocações ocorrem apenas para aqueles que escolhem cursos que não existem perto do local onde vivem e são financiadas pelas famílias.

³¹ Parece, assim, confirmar-se uma relação entre a formação avançada e a condição cosmopolita (Peixoto, 1999).

o abandono no ensino superior são, assim, fenómenos que crescem aceleradamente em Portugal, a par com um certo cepticismo face ao valor do diploma universitário no mercado de trabalho e a uma incapacidade de traçar projectos de vida.

- Tenho alguma incapacidade de fazer projectos a longo prazo, não me consigo ver daqui a 5 anos, nem daqui a 10, e vou acabar o curso em Setembro, e portanto só vejo a minha vida até Setembro, a partir de Setembro é um imenso vazio, não sei o que vai acontecer.

Entrevista de grupo: jovem universitária do sexo feminino

As entrevistas de grupo aos jovens universitários revelaram, em geral, discursos bastante pessimistas quanto à faculdade, considerada demasiado teórica e desligada do mercado de trabalho. Muitos desses jovens sugerem, assim, a aposta em estágios e na formação profissional, como modo de facilitar a integração num mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Note-se que a massificação do ensino superior conduziu a uma grande diversificação das experiências educativas e a uma concepção da educação como um bem de consumo (Furlong e Cartmel, 1997). Como o estatuto de “diplomado” já não garante um futuro profissional, aumentou exponencialmente a pressão sobre as escolhas dentro do sistema de ensino superior, sendo que algumas delas (as mais prestigiadas) se tornaram muito selectivas, enquanto as outras viram as qualificações que atribuíam desvalorizarem-se no mercado de trabalho (Banks e outros, 1992). Falar da experiência universitária é, pois, falar de realidades cada vez mais divergentes. Se o “diploma universitário” em certas áreas ou em determinadas faculdades continua, de facto, a abrir a porta para trajectos profissionais seguros, plenos de condições e oportunidades, outros cursos parecem proporcionar aos seus alunos um mar de incertezas e ansiedades, em que as expectativas raramente correspondem às oportunidades no mercado de trabalho. A sociedade portuguesa assiste, assim, à emergência de um novo grupo: “os licenciados no desemprego”. A entrevista de grupo com jovens desempregados, a maior parte com formação superior, permitiu aferir como estes jovens se caracterizam por indicadores de classe contraditórios, práticas e representações difusas, cujo único denominador comum parece ser a desilusão. Em certas áreas, o recurso às pós-graduações e mestrados surge, não tanto devido à vontade de aprofundar conhecimentos ou se especializar, mas enquanto uma “fuga para a frente”, (mais) uma forma de adiar e preparar o embate com o mercado de trabalho.

- Passa o curso, passam-se os 5 anos, e depois é que uma pessoa tem que começar a pensar: o que é que eu vou fazer daqui para a frente? Agora já não se pode dizer “eh pá, vou tirar outro curso e daqui a 5 anos eu quero outra vez isto e isto”... Se calhar muitos sonhos continuam a ser os mesmos e a vontade continua a ser a mesma, mas eu acho que se perde bastante... Eu perdi o entusiasmo e aquela espontaneidade toda de ir atrás dos sonhos.

Entrevista de grupo: jovem desempregado do sexo masculino

Por conseguinte, não é fácil de analisar os efeitos da massificação do ensino superior nos processos de transição para a vida adulta. Alguns autores têm assinalado que a massificação do ensino superior criou múltiplas opções, situações e oportunidades para os jovens, conduzindo à desestandardização, não-linearidade e individualização das biografias (Cavalli, 1995; Galland, 1995b; Pais, 2001). Cada vez mais, os jovens circulam entre situações e condições diversas e transitórias.

No entanto, os dados empíricos sugerem que a diversidade e a não-linearidade dos percursos têm também limites. As entrevistas efectuadas no âmbito deste projecto, tal como um inquérito realizado nas universidades portuguesas (Mauritti, 2002), demonstram que o prolongamento dos projectos académicos é, geralmente, inconciliável com a ideia de ter, a curto prazo, um emprego seguro ou, mesmo, uma família. Sem dúvida que a expansão recente dos trabalhos temporários ou a tempo parcial, abrangendo sobretudo a população universitária, veio criar novas condições e situações híbridas e transitórias (Mortimer e outros, 1999).³² Mas o que é inquestionável é que, para a grande maioria dos estudantes universitários, o ensino superior constitui, de facto, um adiamento do processo de transição para a vida adulta, a par de um aumento das expectativas face ao futuro.³³

A expansão do ensino profissional

Entre as duas vias clássicas – o abandono escolar e o percurso universitário – tem-se assistido à enorme expansão de uma terceira via: a formação profissional (Azevedo, 2000a). Reproduzindo uma tendência europeia das últimas décadas, os anos 90 foram marcados, em Portugal,

³² De facto, as entrevistas realizadas apontam para o facto de, na grande maioria dos casos, o percurso universitário ser acompanhado por experiências profissionais temporárias. Ganhar algum dinheiro e conhecer o mundo do trabalho são as razões mais frequentemente apontadas para esta opção. Contudo, a pouca expressão do trabalho a tempo parcial em Portugal conduz a que estas experiências rapidamente entrem em conflito com as exigências do curso.

³³ Este inquérito conclui, por exemplo, que apenas 5% dos seus estudantes são casados (em geral, raparigas e/ou trabalhadores) e 14,2% são trabalhadores (Mauritti, 2002).

por uma clara aposta governamental no desenvolvimento do sistema de formação profissional, promovendo o aumento das instituições e ofertas de formação nesta área, em grande parte financiadas pela União Europeia, e procurando criar, simultaneamente, organismos, como o IEFP e o INOFOR, responsáveis por planear, regular, articular e certificar estes diversos dispositivos de formação.

Esta expansão dos sistemas de formação profissional vem ao encontro de dois fluxos cruzados. Por um lado, corresponde às crescentes exigências da nova economia, cuja competitividade e inovação dependem, em grande medida, de uma mão-de-obra possuidora de novas competências e conhecimentos mais vastos. Este processo atinge mesmo os ofícios que tradicionalmente se aprendiam pela prática. Neste sentido, a formação profissional implica processos complexos de recomposição das identidades profissionais e de modernização organizacional (Beleza e Pimentel, 1996; Clegg, 1998). Por outro lado, num contexto de contracção do mercado de trabalho (ver parte 2), os cursos profissionais são uma ocupação para os jovens desadaptados do ensino formal (quase sempre provenientes dos meios desfavorecidos), em situações de desemprego iminente ou efectivo.

Esta aposta recente tem tido consequências visíveis nos percursos de transição dos jovens: segundo Grácio (2000: 136), “aproximadamente 1 em cada 4 jovens que prosseguem os estudos após o 9.º ano frequentam um ensino tecnológico e profissional”. Os entrevistados não escapam à regra: apesar de considerarem uma área sobre a qual existe pouca informação, uma parte muito significativa (14 em 40) afirma já ter frequentado cursos de formação profissional. Predomina, aliás, entre os jovens, uma visão “neoprofissionalista”: face a um ensino escolar e universitário demasiado teórico, face aos riscos de exclusão associados ao abandono escolar prematuro, os cursos profissionais são, frequentemente, apontados como o elo de ligação necessário entre a esfera educativa e o mundo do trabalho.

Uma análise mais minuciosa sugere que a adesão a esses cursos é vivida, em geral, como um último recurso, não tanto como uma verdadeira escolha. As entrevistas apontam a existência de duas situações típicas de adesão ao ensino profissional: a) os jovens em abandono escolar e em clara ruptura com o sistema de ensino, mas que pretendem ter alguma formação para enfrentar o mercado de trabalho; b) os jovens desempregados, que são indicados pelo centro de emprego. Quer num caso, quer no outro, tratam-se, quase exclusivamente, de jovens originários das classes desfavorecidas, sobretudo da classe operária. A

própria escolha dos cursos resulta, muitas vezes, de factores circunstanciais (como a localização) ou económicos (os subsídios).

O facto de constituir um último recurso não significa, porém, que os cursos profissionais não representem uma oportunidade efectiva de qualificação para o sistema de emprego e, em geral, de auto-valorização e reconstrução de projectos de vida. Os entrevistados que passaram pelo ensino profissional enfatizam, em geral, os aspectos associados à criação de novas possibilidades e esperanças de integração no mercado de trabalho, bem como às redes de sociabilidades geradas nos cursos. Os subsídios aos alunos e os estágios finais são as componentes mais elogiadas, ainda que não estejam presentes em todos os cursos. Contrariando, aliás, uma opinião recorrente do senso comum, os alunos do ensino profissional, nas entrevistas de grupo, sublinharam que os seus cursos se caracterizavam por níveis de exigência elevados, horários excessivos e um ensino demasiado teórico.

A questão prende-se então com o capital sócio-profissional conferido por estes cursos. Criticando aqueles que o apontam como a panaceia de todos os problemas sociais e económicos, alguns autores têm advertido para o facto de o ensino profissional não ser, automaticamente, uma garantia de inserção profissional ou de criação de novos empregos (Banks e outros, 1992; Pais, 2001). A este propósito, a pesquisa realizada permitiu observar uma enorme diversidade de experiências e trajectos. Para alguns dos jovens, o curso profissional constituiu uma rampa de lançamento para carreiras profissionais bem sucedidas. Para outros, o final do curso significou um regresso ao mundo do trabalho instável e precário ou aos períodos de desemprego. Surgem, assim, os “profissionais dos cursos de formação” (Garcia e outros, 2000), jovens que vão acumulando, ao longo do seu trajecto de vida, cursos profissionais, sem que isso se traduza numa integração efectiva e qualificada no sistema de emprego. Em Inglaterra, este grupo atinge já uma proporção significativa da população juvenil (Furlong e Cartmel, 1997).

As entrevistas de grupo com jovens que frequentavam o ensino profissional revelaram também uma enorme diversidade de projectos de futuro. Uns queriam integrar-se rapidamente no mercado de trabalho, mas outros (tanto rapazes como raparigas) gostariam de ingressar no ensino superior. Alguns revelaram-se dispostos a tentar jogar nos dois tabuleiros. Esta enorme predisposição para os estudos superiores constitui, simultaneamente, um bom indicador e um novo desafio: por um lado, sugere que o ensino profissional conseguiu que muitos jovens permanecessem no sistema de ensino, permitindo-lhes mesmo novas

expectativas, projectos e vocações; por outro lado, obriga a repensar a tradicional incompatibilidade entre as vias profissionalizante e académica.

Em síntese, o ensino profissional constitui uma forma efectiva de promover o aumento das opções dos jovens, possibilitando a sua permanência nos sistemas de formação, e simultaneamente de contribuir para os qualificar, credenciar e valorizar num mercado de trabalho actualmente mais competitivo e menos acolhedor (Grácio, 2000). Desta forma, os cursos de formação constituem uma medida de combate à exclusão social. Todavia, o seu desenvolvimento gerou novos problemas e desafios, reconhecendo-se hoje que o seu sucesso integral – no seu duplo papel de responder às expectativas dos jovens e às necessidades das organizações de trabalho – depende também de um trabalho de colaboração mais estreito com as entidades patronais e com as instituições de ensino secundário e superior (Imaginário, 2000; Catarino, 2000). Alguns passos têm sido dados neste sentido, existindo diversos casos de formação bem integrada e sucedida a nível local, mas muito há ainda certamente por fazer (ver último tópico).

Voltar às aulas, em tempo de trabalho e de família

A expansão recente das trajectórias de formação – quer na vertente universitária, quer na vertente profissionalizante – conduz, como vimos, ao prolongamento e complexificação dos processos de transição para a vida adulta. No entanto, produz outro efeito: a dissolução das fronteiras entre o final da escolaridade e o início da vida profissional e/ou a constituição de família (Cedefop, 2001). A ênfase na “formação ao longo da vida”, como pilar da sociedade do conhecimento, cruza-se com a precariedade e instabilidade laborais, levando muitos trabalhadores a reatar percursos educativos, nas suas vertentes escolar (terminar o ensino básico ou secundário), académica (licenciaturas, pós-graduações ou mestrados) ou profissional (cursos profissionais, acções de formação, etc.).

Em Portugal, este processo parece adquirir especial relevo, devido à enorme intensidade da mudança social nas últimas décadas e aos baixos níveis de escolaridade de base. Muitos dos jovens que abandonaram prematuramente a escola sentem, poucos anos volvidos, a necessidade de mais qualificações e de novas competências para enfrentar um mercado de trabalho em acelerada transformação e que, cada vez mais, parece preferir as qualificações escolares, desvalorizando os saberes práticos. Para estes jovens, muitos deles operários com quotidianos marcados por

privações várias, o regresso à escola reveste-se, frequentemente, de um certo misticismo. Como comentou um jovem operário do sexo masculino e que frequentava o ensino recorrente: “com o 9.º ano, tenho a certeza absoluta que as coisas vão mudar”.

Mesmo os jovens que se encontram integrados num contexto profissional, dispondo já de alguma segurança e prestígio, são confrontados com o facto do seu nível de qualificações lhes bloquear a progressão na carreira. Apesar de subsistirem algumas bolsas de resistência, geralmente em áreas profissionais que sempre foram aprendidas pela prática, a grande maioria dos jovens trabalhadores revela interesse em voltar a estudar, como forma de valorização pessoal, integração efectiva no mercado de trabalho ou consolidação e progressão numa profissão já adquirida. Mesmo os jovens já licenciados, começam a recorrer, em grande escala, a mestrados e pós-graduações, à semelhança daquilo que acontece nos outros países europeus.

A análise das entrevistas permitiu, assim, constatar inúmeros casos de jovens que voltam, de facto, ao sistema de ensino. No entanto, identificou também diversos casos em que esse interesse nunca se chega a materializar devido à impossibilidade de conciliação com a vida profissional e/ou com a vida familiar. Note-se que os modestos rendimentos da generalidade dos portugueses, sobretudo dos mais novos e em comparação com os restantes países europeus, implica que o reatar dos projectos escolares se faz, em grande medida, sem colocar em causa o prosseguimento da vida profissional. Face à insuficiência dos apoios estatais (nomeadamente, subsídios e bolsas), a grande maioria dos jovens que regressa aos estudos, fá-lo por sua conta e em concomitância com o emprego. Entre enormes sacrifícios e malabarismos, procuram manter uma vida dupla: a de profissionais e estudantes. A grande afluência registada no ensino nocturno – sobretudo no nível secundário, mas também no ensino básico e mesmo no ensino superior – reflecte, pois, estas trajetórias de retorno, em larga escala, ao sistema de ensino. Além da sobrecarga de horários, no caso do ensino superior, o acesso à formação envolve também, frequentemente, avultados encargos financeiros.

Este quadro é reforçado pelos fracos incentivos e apoios à formação nos contextos de trabalho. Muitos dos jovens entrevistados comentam que os seus patrões não valorizam, nem apoiam, os seus projectos de formação, mesmo quando são no âmbito da profissão que desempenham, podendo, a longo prazo, constituir uma mais valia para as organizações. Limitam-se a aceitar as determinações inscritas na “lei do trabalhador estudante” e,

em alguns casos, procuram mesmo contorná-las. Esta parece ser, aliás, uma característica estruturante do nosso tecido empresarial, bloqueando parcialmente o processo de modernização das organizações (Freire, 1998).

Se considerarmos, como veremos adiante, que o prolongamento do horário de trabalho faz parte das práticas correntes de muitas organizações, sobretudo no sector privado, é fácil então compreender a razão pela qual parte desses jovens não chegam a materializar o seu desejo de voltar à formação, enquanto outros se inscrevem e acabam por desistir, face à impossibilidade de conciliar ambas as actividades.

- A gente fica a pensar assim: ou vamos para a escola dormir o tempo todo... é difícil, não há tempo... o dia só tem 24 horas, um *stress* de manhã à noite, não há tempo... Eu gostava de estudar... até agora dou mais importância ao estudar do que dava antigamente... a gente punha-se a jogar à bola para fugir à escola, agora tenho outra visão da vida, e gostava de ir estudar, a gente sem estudar não consegue ter melhor emprego, mais condições de vida, mas é difícil, para além de a gente ter muita vontade, mas é difícil...

Entrevista de grupo: jovem operário do sexo masculino

É verdade que as entrevistas realizadas identificaram também vários casos em que são as próprias organizações que desenvolvem, no seu interior, cursos e módulos de formação para os seus trabalhadores. Aliás, essa parece ser uma razão para alguns jovens valorizarem a sua estadia numa certa organização, até porque a formação lhes dá alguma segurança. Se a organização apostou na sua formação, mesmo que tenham vínculos precários, sentem que é menos provável serem dispensados.

A formação no local de trabalho reveste-se frequentemente de dois inconvenientes para os trabalhadores, sobretudo os mais jovens: a) funciona em horário pós-laboral (turno da noite), obrigando a enormes sacrifícios e a dificuldades de conciliação com a vida familiar; b) o facto de decorrer no âmbito de uma organização, faz com que não se adapte, nem tenha grande valor, noutras organizações ou no mercado de trabalho em geral, diminuindo a flexibilidade dos trabalhadores e acentuando a sua dependência da empresa. Emerge, pois, uma preocupação com a qualidade da formação, bem patente em estudos sobre as “boas práticas de formação” (Guerreiro e outras, 2002).

Além disso, estas políticas de formação são apenas frequentes em grandes empresas que trabalham com tecnologia de ponta e conhecimento altamente especializado. Num tecido empresarial dominado pelas

pequenas e médias empresas, situadas em sectores pouco qualificados (Freire, 1998), esta formação abrange, na verdade, apenas uma pequena fracção dos jovens, geralmente, aqueles que possuem já uma formação de base mais avançada. Contribui, desta forma, para a polarização das qualificações e das oportunidades.

Enquanto em países como a Inglaterra, a Holanda ou a Alemanha uma larga percentagem dos jovens (sobretudo até aos 25 anos) se caracteriza em situações “mistas” (emprego-formação), nos países do sul da Europa esses valores são muito reduzidos, sendo quase nulos precisamente na faixa até aos 25 anos (Cedefop, 2001). Esta pesquisa veio mostrar, todavia, que, se por condicionalismos vários (desconhecimento, ambiguidade da lei, poucas regalias, trabalho informal e precário), poucos jovens portugueses possuem o estatuto de trabalhador-estudante, na verdade, a proporção daqueles que desempenham ambas as actividades parece ser francamente superior.

Este quadro de conflito entre projectos de formação e obrigações profissionais complexifica-se no caso dos jovens que casam e/ou têm filhos. Como veremos adiante, em Portugal, esta situação é ainda relativamente frequente, sobretudo entre as raparigas. A conciliação entre vida profissional, vida familiar e vida escolar torna-se, em muitos casos, insustentável, acabando por quebrar pelo elo mais fraco: os projectos de formação. Ainda assim, alguns dos jovens, com enorme capacidade de sofrimento, conseguem manter-se nas três esferas. A profunda articulação com o cônjuge, bem como o apoio informal de familiares e colegas, parecem ser os elementos que permitem sobreviver a estes quotidianos tripartidos.

Em resumo, para um número cada vez maior de jovens, a transição linear da escola para o emprego tende a converter-se numa combinação complexa de momentos de formação e de trabalho, gerando, as já citadas “trajectórias yo-yo” (Pais, 2001). No entanto, em países como Portugal, devido aos baixos rendimentos e à falta de incentivos do Estado e das empresas, em vez de uma alternância entre ciclos de formação e de trabalho, assiste-se muito frequentemente a uma sobreposição de ambos, responsável por claras dificuldades dos jovens, sobretudo, em conciliar com projectos e responsabilidades na esfera familiar.

Sobre a desarticulação entre educação e trabalho

A tendência de forte escolarização das população e de aumento das taxas de desemprego, enquanto traços constituintes da modernidade (sobretudo nas últimas três décadas), têm conduzido a discussões frequentes acerca

da desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho. Reproduzindo um discurso que parece generalizar-se, em várias das entrevistas de grupo surgiram referências a essa desarticulação, sugerindo-se uma qualificação desadequada ou mesmo uma “sobrequalificação” dos jovens portugueses. Defende-se que, hoje em dia, existe uma forte pressão social para que os jovens prossigam cursos superiores, mesmo em áreas em que não existe emprego, enquanto faltam pessoas para desempenhar empregos desqualificados ou de qualificações intermédias. Os cursos técnicos, de cariz profissionalizante, são muitas vezes apontados como a solução para este problema.

- Enquanto continuarmos a viver num país em que é quase desprestigiante não se ter um curso superior, vai ser muito complicado, as pessoas vão continuar a tirar cursos superiores desnecessários que não lhes dão experiência profissional nenhuma, não as capacitam, não as habilitam para desempenhar melhor a profissão que elas escolheram, mas continuam a tirar esse curso, porque só assim é que chegam a determinadas profissões.

Entrevista de grupo: licenciada do sexo feminino

Sem dúvida que, num país caracterizado, até há bem pouco tempo, por níveis de escolarização muito baixos, é provável encontrarmos um certo “arrivismo” escolar, bem patente numa relativa mitificação do ensino superior. Os mecanismos culturais e simbólicos – nomeadamente, a actual valorização do trabalho de escritório e a desvalorização do trabalho fabril (Fonseca, 2001) – podem assim provocar consideráveis desfasamentos entre procura e oferta no mercado de trabalho (Azevedo, 2000b), conduzindo a situações de falta de mão-de-obra manual qualificada e a excesso em certos sectores do trabalho intelectual. Porém, ainda que seja crucial para o desenvolvimento social, esta questão deve ser relativizada, visto que, como assinala Azevedo (2000b), nunca a relação entre educação e trabalho foi uma história de ajustamento feliz. Acrescente-se a isto um contexto de mudanças bruscas, profundas e imprevisíveis na esfera económica e cultural, em que as áreas e competências de hoje podem bem não ser as de amanhã.

A este propósito, a presente pesquisa, através da análise dos trajectos de vida de quarenta jovens, permite constatar que os anos 90 foram marcados por um acréscimo significativo das ofertas educativas, em particular, na área da formação profissional, procurando articular os sistemas de ensino com as exigências do mercado de trabalho. Sugere também que a contracção e precariedade do trabalho atinge alguns sectores qualificados, bem como a quase globalidade dos empregos

desqualificados,³⁴ o que não pode ser imputado apenas a uma questão de formação dos trabalhadores mas a dinâmicas intrínsecas à esfera da gestão empresarial.

Além disso, dados estatísticos recentes indicam que Portugal permanece em claro défice de quadros médios e superiores face aos restantes países da União Europeia (Costa e outros, 2000). Por conseguinte, a referida desarticulação deve também ser entendida considerando um tecido empresarial pouco permeável à mudança organizacional e, neste caso, à contratação de trabalhadores mais qualificados. Na verdade, o mercado de trabalho português, quer do sector público quer do sector privado, prefere muitas vezes empregar trabalhadores ao mais baixo custo, ignorando frequentemente as qualificações profissionais de nível intermédio (Grácio, 2000; Imaginário, 2000; Guerreiro e outros, 2000). O caso do ensino profissional é, a este propósito, paradigmático. Elo de ligação *por excelência* entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, recolhe a aprovação quer dos jovens, quer dos empregadores. Todavia, ambos hesitam em recorrer aos cursos profissionais – os primeiros como forma de qualificação, os segundos como meio de recrutar mão-de-obra com qualificações intermédias – ou fazem-no apenas como segunda opção.

É, pois, tempo de reconhecer que a tão pretendida articulação entre sistemas de ensino e de emprego, questão chave para o desenvolvimento social e económico, implica não apenas uma adequação das ofertas de formação à realidade do mercado de trabalho, mas também um envolvimento e sensibilização, tanto do tecido empresarial como das instituições públicas, no sentido de uma valorização e qualificação dos seus recursos humanos.

³⁴ Em todo o caso, a posse ou não de qualificações superiores parece definir a fronteira entre dois universos com condições e oportunidades claramente assimétricas. Mesmo que, em alguns casos, isso não se sinta no presente imediato, permanece muito notório nas perspectivas e expectativas quanto ao futuro.

V. INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL CONDIÇÕES E RISCOS

Nas sociedades contemporâneas, a transição para a vida adulta permanece fortemente associada à conquista de independência financeira, estando esta, em geral, dependente da entrada no mercado de trabalho. Esta associação reforça-se em países como Portugal, em que os dispositivos (formais e informais) de apoios aos jovens são bastante limitados (Brannen e Smithson, 1998). Não é pois de estranhar que, à semelhança de vários estudos recentes (Nunes, 1998; Garcia e outros, 1999), a pesquisa realizada tenha indicado que a obtenção de um emprego continua a ser considerada, pela generalidade dos jovens, tanto rapazes como raparigas, um passo fundamental para a passagem à vida adulta, constituindo a base para todas as outras transformações envolvidas nessa transição (Guerreiro, 1998b).

- Os nossos desejos são quase todos os mesmos, arranjar um emprego onde recebamos dinheiro e a partir daí... isto é assim: quem tem dinheiro, tem tudo... quem não tem, não tem nada, é um bocado assim, e o que eu acho é, tipo arranjar um emprego e a partir daí criar uma certa estabilidade na minha vida, isto é, ter a minha família, ter poder económico para poder sustentar todas estas coisas que eu gosto, ter um carro... mas isso tudo se faz à custa do dinheiro, está bem que há sempre aquele trabalho que convém gostar dele, para não ser uma obrigação.

Entrevista de grupo: aluno do ensino profissional, sexo masculino

Por outro lado, as tendências registadas nas últimas décadas na esfera do trabalho (ver capítulo II) implicaram mudanças significativas nos contextos, experiências e oportunidades laborais dos jovens. O crescimento do nível de vida das famílias, o aumento dos trabalhos qualificados e das ofertas de formação concedem aos jovens mais condições de valorização profissional (Lindley, 2000). Ao mesmo tempo, a entrada dos jovens no mercado de trabalho é, hoje, marcada pelo risco e pela instabilidade. O aumento das taxas de desemprego e a generalização dos trabalhos precários e temporários, ambos atingindo a máxima expressão na faixa etária dos jovens (Smithson e outras, 1998), empurram-nos para ciclos de inserção e desinserção, dando origem a bolsas de exclusão.

Este capítulo pretende discutir a forma como, actualmente, os jovens se integram no mercado de trabalho, a partir das suas experiências e expectativas. Serão assim discutidos os seguintes tópicos: que tipos de trabalho são hoje ocupados pelos jovens; o que designam termos

correntes como instabilidade, precariedade e mobilidade; que condições de trabalho são oferecidas aos jovens; que contornos adopta o desemprego juvenil; que significa para os jovens o conceito de “carreira”.

Muito trabalho, pouco emprego

Um primeiro traço que parece sobressair nos discursos dos jovens é um pessimismo generalizado relativamente às oportunidades no mercado de trabalho. Quase todos os entrevistados revelaram-se preocupados e insatisfeitos com a crescente dificuldade em se encontrar emprego, considerando que esta tendência é estruturante das sociedades contemporâneas e deve, assim, manter-se ou até acentuar-se num futuro próximo. Note-se que, em Portugal, a obtenção de um emprego, sobretudo nos sectores qualificados, era, até aos anos 80, bastante facilitada. Esta nova situação implica um adiamento (por vezes reconfiguração) dos projectos de vida dos jovens.

- A gente vê, de dia para dia, as coisas a piorarem muito a nível do mercado de trabalho. Acho que as coisas não melhoram. Não vejo perspectivas de mudança.
Entrevista individual: monitora de tempos livres, sexo feminino, 27 anos
- Dantes era mais fácil arranjar emprego. Hoje em dia, antes dos 25 anos, essa segurança não existe. Digamos que a minha vida vai começar uns anos mais tarde.
Entrevista individual: estagiário em Geografia, sexo masculino, 23 anos

É verdade que existem algumas bolsas de oportunidades, concentradas em sectores em forte expansão e nos quais escasseiam os trabalhadores. Assim sendo, alguns jovens altamente qualificados, em áreas como as telecomunicações, a informática ou a medicina, destacaram-se de todos os outros, apresentando retratos bem mais optimistas e confiantes face às potencialidades do *seu* mercado de trabalho. Não deixam, todavia, de constituir enclaves privilegiados – com critérios restritos de acesso e enorme competição (Clegg, 1998) –, face a um universo profissional claramente dominado pela insegurança e pela falta de oportunidades.

Uma ideia recorrente entre os jovens é a de que o início da actividade profissional (ou seja, a primeira integração no mercado de trabalho) se apresenta como particularmente problemática. Sobrevivendo a esse primeiro impacto, tudo estaria facilitado. Esta situação seria acentuada em Portugal, devido ao carácter relativamente fechado do mercado de trabalho, no qual os conhecimentos pessoais têm um papel fundamental. O fenómeno verifica-se, de facto, em certos sectores qualificados. No entanto, os trajectos de 40 jovens, reconstituídos através das entrevistas

individuais, indicam, na grande maioria dos casos, que a primeira inserção no mercado de trabalho se processou com relativa facilidade. A primeira ocupação caracteriza-se, quase sempre, por vínculos precários e condições de trabalho modestas (por exemplo, estágios). Durante essa época, quase todos viviam com os pais, numa condição de semi-independência, dedicando os rendimentos que auferiam apenas a gastos relacionados com a sua vida pessoal (lazer, férias, roupa, etc.). Pretendiam, sobretudo, ganhar alguma experiência profissional.

Para alguns deles, geralmente os mais qualificados, essa experiência de trabalho precário permitiu, de facto, começar a construir um currículo, funcionando como alavanca de valorização e *integração progressiva* no mercado de trabalho, conduzindo posteriormente à obtenção de empregos efectivos e com melhores condições, aproximando-se, cada vez mais, das suas expectativas e/ou ambições. Todavia, para muitos outros, essa experiência profissional foi apenas a primeira de uma série de ocupações precárias e temporárias que desempenharam, muitas vezes em áreas diversas, intercaladas com períodos de desinserção profissional, e que não conduziram à tão ambicionada promoção profissional.

Não sendo uma amostra representativa, é ainda assim significativo que entre os 40 jovens contactados, à data da entrevista, apenas 6 possuíam um contrato efectivo e 11 um contrato a prazo. Exceptuando dois desempregados e dois estudantes, todos os outros trabalhavam sem contrato. A proliferação dos estágios e dos sistemas de “recibos verdes” (não apenas no sector privado mas também na administração pública), a par da persistência de uma enorme proporção de trabalho clandestino e temporário, contribuem para que grande parte dos jovens obtenha trabalhos precários, com poucas condições presentes ou perspectivas de futuro, e transitem entre eles por um período cada vez mais longo, adiando indefinidamente projectos de vida que impliquem alguma segurança e estabilidade.

Na verdade, a precarização dos vínculos laborais surge como uma tendência estruturante das sociedades contemporâneas, obrigando os trabalhadores a lidarem constantemente com o risco e a insegurança (Castells, 1996; Freire, 1998; Beck, 2000). Como repetiram muitos dos entrevistados: “já não há empregos para a vida”. Todavia, isso não é dito com grande nostalgia. O que parece específico (e preocupante) no caso português é que a precarização dos vínculos laborais se sobrepõe a um quadro legal sistematicamente transgredido e a um quadro social de condições de trabalho tradicionalmente precárias. Assim sendo, a ausência de compromissos de longo prazo vem apenas completar (e

reforçar) um cenário já marcado por inseguranças e ilegalidades várias, com as quais os trabalhadores são obrigados a lidar nos seus quotidianos.³⁵

A permanência, em larga escala, do trabalho informal ou clandestino – denominados por expressões tão portuguesas como os “ganchos” e os “biscates” (Pais, 2001) – é o expoente máximo deste fenómeno. O recurso exagerado ou indevido a estágios e a “recibos verdes”, por exemplo em situações de trabalho regular e continuado durante vários anos, com enorme expressão entre os trabalhadores mais jovens, é apenas o reflexo mais recente e a sua aplicação aos contextos qualificados, assegurando a reprodução do sistema.³⁶ Apesar de serem situações diferenciadas, ambos os regimes dão origem a trabalhadores precários, que não dispõem na íntegra de direitos e protecções (Rebello, 1999). Como comentaram vários jovens, não apenas as regalias são menores, como a própria possibilidade de usufruir delas é, muitas vezes, colocada em risco, devido ao medo permanente de despedimento imediato, sem justa causa ou indemnização.

- A “recibo verde” isso até que não é muito difícil [arranjar trabalho], mas uma pessoa não quer arranjar um trabalho só para um mês, quer arranjar qualquer coisa para o futuro.

Entrevista de grupo: estudantes do ensino secundário, sexo masculino

³⁵ A informalidade é um dos traços estruturantes de largos sectores do sistema de emprego português (Rodrigues, 1988), estando fortemente incorporado na cultura quer dos empregadores, quer dos próprios empregados. Por exemplo, vários jovens operários, na entrevista de grupo, referiram que preferiam manter-se ilegais — não possuíam qualquer contrato, nem eram trabalhadores independentes — porque isso lhes permitia auferir rendimentos mais elevados. Todavia, esses rendimentos são muito inferiores aos auferidos no resto da Europa. Além disso, os mesmos operários lamentavam a sua condição muito instável (“agora tem trabalho, amanhã não há trabalho”) e acrescentavam que devia haver maior fiscalização de forma a que os patrões cumprissem as suas obrigações.

³⁶ Note-se que os estágios são formas de facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho, enquanto o estatuto de trabalhador independente (vulgarmente designado por “recibos verdes”) permite enquadrar legalmente os trabalhadores que prestam serviço a diversas instituições, conferindo-lhes alguma segurança e protecção social. Em ambos os casos, são regimes necessários e que possuem vantagens para os trabalhadores. No entanto, sobretudo nos anos 90, estes regimes começaram a ser utilizados pelos empregadores para cobrir uma série de situações abusivas, nomeadamente, trabalho regular e continuado durante longos períodos para apenas uma determinada instituição, sem lhes serem oferecidas as regalias e condições dos trabalhadores efectivos ou com contratos a prazo. A generalização desta situação, mesmo em agências públicas, levou a que estes regimes se aplicassem a milhares de jovens, durante anos a fio, em situações claramente precárias e indesejadas. Isso levou mesmo a que os jovens entrevistados proferissem afirmações como a seguinte: “ninguém gosta de trabalhar a recibos verdes” (administrativa do sexo feminino).

Nos discursos dos jovens, torna-se, pois, recorrente uma distinção fundamental entre os trabalhos, que permanecem relativamente acessíveis embora ofereçam apenas uma inserção precária, e os empregos, desejados mas inacessíveis, que proporcionam condições satisfatórias e perspectivas de futuro. Enquanto os primeiros permitem aos jovens alguma experiência profissional e um estatuto de semi-independência, apenas os segundos são vistos como seguros para encetar projectos que impliquem pesados encargos financeiros, nomeadamente, comprar casa ou ter filhos. A pesquisa mostrou que estes “empregos” apenas estão facilmente acessíveis a jovens altamente qualificados nos tais *nichos de mercado*, em grande expansão. Todos os outros passam por inserções precárias durante os primeiros anos de trabalho (Guerreiro, 1998b). Além disso, enquanto parte deles se vai integrando de forma mais efectiva no mercado de trabalho – por exemplo, através de concursos para os quadros – muitos outros não têm essas oportunidades, transitando sem grandes expectativas entre trabalhos temporários, passando muitas vezes por períodos de desemprego. O bloqueio recente deste processo tem implicado enormes dificuldades para muitos jovens, sobretudo à medida que estes decidem comprar casa e/ou constituir família.

Embora cresça a dificuldade em encontrar o primeiro emprego, muitas das situações de desemprego surgem após alguns anos a circular entre trabalhos precários, associadas à procura de uma inserção efectiva. Os entrevistados (quer os individuais, quer os participantes nas entrevistas de grupo) que se encontravam desempregados estavam todos nesta situação: depois de vários anos em trabalhos informais, queriam encontrar um emprego mais estável e valorizante. Actualmente, esta situação atinge também os jovens com qualificações superiores. Por outro lado, vários dos jovens empregados revelaram que tinham aceite empregos inferiores às suas qualificações, com remunerações baixas e/ou a desempenhar funções que não gostavam, apenas por serem em regime de efectivo. Enquanto outros desenvolviam estratégias de dedicação total ao trabalho (por vezes, reforçadas com formação), inviabilizando quaisquer perspectivas familiares ou de lazer a curto prazo, na esperança de que isso lhes possibilitasse, mais cedo ou mais tarde, a passagem a efectivos.

Talvez por isso, entre os estudantes foi possível constatar um forte receio em “cair nas malhas do temporário”, utilizando a expressão de um dos entrevistados, ou seja, envolver-se no tal circuito de trabalhos precários – os “sistemas de recibos verdes e contratos mais esquisitos”,

nas palavras de outra entrevistada –, sem progressiva valorização e efectiva integração no sistema de emprego.

- Eu tenho muito medo das malhas do temporário, porque podem ser muito traiçoeiras, eu penso... então se a pessoa tiver projectos e precisar de dinheiro pode afastar-se dos seus objectivos mais amplos.

Entrevista de grupo: estudantes do ensino superior, sexo feminino

Mais do que a desintegração, o mercado de trabalho português parece, assim, proporcionar percursos de “integração periférica”, que tendem a prolongar-se (indefinidamente) no tempo, provocando problemas crescentes aos jovens, sobretudo quando estes pretendem iniciar uma vida independente ou mesmo constituir família. Existe trabalho disponível para a grande maioria dos jovens, todavia, não surge geralmente sob a forma de empregos, cujas condições e inserções sejam efectivas e correspondam às expectativas dos jovens, sobretudo, após alguns anos no mercado de trabalho. Isto acontece na generalidade dos empregos desqualificados e começa também a ocorrer em certas áreas do emprego qualificado.

Insegurança ou mobilidade

Por um lado, a expansão dos empregos temporários e a precarização dos vínculos laborais conduz cada vez mais jovens por quotidianos profissionais marcados por riscos, insegurança e instabilidade. Por outro lado, a possibilidade crescente de circular entre actividades, projectos e instituições permite-lhes experiências profissionais (e pessoais) diversificadas e aliciantes. Insegurança e mobilidade tornaram-se assim duas palavras fundamentais nos discursos dos trabalhadores (e dos sociólogos) sobre os trajectos e expectativas profissionais. Convém, todavia, desconstruí-las sociologicamente, isto é, procurar compreender o que significam realmente, ao nível das práticas e representações nos contextos de trabalho e, particularmente, procurar analisar se consistem em duas faces da mesma moeda (a visão pessimista e a optimista) ou se designam realidades diferentes e assimétricas que coexistem no actual mercado de trabalho.

Em traços gerais, o termo “insegurança” é utilizado pelos jovens trabalhadores para se referirem a situações profissionais em que podem ser dispensados a qualquer momento e que, desta forma, coloca em risco o desenvolvimento de projectos pessoais e familiares a longo prazo ou que impliquem grandes encargos financeiros. As modalidades informais e temporárias de trabalho que proliferam nas sociedades contemporâneas

reforçam essa instabilidade, fragilizando o estatuto dos trabalhadores. Porém, a pesquisa nos vários países europeus mostra que é precipitado associar a insegurança aos vínculos precários, quando surge, em grande medida, como uma característica transversal aos vários regimes de trabalho (Smithson e outras, 1998; Lewis e outras, 1999). Reportando-se à facilidade crescente com que as empresas abrem actualmente falência ou demitem funcionários, uma jovem contabilista fez o seguinte comentário: “estou efectiva, mas isso não quer dizer nada”. Nas empresas multinacionais (que asseguram uma faixa cada vez maior do mercado de trabalho) esta situação parece ainda mais frequente, face aos laços anónimos e fugazes que unem patrões e empregados.

- Acho que ninguém está seguro numa empresa multinacional. Mesmo que esteja a efectivo, não estou seguro, nem estou estável. Vou vivendo o dia, vou vivendo os contratos (...) Aqui nem conheço os meus patrões. Quando eles derem ordem para despedir 50 ou 200, começam pela parte que mais lhes convém e eu posso estar nessa parte.

*Entrevista individual: promotor e designer numa empresa multinacional,
sexo masculino*

Neste sentido, a insegurança é uma condição vivida não apenas pelos jovens que trabalham em regimes de trabalho precários e/ou temporários, mas inclusivamente por aqueles que são contratados como efectivos, trabalham em áreas privilegiadas e/ou são, aparentemente, bem sucedidos profissionalmente. Apenas os lugares do quadro no sector público parecem escapar a esta realidade, sendo, por isso, ambicionados por muitos dos jovens entrevistados, sobretudo aqueles que possuem já encargos financeiros associados à vida familiar. A entrada para esse quadro tem sido, nos últimos anos, claramente restringida ou mesmo bloqueada.

Todavia, um olhar mais apurado sobre as trajectórias e expectativas dos jovens permite compreender que a noção de insegurança é utilizada, hoje, para designar uma miríade de situações e condições muito diversificadas e assimétricas. A insegurança sentida pelos trabalhadores efectivos é bastante mais confortável que a dos trabalhadores temporários (a prazo, estagiários ou bolseiros) e a destes é, por sua vez, mais confortável que aqueles que trabalham na economia informal. Os primeiros desfrutam de dispositivos legais e de protecção social que os segundos apenas possuem parcialmente e de que os terceiros nem sequer dispõem. Mais significativo é talvez a diferença entre os sectores de actividade. Enquanto nos sectores em expansão e nos quais escasseiam trabalhadores

qualificados (como a medicina, as telecomunicações ou a informática³⁷), a instabilidade não é particularmente problemática pois é quase sinónima de mobilidade, nos sectores em contracção e com excesso de trabalhadores, a instabilidade corresponde a um medo real de desinserção e desemprego. Numa terceira dimensão, a insegurança sentida no seio das classes médias ou altas é claramente relativizada pelo possível apoio familiar em situações de emergência, ao passo que a insegurança vivida nas classes operárias corresponde ao espectro real da pobreza extrema e da incapacidade de assegurar uma vida muito acima do limiar de sobrevivência. A vulnerabilidade económica tem significados diferentes consoante a classe social (Galland, 1995b). Por fim, a insegurança dos jovens sem encargos financeiros que vivem com os pais e que, por isso, rejeitam condições de trabalho que consideram insatisfatórias distingue-se, claramente, da instabilidade dos jovens trabalhadores que assumiram já encargos familiares pesados, para quem a ameaça do desemprego se revela particularmente dramática.

As consequências da insegurança na reconfiguração das trajectórias, representações e valores dos trabalhadores têm sido muito discutidas recentemente (Senett, 1998; Beck, 2000). Assim sendo, um dos elementos que os trabalhadores parecem desenvolver e valorizar cada vez mais é a flexibilidade. Muitos dos jovens entrevistados, sobretudo aqueles que tinham já vidas independentes, comentaram que, no actual contexto laboral, “a pessoa tem que se adaptar a tudo”. Possuir recursos em várias áreas e conseguir reconfigurar disposições e projectos de acordo com as contingências do mercado de trabalho tornaram-se, pois, qualidades-chave para a sobrevivência e o sucesso dos jovens trabalhadores (Brannen e Nilsen, 2002). Por outro lado, a desafeção à instituição patronal parece constituir também um valor importante para os jovens actuais, sugerindo a emergência de um novo “contrato psicológico” baseado em compromissos de curto prazo (Lewis e outras, 2002a). Num quadro de vínculos precários, enorme competitividade e mudanças súbitas, a fidelidade à instituição torna-se obsoleta, enquanto a capacidade de procurar e adaptar-se a novas instituições se reveste de um valor inestimável. Os jovens desenvolvem, assim, “estratégias de gestão da incerteza”, que podem passar pela criação de empregos e/ou pela formação contínua (Lewis e outras, 1999). Construir carreira passou a ser

³⁷ Reportamo-nos à data em que foi realizada a pesquisa empírica, entre 1998 e 2000. A relação entre procura e oferta de trabalho sofre variações, por vezes, bruscas, sobretudo em certos sectores de actividades, nomeadamente, nos mais recentes e tecnológicos.

um objectivo intensamente individual (Senett, 1998; Smithson e outras, 1998; Brannen e Nilsen, 2002).

- Eu acho que as pessoas fazem cada vez mais currículo e não estão no emprego para a vida. Eu vejo muito o mercado de trabalho assim, eu estou num determinado sítio hoje, tenho uma determinada estabilidade, mas estou ali principalmente a fazer currículo e de hoje para amanhã estou a tentar um emprego melhor, dentro das minhas expectativas de carreira.

Entrevista de grupo: economista do sexo feminino

Apesar de a presente pesquisa confirmar estas tendências, nem sempre a discussão acerca das consequências do “capitalismo flexível” pondera os diversos tipos de instabilidade acima referidos e, nomeadamente, a diferença entre uma *insegurança extensiva*, que coloca em risco todas as outras dimensões da vida pessoal, e uma *insegurança mediada*, atenuada por vários mecanismos de suporte ou de compensação. Além disso, parte dos jovens permanece fortemente envolvida no seu trabalho, numa perspectiva de continuidade e de progressão na carreira. As redes interpessoais que se formam nos contextos de trabalho parecem assegurar uma certa integração e segurança na inserção profissional destes trabalhadores. Os conhecimentos acumulados nos quotidianos profissionais, por vezes reforçados por investimentos das organizações na formação dos trabalhadores, parecem conferir também, sobretudo nos sectores mais qualificados, uma inserção efectiva, mesmo que o vínculo formal seja precário. É óbvio que a permanência dos trabalhadores numa organização específica não deixa de estar ameaçada (tal como a própria sobrevivência da organização), todavia, a sua permanência no “meio” está, até certo ponto, salvaguardada.

Analiseemos, agora, a questão da mobilidade. Não possuindo empregos estáveis e duradouros, a maior parte dos jovens entrevistados circularam por uma série de trabalhos. Demonstram, assim, grande mobilidade, ainda que geralmente forçada. Vários estudos têm referido que, entre os jovens, a mobilidade tende a instituir-se mesmo como um dos valores desejados em termos profissionais, devido à liberdade e diversidade de experiências que permite (Kugelberg, 1998). Todavia, também aqui, o termo “mobilidade” designa realidades que pouco ou nada têm em comum. Salientemos a diferença fundamental entre dois tipos de mobilidade: a valorizante e a desvalorizante.

Por um lado, sobretudo nos sectores mais qualificados, a mobilidade entre projectos, equipas ou instituições surge como tendencialmente cumulativa e, por isso, altamente desejada pelos próprios jovens. Para estes, a mobilidade permite tomar contacto com novas pessoas, situações

e experiências (evitando assim a rotina) e, simultaneamente, ir acumulando um currículo que facilita a integração e promoção no trabalho seguinte. Por conseguinte, cada nova experiência profissional é um passo no sentido da integração e da valorização profissional. Nestes casos, a mobilidade não entra em contradição com a construção de uma carreira, visto que esta é precisamente entendida como o progresso contínuo entre os vários trabalhos que se vão desempenhando. O único senão prende-se com a dificuldade em conciliar estes trajectos de mobilidade com os projectos de constituição de família. Na maioria dos casos, estes projectos são simplesmente adiados. Nos outros, a mobilidade torna-se um fardo com o qual é difícil de lidar.

- Posso estar muito bem a saltar de empresa em empresa e ter uma vida estável. Acho que já não há aquela ideia do emprego para toda a vida. Acredito na mobilidade. Então na minha área acho que é o que existe mais

Entrevista individual: informático, sexo masculino

Por outro lado, sobretudo nos sectores desqualificados, a mobilidade entre trabalhos e organizações implica, periodicamente, voltar “à estaca zero”, ou seja, integrar-se num novo contexto profissional como se nunca tivesse trabalhado. Nestes casos, a ideia de carreira surge problemática ou mesmo em desintegração. Ao fim de alguns anos de trabalho precário, os trabalhadores encontram-se numa situação idêntica, sem perspectivas de promoção e/ou valorização profissional. Além do enorme desgaste que provoca, esta situação é desvalorizante e potencialmente desestruturante de projectos e identidades. A constituição de família e a assunção de encargos financeiros, nestes casos, torna-se particularmente complicada de gerir. Como assinala Kugelberg (1998), a ideia de “vida livre” possibilitada pela mobilidade contrasta com a necessidade de ter uma base económica, quer para “gozar a vida” quer para assumir responsabilidades familiares.

Por fim, importa referir que a mobilidade facilitada pelas novas características do mercado de trabalho é, por sua vez, dificultada por entraves de diversos tipos. É verdade que, sobretudo (mas não só) entre os quadros altamente qualificados, são identificáveis novas disposições cosmopolitas, que valorizam claramente a mobilidade geográfica (Peixoto, 1999). Quando questionada acerca da hipótese de uma experiência profissional no estrangeiro, a grande maioria dos jovens entrevistados (quer em grupo, quer individualmente) revelou-se interessada, manifestando a vontade de conhecer outras culturas, outras cidades, outras pessoas. Todavia, muito poucos o tinham feito e, em geral, revelaram-se cépticos e desinformados acerca dessa possibilidade.

Isto foi visível mesmo entre os jovens mais descontentes com o mercado de trabalho português ou entre aqueles que afirmavam que, no nosso país, a actividade profissional que gostavam de desempenhar não existia ou o acesso a ela era impossível. O medo de as suas qualificações não serem reconhecidas no estrangeiro, tal como a difícil conciliação com a vida familiar (ou com os projectos de vida familiar) levaram muitos dos jovens, sobretudo do sexo feminino, a hesitarem quanto a essa possibilidade. Quase todos acabaram por considerar que só se recebessem uma boa proposta, o que no actual contexto do mercado de trabalho internacional, muito baseado na iniciativa dos próprios trabalhadores, é francamente improvável.

Quanto à possibilidade de iniciarem uma actividade empresarial ocorre algo de semelhante. A grande maioria dos jovens portugueses revelou-se interessada, confessando mesmo que esse era um dos seus sonhos. No entanto, em geral, consideravam um projecto demasiado difícil e arriscado – para o qual não dispunham dos conhecimentos e/ou do capital necessários –, remetendo-o para um futuro longínquo e hipotético. Deste cenário, apenas se destacavam aqueles cujos familiares eram já comerciantes ou empresários e que, por isso, dispunham já dos capitais económicos, culturais e sociais para colocar em prática o seu projecto empresarial (Guerreiro, 1996).

- Não sei, talvez abrir um bar, é o que eu penso.
- (entrevistador) Não achas que um bar é um bocado perigoso? Só há bares a abrir e a fechar...
- Acho que não. Sim, também, mas depende como gerem os bares. Depende... hoje em dia, querem ganhar tudo de uma vez... e acho que não pode ser, tem de se ganhar aos poucos, é o que eu penso.

Entrevista individual: jovem do sexo masculino empregado no restaurante do pai

A flexibilização do trabalho: remunerações e horários

Como vimos no capítulo II, a flexibilização tornou-se uma dinâmica central das organizações de trabalho e das próprias sociedades contemporâneas, objecto de múltiplas políticas e intermináveis debates, motor de diversas transformações culturais e estruturais. Todavia, é importante assinalar que o conceito tem sido aplicado em diversos sentidos, para referir processos e realidades que pouco ou nada têm em comum. Como nota Madureira Pinto (2000), mais importante que debater as virtudes e defeitos do conceito no abstracto, é discutir os actuais modelos de flexibilização que têm sido privilegiados, bem como as suas consequências sociais, nomeadamente, no aumento da insegurança

profissional, do trabalho precário e do desemprego. A este propósito, a par da questão já discutida dos vínculos laborais, destacamos neste estudo mais duas dimensões da flexibilização do trabalho que surgiram em primeiro plano nas entrevistas aos jovens: as remunerações e os horários. Relativamente às remunerações auferidas pelo trabalho foi possível constatar a existência de uma enorme assimetria entre os jovens entrevistados, reproduzindo aliás as grandes desigualdades de rendimentos que existem em Portugal. É importante considerar que as remunerações devem ser sempre analisadas tendo em conta os horários de trabalho. Como se verá adiante, mesmo que sejam dois tópicos claramente diferenciados, existe uma íntima relação entre ambos.

Nos sectores qualificados em expansão, nos quais existe um défice de trabalhadores, os salários são relativamente altos para a sociedade portuguesa (sobretudo se falarmos de recém-empregados), mesmo para aqueles que possuem vínculos precários (entre 1000 e 2000 euros por mês). Apesar de se considerarem privilegiados, muitos destes jovens afirmam ser mal remunerados, face ao volume de trabalho e às responsabilidades que lhes são confiados. É óbvio que as expectativas tendem a ser proporcionais às oportunidades. Contudo, é importante notar que muitos deles possuem horários de trabalho muito prolongados (10-12 horas), por vezes ainda complementados por acções de formação. Fazem-no por necessidade de sobrevivência num contexto profissional muito exigente e competitivo, mas também por ambições de promoção a curto prazo. Nestes casos, a constituição de família ou as actividades de lazer são praticamente impossíveis, remetidas para um contexto futuro em que possuam já algum estatuto e estabilidade profissionais. A este propósito, uma programadora informática confessou o seguinte: “No futuro irei ter tempo para dormir. Há que definir as prioridades”.

Pelo contrário, para a maioria dos jovens que desempenham empregos desqualificados e precários os rendimentos são bastante baixos, em muitos casos aproximando-se do salário mínimo (cerca de 350 euros). No trabalho informal, que cobre uma proporção significativa deste mercado de trabalho, as datas de pagamentos, bem como os montantes auferidos são frequentemente problemáticos. Além disso, apesar de mal remunerados, nestes empregos é também frequente a imposição de horários prolongados, sem direito a vencimentos extra.³⁸ Operários e administrativos, nos vários países, documentaram o facto de terem que

³⁸ Aliás, esta “cultura do dia de trabalho prolongado” parece ser uma tendência europeia, acentuada nos países em que o mercado de trabalho se encontra menos regulado, como por exemplo Inglaterra ou Portugal (Lewis, 1998).

cumprir horas a mais, caso contrário sujeitam-se a discriminação, podendo mesmo ser despedidos (Smithson e outras, 1998; Lewis e outras, 1999).

- O emprego em que estava anteriormente, a tempo inteiro, eu nunca saía à hora... quando uma pessoa saía à hora, as pessoas olhavam para o relógio, e acho que cada vez mais isso se está a implementar, o medo que a pessoa tem de perder o emprego faz com que as pessoas esqueçam um pouco a família, abduquem um pouco da família e passem a ser mais uma máquina de trabalho, e muitos problemas são trazidos para casa por causa disso.

Entrevista de grupo: estudantes do ensino profissional, sexo feminino

Para aqueles que estão a iniciar a sua actividade profissional e vivem ainda com os pais, este quadro não parece ser particularmente dramático. No entanto, para os jovens que trabalham já há vários anos e têm já encargos financeiros ligados à vida familiar, estes rendimentos são motivo de enormes restrições e frustrações, acentuadas pelos vínculos precários e pela falta de perspectivas de promoção no futuro. Muitos destes jovens têm assim que recorrer a acrobacias (mantendo vários empregos ou cumprindo horas extraordinárias) para garantir a sua vida familiar, mesmo que isso limite muito o tempo que têm para se dedicar a essa vida. Esta situação parece particularmente complicada de gerir quando envolve filhos pequenos.

Note-se que uma parte significativa dos jovens entrevistados encontram-se em escalões de rendimentos intermédios, vivendo em contextos que se situam entre os dois acima referidos. Esta situação aplica-se à maioria dos jovens qualificados e a alguns dos jovens desqualificados que alcançaram já algum estatuto na sua profissão. Nestes casos, é possível verificar uma multiplicidade de estratégias, desde a aposta na promoção profissional (multi-actividades ou formação) até ao investimento na vida familiar, aceitando uma condição de vida mais modesta em troca de tempo e disponibilidade para se dedicar aos projectos familiares. Ainda assim, é possível identificar as tendências polarizantes de que fala Beck (2000), no sentido em que estas situações intermédias (sobretudo entre os qualificados) tendem a aproximar-se de um dos pólos: valorização ou precariedade.

Por outro lado, transversal a estas várias condições, a generalização dos horários flexíveis presta-se a opiniões contraditórias. Enquanto uns jovens elogiam a liberdade que esse horário proporciona, muitos outros denunciam a dura realidade de ter uma hora de entrada mas não ter de saída, sendo obrigados a cumprir muitas horas para além do definido por

lei. Estes últimos preferem, assim, horários rígidos em que sabem ao certo a que horas termina (ver capítulo VIII).³⁹

- Os horários flexíveis, pelo menos hoje em dia, pelo que eu vejo, funcionam mais para que os trabalhadores trabalhem mais, do que para eles saírem mais cedo... que eu vejo pelo exemplo dos meus pais, eles trabalham os dois em horário flexível e isso não serve para eles chegarem mais cedo a casa, serve sim para trabalharem até mais tarde, não são horas extraordinárias.

Entrevista de grupo: estudantes do ensino superior, sexo masculino

Esta divergência articula-se com uma outra: a distinção entre trabalho no sector público ou no sector privado. Tradicionalmente, o sector público é conotado com sistemas altamente hierarquizados e burocratizados, remunerações baixas e trabalhos rotineiros. Esta visão é ainda comum entre os jovens entrevistados. No entanto, face às dificuldades de inserção não precária e à crescente competitividade e exigência no sector privado, parece emergir uma nova valorização do trabalho na “função pública”. Muitos dos jovens revelaram, assim, que gostariam de entrar para o quadro da administração pública, pois, mesmo com remunerações baixas, garantiam segurança de trabalho e horários fixos. Como seria de esperar, esta visão é sobretudo frequente entre os jovens casados e com filhos.

- Estou no privado e aí uma pessoa tem que se esforçar muito mais, porque no fundo é aquela expressão ‘tenho que dar o litro’, exige-se mais, o patrão anda sempre em cima, é uma vida mais apertada. O meu irmão trabalha na função pública e tem uma vida mais descansada e eu para estar aqui às 7 horas, hoje excepcionalmente saí às 6 e meia e fico a pensar que o meu patrão não verá isso com muito bons olhos. Eu acho que não deveria fazer isso, que nós deveríamos deixar os empregos às 6, até psicologicamente, e dedicar mais tempo à companhia. Devia ser 8 horas para trabalhar, 8 horas para viver e 8 horas para dormir.
- Eu tive uma situação dessas em que havia uma festa na casa da mãe da minha namorada e pedi para naquele dia, em especial, sair... e o senhor disse que enquanto eu trabalhasse naquela empresa não tinha vida familiar. Ou seja, quem recebe 200 contos por mês não merece ter vida familiar! (risos)”

Entrevista de grupo: administrativos do sexo masculino

³⁹ A este propósito, Lewis (1998) comenta que a flexibilidade de horários é sobretudo vista como um favor, em vez de um direito. Em certos casos, em Portugal, parece constituir, sobretudo, um fardo.

Horários e remunerações cruzam-se novamente na problematização das novas modalidades de trabalho, nomeadamente, a tempo parcial. Note-se que o trabalho em *part-time* é solução bastante frequente nos países do norte da Europa, sobretudo entre os estudantes ou as mães com crianças pequenas (Brannen e Smithson, 1998). Embora tenha pouca tradição em Portugal, a presente pesquisa mostrou que, entre os jovens portugueses, o trabalho a tempo parcial tem já alguma expressão. Todavia, parte dos jovens envolvidos trabalha em condições informais e precárias (por exemplo, em restaurantes, bares e hotéis), sendo esse horário uma imposição. Por outro lado, 4 dos 40 jovens entrevistados revelaram trabalhar a tempo parcial por opção própria (para estudar, tratar dos filhos ou para lazer) e vários outros consideraram ser uma forma desejável de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar ou académica. A sua reduzida expressão prende-se sobretudo com constrangimentos financeiros: os rendimentos são demasiado baixos, pelo que a grande maioria dos jovens precisa de trabalhar a tempo inteiro.

O desemprego: um risco sempre presente

Como pano de fundo das vivências profissionais dos jovens está, frequentemente, o espectro do desemprego (Pais, 2001). Por outro lado, as estatísticas oficiais situam os níveis nacionais de desemprego em escalões relativamente baixos (sobretudo comparativamente com outros países europeus), embora em franca ascensão. Pesquisas qualitativas como esta permitem compreender a discrepância entre dados quantitativos e representações subjectivas.

Em primeiro lugar, as entrevistas documentam o facto de os jovens portugueses hesitarem em falar de experiências pessoais de desemprego, mesmo em situações de ausência prolongada de trabalho. Culturalmente, a condição de “desempregado” é muito desvalorizante e, por isso, tende a ser vivida em silêncio. Além disso, a relação distante que a maioria dos grupos sociais em Portugal mantém com as instituições oficiais faz com que muitos jovens, em situação de desemprego, não o declarem às entidades oficiais (até porque pensam que isso não lhes trará vantagens). Esta situação é reforçada pela grande proporção de trabalho informal, que faz com que os trabalhadores estejam, desde o início, à margem do sistema de emprego e, por isso, dificilmente possam ser contabilizados como desemprego. Em resumo, factores como a vergonha cultural, o afastamento das instituições e o trabalho informal fazem com que muitos jovens sem emprego não constem nas estatísticas do desemprego.

Além disso, as próprias características do desemprego em Portugal dificultam as análises quantitativas. A reconstituição dos trajectos de vida

de 40 jovens sugere que uma grande proporção dos jovens (talvez a maioria) passa, de facto, por experiências de desemprego, visto que a mobilidade entre trabalhos precários e temporários acima referida é intercalada por períodos sem emprego.⁴⁰ No entanto, esse desemprego é, normalmente, de curta duração (alguns meses) não sendo declarado ou contabilizado oficialmente. Assim sendo, uma fracção muito significativa de jovens transitam entre “ocupações flutuantes”, situando-se numa “zona cinzenta”, de difícil análise (mesmo através de metodologias qualitativas), algures entre a inserção profissional efectiva e o desemprego tradicional. Revelam, assim, “percursos mix”.

A entrevista de grupo com os jovens desempregados sugere, no entanto, que estas características do desemprego em Portugal podem estar a mudar, aproximando-se dos padrões europeus. Como referiu um dos jovens: “o período de procura de emprego está-se a prolongar muito”. Indica também que as recentes estratégias – quer dos indivíduos, quer das agências de emprego – de aposta na formação adiam e atenuam as questões do desemprego e da exclusão social mas estão longe de as resolver. O desemprego de longa duração, associado à desestruturação das redes e identidades dos indivíduos e, em geral, à exclusão social parece aumentar (Garcia e outros, 1999). Como nota Madureira Pinto (2000), a flexibilização do trabalho parece ser acompanhada de uma certa “rigidez do desemprego”. Acresce que, ao contrário daquilo que acontece na maioria dos países da Europa e apesar de uma força de trabalho muito pouco escolarizada, o desemprego em Portugal atinge sobretudo os jovens com qualificações intermédias (Grácio, 2000; Pais, 2001).

Constituindo uma realidade dura para apenas uma parte dos jovens portugueses, o desemprego é uma ameaça para quase todos os outros, condicionando em muito as práticas, representações e identidades no local de trabalho, nomeadamente, aquelas que envolvem relações de poder.⁴¹

- Eu não tenho uma grande opinião crítica, pois se já é quase um milagre ter emprego, não me vou pôr a discutir os horários, os salários, etc. Tenho que aceitar o que aparece!

Entrevista individual: técnica de fisioterapia, sexo feminino (casada)

⁴⁰ Note-se, a este propósito, que este desemprego de curta duração, entre trabalhos precários, marca mais presença nos percursos femininos que nos masculinos, o que confirma a teoria de que os homens têm uma vantagem relativa no mercado de trabalho (Garcia e outros, 1999). Por outro lado, o desemprego dos rapazes surge mais vezes associado a circunstâncias individuais geradoras de desintegração e de exclusão social, como a dependência do álcool ou das drogas.

⁴¹ Convém todavia não fazer generalizações, visto se tratarem de realidades díspares. Neste caso, aplica-se *grosso modo* as distinções apresentadas no tópico *Insegurança ou mobilidade* acerca dos diferentes significados da “instabilidade” e, em particular, a distinção entre “instabilidade extensiva” e “instabilidade mediada”.

Os jovens tendem assim a aceitar trabalhos precários e mal remunerados ou em áreas distantes daquelas em que estudaram, de modo a fugir ao desemprego. Por outro lado, vários entrevistados referiram que a existência de uma bolsa de desempregados concede aos patrões um poder quase absoluto para impor as condições de trabalho (remunerações, horários, funções, etc.). Os empregados, sobretudo aqueles que têm já encargos financeiros, têm que as aceitar, devido ao medo de cair no desemprego. Nas palavras de uma jovem universitária, “há pessoas que não podem dizer que não”. Mesmo que não aceitem, os patrões podem sempre recorrer à bolsa de desempregados para contratar alguém que aceite essas condições, numa lógica de “trabalhadores descartáveis”. Segundo Pinto (2000), tende então a estabelecer-se um ciclo vicioso em que condições precárias de trabalho e desafeição identitária dos trabalhadores se reforçam mutuamente.

Todavia, este processo pode ser travado por duas razões. Em primeiro lugar, sobretudo nos trabalhos especializados, pode não ser fácil encontrar trabalhadores com qualificações e experiência para desempenhar uma certa função. Em segundo lugar, as organizações colectivas de trabalhadores e o Estado podem dificultar este processo (ver tópico seguinte).

Os direitos dos trabalhadores: os sindicatos e o Estado

Tipicamente, os sindicatos são as principais organizações que velam pelos direitos e regalias dos trabalhadores. Apesar de os sindicatos serem proibidos em Portugal até 1974, a generalidade dos jovens entrevistados atribui uma grande importância ao papel dos sindicatos no passado. Reportam-se, provavelmente, à geração dos seus pais e, mais exactamente, aos anos 70 e 80. No entanto, um número muito reduzido está inscrito em sindicatos. Da análise das entrevistas resultam três principais razões para este facto:

A precariedade e a mobilidade do trabalho. Como atrás foi referido, muitos dos jovens circulam, actualmente, entre trabalhos precários e temporários. Os vínculos precários limitam muito a capacidade de negociação das condições de trabalho e aumentam o receio do despedimento sem justa causa, nomeadamente, devido ao facto de ser sindicalizado (Lewis e outras, 2002a). Parte destes trabalhadores pretendem, de facto, inscrever-se nos sindicatos, mas apenas quando estiverem numa situação profissional mais estável. Além disso, os

trabalhos temporários, sem perspectivas de futuro, levam os jovens a preocuparem-se sobretudo com as questões diárias e a afastarem-se das lutas mais continuadas. A circulação permanente entre organizações e, em alguns casos, entre sectores de actividade, dificulta a adesão aos sindicatos, dado que estes se encontram também fragmentados. Vários jovens acrescentaram que os sindicatos não estão orientados para os trabalhadores precários e temporários, defendendo sobretudo os trabalhadores efectivos.

- Acho que [os sindicatos] têm uma função importante para as pessoas que trabalham. Fomos avisados por colegas para não sermos muito contestatários porque “eles” [o banco] não gostam.

Entrevista individual: bancária, sexo feminino

A individualização e a fragmentação do trabalho. As sociedades contemporâneas são atravessadas por tendências para a individualização dos contratos e das condições de trabalho (Beck, 2000; Pinto, 2000). Este fenómeno é intensificado em países como Portugal, em que o tecido empresarial é dominado por pequenas empresas (Freire, 1998). As próprias categorias profissionais estão sujeitas a grandes convulsões, através de processos complexos de fusão, em certos casos, de fragmentação ou deslocalização noutros. É, pois, significativo que muitos dos jovens entrevistados não conseguissem definir facilmente a sua categoria ou actividade profissional. Este contexto apresenta-se como bastante pantanoso para os sindicatos, baseados numa lógica modernista de grandes organizações, contratos colectivos e categorias profissionais bem definidas. Uma proporção muito significativa dos jovens entrevistados não só nunca tinham sido contactados por qualquer organização sindical como nem sequer tinham conhecimento da existência de uma organização sindical afecta à sua actividade ou categoria profissional. Consideram, assim, que os sindicatos perderam a ligação com as realidades do trabalho e com os próprios trabalhadores.

- [Os sindicatos] perderam a ligação com a massa dos trabalhadores porque não souberam adequar-se às diferentes realidades que entretanto começaram a surgir.

Entrevista individual: socióloga, sexo feminino

As conotações partidárias. Parte dos jovens entrevistados referiram que os sindicatos se encontram demasiado associados aos partidos políticos, quer em termos ideológicos quer em termos estratégicos. Isto afasta não

apenas os jovens trabalhadores que não simpatizam com os partidos aos quais os sindicatos são afectos, como também aqueles (e são muitos) que estão desinteressados e alheados da vida política, tendo dela uma visão claramente negativa.

- Associo-os [os sindicatos] muito aos políticos. Acho que as duas centrais sindicais estão completamente viciadas pelo sistema e pelo poder político.

Entrevista individual: geógrafo do sexo masculino

Note-se que a adesão sindical ou a sua recusa constituem processos intensamente colectivos. Os três factores enunciados enfraquecem em muito o peso dos sindicatos na maioria dos contextos de trabalho. Assim sendo, muitos dos jovens assinalaram que, na sua organização ou categoria profissional, os sindicatos têm muito pouca expressão e, por isso, a possibilidade de adesão sindical surge como inútil, desenquadrada e, sobretudo, arriscada.

Este declínio do papel dos sindicatos está amplamente documentado na literatura sociológica (Castells, 1996; Freire, 1998). Tem-se registado em diversos países – e esta pesquisa confirma-o – que o declínio dos sindicatos é causa e consequência da individualização do trabalho: em grande medida, os jovens trabalhadores contam apenas consigo para vencer (ou fracassar) no mercado de trabalho, revelando representações individualistas, que valorizam a ambição e o esforço individual (Furlong e Cartmel, 1997; Kugelberg, 1998; Beck, 2000). Muitos deles têm pouco “sentido dos direitos”, adoptando a perspectiva dos empregadores e não reclamando melhores condições de trabalho (Lewis, 1998; Lewis e outras, 2002b). Por conseguinte, as narrativas dos jovens evidenciam uma notável ausência de qualquer tipo de estratégia colectiva no local de trabalho (Smithson e outras, 1998).

No entanto, esta investigação em vários países da Europa sugere que, em certos casos, o declínio dos sindicatos está a ser compensado por uma nova valorização do Estado, entendido como uma “rede de segurança” (Lewis, 1998). Vários dos jovens portugueses, curiosamente os mais desqualificados, consideraram que o Estado devia assumir um papel mais activo, produzindo nova legislação que amplie os direitos e regalias dos trabalhadores, promovendo a criação de emprego (não precário) e, sobretudo, fiscalizando mais efectivamente as organizações de trabalho, de modo a garantir o cumprimento efectivo da legislação em vigor.

Os valores: a realização de projectos e a estabilidade financeira

Existe, entre os jovens, uma tensão entre duas visões díspares da actividade profissional. Alguns valorizam o trabalho sobretudo como forma de realização pessoal, outros como meio de sustentar a realização noutras esferas, nomeadamente (mas não apenas), na familiar. Esta tensão está longe de constituir uma novidade. Alguns autores têm sugerido que as novas gerações estão mais propensas a basear-se na primeira visão, enfatizando a realização profissional e distinguindo-se, desta forma, da concepção tradicional de trabalho. Fala-se mesmo de uma nova ética do trabalho (Pais, 1993).

A este propósito, a pesquisa realizada permite confirmar que, entre os jovens portugueses, emergem novas ambições quanto ao trabalho como forma de realização. Sobretudo as raparigas, para quem o trabalho ainda não é um dado adquirido, salientaram que o trabalho era importante para o seu “equilíbrio emocional” ou “sanidade mental” (Lewis e outras, 1999). Mais, muitos jovens referiram a importância de desempenhar um trabalho que a pessoa goste, contrapondo, aliás, ao facto de a maioria dos trabalhadores, sobretudo na geração dos seus pais, terem empregos desinteressantes. Tornam-se mais frequentes afirmações como as deste jovem técnico no ramo automóvel: “tenho um bom emprego porque faço aquilo que gosto”. A ideia de pertencer a equipas de trabalhos, realizar projectos, trabalhar num “ambiente amigável” e ter horários flexíveis parece especialmente atractiva a muitos jovens, que anseiam assim por experiências estimulantes e diversificadas no local de trabalho, que se afastem do trabalho rotineiro e enfadonho, de horários rígidos e funções bem determinadas.

- Para mim é importante sentir-me realizado com aquilo que faço, não gostaria de estar a fazer uma coisa só por estar a trabalhar, gostaria de fazer algo que sentisse prazer.

Entrevista de grupo: desempregado do sexo masculino

No entanto, esta crescente valorização da realização profissional surge limitada por vários factores. O primeiro é que, embora sejam separadas analiticamente, a dimensão da auto-realização não surge, nas representações dos jovens trabalhadores, completamente desligada das condições materiais. “A estabilidade financeira faz parte da realização pessoal”, comentou um jovem administrativo e vários outros entrevistados expressaram ideias semelhantes. Pensados muitas vezes como contraditórios, ambos os valores parecem surgir entrelaçados nas

concepções de muitos jovens, que pretendem alcançar, assim, um certo equilíbrio (Lewis e outras, 1999).

- Eu tenho muito medo do contrato efectivo, da estagnação, de entrar numa certa rotina que eu conheço do contacto com a função pública... e tenho ideia que aquilo que se procura em termos de mercado de trabalho (...) seria fazer coisas diferentes, para aprender coisas diferentes, embora conseguindo o equilíbrio com a vida familiar, com essa tal independência financeira.

Entrevista de grupo: funcionário administrativo do sexo masculino

Mesmo entre os jovens que enfatizam claramente um dos valores, em desfavor do outro, podemos encontrar diversas categorias que atravessam (e relativizam), de certa forma, a componente geracional. A classe de origem e, sobretudo, o tipo de profissão que se desempenha (ou que se pensa vir a desempenhar) são factores fundamentais. Entre os jovens desqualificados, em geral oriundos de classes desfavorecidas, a ideia de o trabalho ser basicamente uma fonte de rendimentos é dominante, não apenas devido às necessidades materiais imediatas, mas também devido à falta de expectativas quanto à realização e valorização profissionais (Lewis e outras, 1999).⁴² Entre os jovens qualificados, as aspirações de realização profissional são, obviamente, muito maiores. Por outro lado, o pólo da auto-realização parece ser apanágio sobretudo dos jovens do sexo masculino. Embora essas ambições sejam partilhadas por uma parte significativa das raparigas (as mais qualificadas), estas acrescentam quase sempre a importância da segurança financeira.⁴³

- A firma estava muito tremida, eu já tinha passado pela situação de uma firma ir à falência e ficar sem emprego, eu era sozinha com uma casa, com carro que entretanto tinha, e uma pessoa começa a ter muito medo da insegurança. Pelo menos eu senti-me insegura, sem saber se amanhã tenho emprego, se no final do mês tenho ordenado ou não tenho, é horrível, não consigo viver assim, é muita insegurança.

Entrevista individual: auxiliar de acção médica do sexo feminino

⁴² Note-se que, no caso específico da cultura operária, parece estar muito sedimentado um primado da vertente financeira do trabalho sobre todas as outras (Pais, 1993). A entrevista de grupo com jovens operários permitiu constatar que a questão dos rendimentos permanece à cabeça de todas as discussões acerca do trabalho, sendo que a realização e a mobilidade são pouco referidas (Nilsen, 1998). Porém, notou-se uma valorização de outros factores, tradicionalmente pouco presentes na cultura operária, como as questões da higiene e da segurança ou das promoções. Aliás, sentiu-se algum mal-estar face a diversos aspectos da vida operária e uma aspiração crescente em obter “um emprego mais limpo”. Esta tendência enquadra-se num movimento mais genérico que atravessa hoje as classes operárias de valorização do trabalho intelectual e desvalorização do trabalho fabril e que não é redutível à questão financeira (Fonseca, 2001).

⁴³ Esta maior valorização da componente familiar resulta também do facto de as raparigas terem menor liberdade em casa dos pais e, por outro lado, tenderem a abandoná-la e a constituir família mais cedo. Estas questões serão aprofundadas nos capítulos dedicados à família e ao género.

Além disso, mais do que uma tendência geracional, a emergência de uma concepção de trabalho baseada na auto-realização está muito associada a um período de vida transitório em que os jovens não têm ainda encargos significativos com a vida familiar, nem sequer têm projectos bem definidos de constituição de família. As pesquisas nos vários países europeus sugerem que, nos primeiros anos de trabalho, os jovens evitam a estabilidade e as responsabilidades e valorizam a liberdade, a mobilidade, a realização e as possibilidades de formação (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998; Lewis e outras, 1999). Isto aplica-se também ao caso português. No entanto, os jovens entrevistados que prosseguiram já vidas independentes, sobretudo aqueles que estavam casados, tinham filhos e/ou habitação a seu cargo, destacavam-se claramente de todos os outros, pois valorizavam a estabilidade financeira e os horários proporcionados por um emprego (Nilsen e outras, 2002). Mesmo entre aqueles que não tinham ainda esses encargos, vivendo em situações de “semi-dependência”, parece existir um reconhecimento generalizado de que o factor da realização profissional pode passar a ser secundário quando se tornarem independentes e, sobretudo, quando constituírem família.

- [Estabilizar] é poder dar conforto e segurança aos meus filhos e à minha mulher. Eu quero dar aos meus filhos aquilo que eu não tive. Estabilizar é não me preocupar tanto com o dia de amanhã.

Entrevista individual: informático do sexo masculino

Por conseguinte, a “conquista de independência” e, sobretudo, a constituição de família surgem, geralmente, associadas a uma preocupação com a estabilidade profissional e com a construção de uma “carreira”.⁴⁴ Para muitos jovens, actualmente, a estabilidade profissional é mesmo uma condição para a constituição de família (Lewis e outras, 1999). Não confiando noutras instituições (emprego, Estado, família) para os apoiar nessas tarefas (Lewis e outras, 2002b), a ideia de “assentar na vida” e assumir responsabilidades familiares torna-se um projecto

⁴⁴ A presente pesquisa não confirma as ideias muito difundidas que advogam a “falência das carreiras”. Embora isso possa acontecer em certas áreas, a ideia de “carreira” permanece muito presente nas representações e expectativas de quase todos os jovens, estruturando parte das suas práticas e disposições nos contextos laborais (Brannen e Nilsen, 2002). Além disso, a análise das trajectórias profissionais dos jovens sugere que, em vez de se desintegrarem, as carreiras tendem a assumir formas menos lineares e mais complexas. Na senda daquilo que atrás foi referido (tópico 2 do presente capítulo), a “carreira” é hoje entendida, num sentido mais lato, como uma trajectória – intensamente individual e auto-gerida – de acumulação de experiência e consequente promoção progressiva numa dada área profissional (por vezes pouco definida), em vez de simplesmente uma progressão segura no âmbito de determinada organização (Smithson e outras, 1998).

intensamente individual e que depende, em grande medida, de encontrar um emprego estável (Nilsen, 1998; Smithson e outras, 1998). Assim sendo, a primazia da auto-realização no trabalho parece ser apenas um *valor transitório*.

A importância do capital relacional

Nas conversas com os jovens portugueses – mais do que em qualquer outro dos países em que o estudo se realizou – foram recorrentes as referências ao capital relacional enquanto mecanismo fundamental de inserção e promoção no mercado de trabalho (Smithson e outras, 1998). Muitos dos jovens indicaram que as “cunhas”, o “factor c”, os “conhecimentos” ou a “capacidade relacional” eram hoje fundamentais para se integrarem nos (diversos) contextos laborais em que as oportunidades escasseiam.⁴⁵ Um jovem desempregado comentou que, em certas profissões, “enviar currículos e procurar anúncios não resulta para arranjar emprego”. Por outro lado, permanecer num determinado emprego ou subir na hierarquia são identificados como processos muito condicionados pelas relações que se estabelecem com outros trabalhadores e, sobretudo, com as chefias.⁴⁶

- 80% do emprego depende da capacidade relacional, de nos relacionarmos bem com as pessoas que trabalham na empresa, nomeadamente os chefes e a hierarquia, a competência vem depois (...) Não penso que a competência profissional seja assim tão valorizada, é um mito que se alimenta para a pessoa trabalhar, para fazer as tais 12 horas por dia.

Entrevista de grupo: estudante universitária do sexo feminino

A análise dos processos de inserção dos jovens no mercado de trabalho confirma apenas parcialmente esta noção tão difundida no senso comum. É verdade que a grande maioria dos jovens passou já por situações em que familiares, amigos, colegas ou professores os indicaram para um determinado trabalho. No entanto, dada a grande mobilidade profissional dos jovens, muitos deles já passaram também por concursos mais formalizados, em que responderam a anúncios, enviaram currículos e/ou

⁴⁵ Diversos estudos quantitativos têm, aliás, revelado a importância do capital social nos processos de obtenção de emprego, tanto em Portugal (Pais, 1998; Guerreiro e outros, 2000), como em muitos outros países (Santos, 1989).

⁴⁶ Curiosamente, a maioria dos jovens enfatiza a componente relacional quando se refere ao mercado de trabalho no geral e desvaloriza-a quando fala, em particular, da sua experiência e percurso profissional.

foram entrevistados. Por vezes, ambos os mecanismos (formais e informais) sobrepõem-se, ficando-se sem saber qual deles foi preponderante. Ainda assim, os concursos, sobretudo para trabalhos qualificados, têm critérios e exigências que atenuam em muito o factor relacional.

Além disso, o capital relacional é, geralmente, conotado com algo ilegítimo. De facto, o protecționismo a certos indivíduos perverte a lógica da livre concorrência no mercado de trabalho. No entanto, em certos casos, os empregadores – ex-professores, ex-patrões ou ex-colegas de trabalho – preferem apostar em trabalhadores que conhecem, pois reconhecem as suas qualidades. Isto permite alguma estabilidade e confiança nas equipas de trabalho que, de outra forma, seriam impossíveis. Por outro lado, o facto (confirmado) de que a inserção numa determinada área do sistema de emprego é facilitada quando existem familiares ou amigos bem integrados nessa área não deve conduzir a leituras precipitadas. Se, em alguns casos, isso reflecte uma interferência directa e ilegítima nos contextos de trabalho, noutros casos, isso resulta de processos complexos de socialização e identificação, no decorrer dos quais os indivíduos vão adquirindo as vocações, as disposições e os saberes requeridos para desempenhar (com sucesso) uma determinada profissão.

VI. VIDA FAMILIAR

AFECTOS E PROJECTOS

Nas últimas décadas, têm-se registado mudanças profundas na esfera familiar, coexistindo hoje uma enorme diversidade de modelos e estruturas (Almeida, 1998). Os jovens em transição para a vida adulta constituem um grupo privilegiado para estudar estas transformações, visto que as exploram a dois tempos: as condições e relações vividas em casa dos pais (onde permanecem ou de onde saíram recentemente); as condições e relações que estabelecem como jovens cônjuges e pais.

Além disso, a própria transição, analisada pelo prisma familiar, não deixa de estar sujeita a mudanças significativas. Tradicionalmente, esta transição correspondia ao momento em que os jovens, simultaneamente, abandonavam o agregado familiar de origem e constituíam família. A pesquisa mostra que este modelo continua a ser dominante em Portugal, todavia, mostra também que a transição familiar tende a complexificar-se e a diversificar-se, observando-se uma pluralidade de situações e trajectos.

Por um lado, desde os anos 60 que se assiste a uma progressiva abertura cultural a novos modelos familiares, novas experiências e percursos, que tem inclusivamente conduzido a uma noção mais lata de família. Os jovens actuais confrontam-se, assim, não com uma via única de transição familiar, mas sim com uma grande diversidade de caminhos culturalmente aceites que podem (e têm que) escolher. Por outro lado, esta escolha permanece fortemente condicionada pelas condições e disposições proporcionadas pelos meios sociais em que se inscrevem os jovens. Num contexto de contracção do mercado de trabalho (ver capítulo anterior), essa abertura cultural vê-se frequentemente bloqueada pela falta de oportunidades e recursos para realizar os projectos familiares pretendidos. As inseguranças associadas à transição familiar tendem, pois, a ser avaliadas e acentuadas pelos riscos vividos na esfera do trabalho.

Neste capítulo, apresentam-se as três principais vias de transição familiar desenvolvidas pelos jovens nas sociedades contemporâneas – a parentalidade e o casamento precoces, os novos modos de vida (sozinho, com amigos ou companheiro) e a semi-dependência em casa dos pais –, equacionando as especificidades que adquirem no contexto português. No último tópico, reflecte-se acerca das expectativas familiares a longo prazo, comuns a quase todos os jovens.

Uma nota prévia: contrariando aqueles que advogam a progressiva “desintegração da família” como traço da modernidade, os discursos dos entrevistados revelam a extrema importância de que a família se reveste actualmente para os jovens portugueses (Almeida, 1990; Almeida e outros, 2000). Num contexto de risco, o apoio fundamental dos pais às transições para a vida adulta parece mesmo dar origem a novas solidariedades e dependências. Foi, portanto, verificada a prevalência do “primado da família”, ou seja, a prevalência da ideia de que a família constitui a principal referência para a projecção das vivências e identidades dos indivíduos.

- Para mim é muito importante ter família (...) família é as pessoas com quem sempre podemos contar... em princípio, esses nunca nos vão trair... aconteça o que acontecer, são aquelas pessoas que estão sempre lá, de certeza, podemos contar.

Entrevista individual: informática do sexo feminino

Como sentenciou um jovem informático: “sem família, a realização profissional já não interessa nada”. Este primado é, contudo, mais forte no lado feminino das famílias, ou seja, para as jovens ou relativamente aos elementos femininos mais velhos, as mães e as avós, confirmando a ideia de que a família se continua a escrever fundamentalmente no feminino (ver adiante).⁴⁷

A parentalidade precoce: estratégias e acidentes

Casar e ter filhos cedo é, actualmente, uma opção pouco popular entre os jovens, quer por razões económicas, quer por razões culturais. Tal como nos outros países europeus (Brannen e Smithson, 1998), vários jovens revelaram que não se sentiam preparados para tais responsabilidades ou que queriam gozar a vida antes de assumir grandes compromissos. O casamento e a parentalidade são vistos como fortemente limitadores das oportunidades, das experiências pessoais ou mesmo de promoção profissional. No entanto, em Portugal, a maioria dos jovens referiu-se, simplesmente, à situação de insegurança profissional e aos baixos rendimentos auferidos como obstáculos intransponíveis à realização de projectos no plano familiar, dada a impossibilidade de comprar e

⁴⁷ Um estudo recente (Almeida e outros, 2000) indica que a família e o grupo de amigos são as principais instituições para os estudantes universitários, quer enquanto círculo de pertença, quer enquanto contexto de opinião (neste último caso, a par com a televisão). Este estudo aponta assim para o facto de as identidades sociais dos jovens, nas sociedades contemporâneas, serem moldadas em processos complexo de “socialização recíproca”, entre círculos escolhidos (os amigos) e herdados (as famílias).

sustentar uma casa, bem como assumir os gastos com crianças (Vasconcelos, 1998).

Sintetizando ambos os argumentos, muitos jovens criticaram mesmo aqueles que casam e têm filhos cedo, antes de alcançar uma certa “maturidade emocional e relacional” ou uma situação profissional mais estável. Garantir – para si próprios e, sobretudo, para os filhos – uma vida sem privações tornou-se não apenas um desejo mas também uma obrigação, associada a uma noção detalhada da “idade certa” para ter filhos (Brannen e outras, 2002). A consciência do risco cruza-se com as ideias, dominantes nesta geração, de “realização individual”, “responsabilidade individual”, “bem-estar material” e “infância protegida”, resultando na concepção de que a parentalidade precoce constitui, inclusivamente, uma irresponsabilidade. Numa época em que se considera que os jovens dispõem de mais oportunidades e liberdades, casar e ter filhos cedo deixou, em muitos casos, de ser uma opção valorizada em termos culturais e/ou sustentável a nível económico.

Contudo, a pesquisa mostra que uma fracção minoritária mas significativa dos jovens portugueses segue a via do casamento e/ou da parentalidade precoces, nomeadamente antes dos 20 anos.⁴⁸ Nestes casos, a gravidez das raparigas parece constituir, quase sempre, o móbil de todas as transformações familiares registadas e, nomeadamente, do casamento. Todavia, se por vezes isso resulta de uma “gravidez accidental”, posteriormente assumida, outras vezes decorre de uma estratégia deliberada de constituição de família por parte dos jovens. Além disso, mesmo nos casos em que não foi planeada, a gravidez conduz, geralmente, não a uma “desestruturação familiar”, mas à adaptação e reconfiguração das estratégias e projectos familiares.

- Tenho muitas ajudas... da minha mãe, da minha avó. Estas ajudas que ajudam muitos jovens a iniciar a vida deles.

Entrevista individual: secretária do sexo feminino (20 anos, 2 filhos)

⁴⁸ Alguns dos jovens entrevistados tinham casado e/ou tido filhos antes dos 20 anos. Uma rapariga destacou-se por ter sido mãe aos 16 e viver com o companheiro mas sem estar casada. Note-se que esta pesquisa decorreu em meio urbano e não abrangeu certos grupos minoritários, como por exemplo os ciganos, que se caracterizam por formas de transição familiar muito específicas e, em particular, pela constituição de família em idades muito precoces.

Nestas estratégias e projectos, os pais dos jovens (quando aceitam o facto e se dispõem a ajudar) desempenham um papel fundamental. Face à impossibilidade de comprar casa e assegurar uma vida independente, uma solução muito frequente parece ser a de conciliar o casamento (para assegurar a estabilidade familiar) com a permanência em casa dos pais de um dos jovens, enquanto procuram adquirir os meios que lhes permitam mudar para uma habitação própria. Em certos casos, o próprio casamento tende a ser adiado por falta de recursos para o realizar, embora permaneça como objectivo. Ainda que em situação transitória, muitos jovens acabam por viver – casados ou em “união de facto” – com o cônjuge e os filhos, em casa dos pais, durante vários anos. Embora esta situação seja muito desejada pelos jovens no período inicial, visto que garante alguma segurança e bem-estar, o seu arrastamento no tempo parece converter-se num certo desconforto, até porque a convivência de dois casais numa casa, com recursos e estatutos assimétricos e em que um deles desempenha um duplo papel (pais e filhos), nem sempre é pacífica. Todavia, a extrema dificuldade em alcançar uma situação profissional estável, mesmo passados alguns anos de trabalho (ver capítulo anterior), vai bloqueando indefinidamente os projectos de vida própria.⁴⁹

Além disso, a pesquisa mostra que alguns dos jovens conseguem, com a ajuda dos familiares, continuar o seu percurso educativo, embora a situação mais frequente seja que a parentalidade signifique o abandono dos projectos escolares, face à necessidade premente de trabalhar para garantir rendimentos e de assumir, no tempo restante, as responsabilidades familiares.

Estratégia ou acidente, o certo é que a parentalidade e o casamento precoces parecem estar associados aos grupos sociais mais desqualificados. Os jovens entrevistados que tinham iniciado a parentalidade antes dos 20 anos eram todos originários de famílias de empregados executantes, com reduzidas qualificações escolares e modestos recursos económicos.⁵⁰ Isto significa, mais uma vez, que nas

⁴⁹ Não é pois de estranhar que, como vimos no capítulo anterior, a segurança e a estabilidade sejam altamente valorizadas por este grupo de jovens no contexto profissional, conduzindo-os inclusive a aceitar empregos menos atractivos e pior remunerados, mas que garantem um lugar de “efectivo” (nomeadamente, no sector público). Paradoxalmente, o facto de terem filhos constitui, sobretudo para as raparigas, um obstáculo extra às promoções profissionais e, em particular, à obtenção da tão desejada estabilidade profissional. A necessidade de conciliar as responsabilidades profissionais com as familiares leva-as a não estarem tão disponíveis para o trabalho, sendo por isso discriminadas por muitos empregadores.

⁵⁰ Note-se que a pesquisa decorreu num contexto urbano e, por conseguinte, não só as famílias de assalariados agrícolas não foram abrangidas, como as famílias de operários se encontram claramente sub-representados. Assim sendo, os empregados executantes constituem a grande maioria da população em empregos desqualificados.

classes mais qualificadas, os jovens, embrenhados em trajectos escolares e académicos prolongados e demonstrando ambições crescentes de cariz hedonista ou consumista, não encaram sequer a hipótese de se casarem ou terem filhos, pelo menos, antes dos 25 anos. Por outro lado, a relação distante com a instituição escolar, convertida frequentemente em abandono escolar e a entrada prematura no mercado de trabalho, a par dos constrangimentos económicos, conduzem uma parte significativa dos jovens das classes desqualificados a encetarem projectos familiares.

Além disso, a própria relação entre pais e filhos e, em particular, o processo de “obtenção de independência” assumem formas totalmente diferentes, consoante a classe social (Pais, 1993; Brannen e outros, 1994; Seabra, 1999). Fortemente limitados e subordinados no espaço doméstico, os jovens nos meios mais desqualificados anseiam por alcançar a independência através da constituição de família. O estatuto de “semi-dependência”, bem como as hipóteses de sair de casa sem constituir família, permanecem arredados destes grupos, não só devido às limitações económicas, mas também visto que não são culturalmente valorizadas (Brannen e outras, 2002).

Esta situação é acentuada no caso das raparigas, não sendo pois de estranhar que sejam precisamente elas que, mais frequentemente, revelam projectos e trajectos de constituição de família em idades precoces. Entre as raparigas dos meios populares, a autonomia face à autoridade paterna surge como fortemente restringida até ao momento do casamento e/ou da maternidade, em que se aceita a passagem ao estatuto de “mulher”. Neste sentido, para muitas jovens, o casamento e a maternidade constituem vias únicas de emancipação e valorização face a quotidianos reprimidos.

Quadro 4. *Estatísticas demográficas do ano 2001, referentes à nupcialidade e parentalidade entre os jovens com menos de 25 anos*

		Homens	Mulheres
n.º casamentos/ idade dos nubentes	até 19 anos	1280 (2,2%)	5726 (9,8%)
	20-24 anos	15079 (25,8%)	19551 (33,5%)
n.º nascimentos/ idade dos progenitores	até 19 anos	1693 (1,5%)	6876 (6,1%)
	20-24 anos	13309 (11,8%)	21735 (19,3%)

Estatísticas Demográficas 2001, INE

Voltando à questão inicial, apesar de o casamento e a parentalidade precoces serem hoje olhados com muitas reservas, motivos de risco acrescido e oportunidades restringidas, por vezes tomados por “irresponsáveis”, a pesquisa mostrou que continuam a ser práticas correntes em certos grupos sociais. Não constituem apenas “acidentes”, mas também fontes de realização e de responsabilização (Banks e outros, 1992; Vilar e Gaspar, 1999). Os jovens envolvidos nestes trajectos documentam assim os esforços enormes de reconfiguração de projectos e disposições, bem como as privações por que tiveram que passar. No entanto, revelam também as dinâmicas de valorização pessoal e de coesão familiar que podem ser accionadas nestes processos.

Sair de casa com destino incerto

As sociedades contemporâneas são caracterizadas por uma diversificação dos modos de vida privada. Em vez de passarem simplesmente da família de origem para a nova família constituída, cada vez mais indivíduos vivem uma sucessão de configurações temporárias e imprevisíveis, sobretudo no período de transição para a vida adulta. Viver sozinho ou em coabitação e ter filhos fora do casamento tornam-se, assim, práticas frequentes em toda a Europa (Galland, 1995b; Prinz, 1995; Furlong e Cartmel, 1997). Embora seguindo esta tendência, Portugal destaca-se pela pouca expressão que alcançam ainda essas formas alternativas de transição (ver capítulo II). As entrevistas realizadas aos jovens permitem compreender melhor esta realidade.

Relativamente à vida a sós, é importante começar por sublinhar que esta não está acessível à grande maioria dos jovens portugueses. Como comentaram no decorrer das entrevistas, quer as rendas quer os empréstimos são incomportáveis para muitos dos jovens, que se caracterizam por rendimentos modestos e vínculos laborais precários. Além disso, os apoios concedidos pelo Estado são claramente insuficientes e os apoios familiares são, em muitos casos, reduzidos, devido aos constrangimentos económicos das famílias e à pouca abertura face às formas não convencionais de transição para a vida adulta. É verdade que, como vimos no capítulo anterior, existe uma (pequena) parte dos jovens que se destaca por possuir rendimentos elevados quase desde o início da actividade profissional. Todavia, estes jovens caracterizam-se, em geral, por quotidianos profissionais demasiado atribulados e exigentes para terem disponibilidade para os encargos domésticos. Preferem, assim, adiar a saída de casa, mantendo um estatuto de “semi-dependência” face aos pais.

No plano das expectativas, existe uma clara divergência entre sexos. Os rapazes revelam-se, na sua maioria, pouco interessados num projecto deste tipo, devido à inaptidão para tratarem das questões domésticas sozinhos e à maior liberdade que gozam em casa dos pais.

- [morar sozinho] Nem pensar. Eu a lavar a roupa e a fazer comida e essas coisas, não! (...) Tenho de arranjar uma mulher que me saiba controlar o dinheiro, que eu sou disparatado a ganhar dinheiro.

Entrevista individual: pescador do sexo masculino

Pelo contrário, para uma fracção significativa das raparigas que vivem com os pais, viver só constitui uma hipótese atractiva, até porque permitiria uma maior liberdade, sem implicar imediatamente responsabilidades familiares. Na prática, muito poucas o fazem, visto que a situação se afigura muito complicada de gerir no plano económico.⁵¹

Quanto a viver com os amigos (ou com irmãos e primos), refira-se que é uma hipótese pouco significativa no quadro da generalidade da juventude portuguesa. Ainda assim, a pesquisa mostra a existência de alguns casos, sobretudo associados às migrações (temporárias ou permanentes) resultantes da experiência universitária. Mais uma vez, parecem ser as raparigas, mais reprimidas no contexto familiar, as principais entusiastas destes modos de vida, por vezes prolongando indefinidamente aquilo que seria apenas uma solução durante o período de estudos superiores. Note-se, contudo, que a inscrição em universidades que se situam fora das cidades de residência é ainda vista com muitas reservas pelas famílias dos jovens, entendida como um último e indesejado recurso. Como referiram vários dos entrevistados, os pais preferem assegurar os custos de uma universidade privada na cidade de origem do que financiar uma experiência universitária noutra cidade.

Pelo contrário, a coabitação parece encontrar-se bem presente nos discursos dos jovens portugueses, constituindo uma hipótese viável e valorizada. Alguns dos jovens entrevistados viviam, aliás, em coabitação, outros já o tinham feito (e entretanto tinham casado) e outros ainda pretendiam vir a fazê-lo.

Note-se que nas classes socialmente mais desfavorecidas e com menos qualificações escolares, a coabitação constitui uma prática com alguma expressão (Guerreiro, 1986; Lalanda, 2002). Estes grupos caracterizam-se por vidas precárias e marcadas por desregulações. As condições de vida impõem práticas mais orientadas para o imediato e o transitório, que nem

⁵¹ Isto é acentuado pelo facto de as raparigas se caracterizarem, comparativamente aos rapazes, por menor valorização profissional, rendimentos inferiores e maior probabilidade de desemprego.

sempre são compatíveis com as noções de estabilidade e planeamento, associadas ao casamento. Além disso, as carências económicas e a relação distante com os sistemas legais podem ser entraves à instituição matrimonial. Nesta pesquisa, foram possíveis de identificar, em contextos desfavorecidos, casos de coabitação, em que o casamento era desejado, mas adiado indefinidamente devido às contingências dos quotidianos.

Por outro lado, nos contextos populares e operários mais estabelecidos, bem como nas classes médias com poucas qualificações escolares, as disposições culturais concebem, tradicionalmente, a coabitação como sinónimo de casamento. Qualquer outra situação é entendida como desviante e ilegítima. Assim sendo, os jovens consideram que não se sentiriam bem vivendo com alguém sem que essa relação estivesse formalizada pelos laços do matrimónio. Além disso, a pressão exercida pelo meio e, em particular, pelas famílias dos jovens é bastante forte. Os apoios familiares disponibilizados – quer no decorrer do ritual quer nos primeiros anos do casamento – são fundamentais para a subsistência e bem-estar do casal e são substancialmente reduzidos no caso dos casais em “união de facto”. Nestas classes, os casos de coabitação (e são ainda bastantes) resultam, quase exclusivamente, da impossibilidade de organizar um casamento condigno. Constituem assim recursos temporários, sobretudo quando há filhos envolvidos, que se espera que sejam resolvidos pelo casamento.

- Acabei por casar pelo registo civil, para responder de alguma forma, com compromisso e diplomacia, a tudo o que era pressão social à minha volta. Entre manter aquela situação de união de facto e criar conflitos com a minha família e com a família da minha esposa, não nos custou nada a assinar o tal contrato... e satisfazer ambas as partes. Porque, de facto, também não vivemos sozinhos.

Entrevista de grupo: funcionários administrativos do sexo masculino

Por fim, reflectindo uma tendência europeia (Kaufmann, 2002), a coabitação populariza-se nas classes favorecidas e qualificadas, enquanto período transitório que antecede o casamento, permitindo maior liberdade e menor responsabilidade. Neste sentido, constitui uma primeira experiência de conjugalidade que permite que os jovens se conheçam melhor, reforçando um possível casamento, dificultando um futuro divórcio. É verdade que uma proporção significativa dos jovens das classes qualificadas enfatiza ainda a importância do casamento enquanto ponto de partida para a vida conjugal. Todavia, parece existir uma grande abertura a modelos alternativos de conjugalidade, pelo menos enquanto

formas transitórias (limitadas no tempo) e que não impliquem filhos (Almeida e outras, 1998).

Como é então compreensível que, segundo os dados do INE (Censos 2001), a coabitação, embora tenha duplicado ao longo da última década, abranja apenas 6,9% da população? Convém, em primeiro lugar, referir que as “uniões de facto” não tinham, até Abril de 2001, qualquer enquadramento legal no nosso país, permanecendo com contornos bastante vagos, algures entre o formal e o informal, pelo que o valor indicado pelo INE pode estar aquém da dimensão real da coabitação.⁵² Além disso, é importante considerar que as famílias dos jovens têm, por vezes, dificuldades em aceitar uma situação não formalizada e que não tem tradição em Portugal. Mais, os jovens, por constrangimentos económicos, saem de casa geralmente numa idade já avançada e, por isso, tendem a “saltar” o período de experimentação, mesmo quando gostariam de o ter vivido. Assim sendo, como mostram estudos quantitativos, mesmo que muitos aceitem a ideia de viver sozinho ou em coabitação, cerca de 75% dos jovens portugueses acaba por permanecer em casa dos pais até constituírem família (Vasconcelos, 1998).

- Quer queiramos quer não, o casamento é uma óptima fonte de receitas, mas não é propriamente o essencial da relação.

Entrevista de grupo: economista do sexo feminino

Relativamente à parentalidade sem casamento, a generalidade dos jovens portugueses parece muito céptica acerca dessa hipótese, considerando que conduz a uma vida muito dura ou é mesmo uma irresponsabilidade (Brannen e outras, 2002). Nestes casos, pesam limitações e riscos económicos – que dificultam a que os jovens obtenham, sozinhos, meios de independência e de sustentação de uma criança – mas também obstáculos culturais, baseados numa ideia de família tradicional. Assim sendo, a situação das “mães sós” acaba por corresponder, quase exclusivamente, a situações não planeadas, ocorrendo sobretudo nas faixas mais desfavorecidas das populações (Lalanda, 2002; Ferreira e Aboim, 2002).

⁵² A este propósito, basta referir que a pergunta nos Censos designava esta categoria como “casados sem registo”, o que constitui uma designação confusa e imprecisa, que não inclui todos os casos de coabitação.

Gozar a vida em casa dos pais

Sendo as outras duas opções dificultadas por uma série de constrangimentos atrás mencionados, a maioria dos jovens portugueses acaba por permanecer em casa dos pais, adiando a sua saída de casa. Esta situação prolonga-se indefinidamente, mesmo alguns anos depois da entrada no mercado de trabalho e, em alguns casos, até depois dos 30 anos. Embora seja dominante em todos os grupos, este modelo de “transição tardia” parece sobretudo frequente entre os rapazes, os jovens que frequentaram estudos superiores e/ou são provenientes de classes favorecidas.

Em grande medida (e por isso a colocámos em último lugar), esta via consiste apenas numa “meia-opção”. Enquanto para uma parte dos jovens o adiamento da saída de casa e da entrada na conjugalidade constitui uma opção, fundamentada em novos padrões de vida e disposições culturais, para muitos outros esta via é vivida como um destino, face à impossibilidade ou irresponsabilidade de sair de casa na situação presente – financeira, profissional, relacional –, quer em projectos familiares quer “por conta própria”.

À semelhança daquilo que se verificou nos outros países europeus, emerge um grupo de jovens que não parecem valorizar muito o casamento, pelo menos num futuro próximo. Face à grande dificuldade em adquirir habitação, nos países do sul esta opção coincide, quase sempre com a permanência em casa (Cavalli, 1995; Galland, 1995b; Torres, 1997).⁵³ Entre estes, destacam-se duas situações diferenciadas. Uns – frequentemente aqueles que teriam rendimentos para avançar com projectos familiares a curto prazo – encontram-se fortemente empenhados na carreira profissional, não só por motivos de ambição pessoal, mas também como forma de auto-realização. Sobretudo para as raparigas, estas expectativas profissionais surgem como impossíveis de conciliar com projectos familiares, visto que é sobre elas que recaem os encargos familiares mais pesados.

- Nunca penso em casar ou ter filhos (...) Namoro mas não penso em casar porque não tenho vida para isso. Acho que nunca vou ter porque eu ponho o trabalho acima de tudo (...) Nós damo-nos bem porque ele é igual. Está na *Tele*....

Entrevista individual: programadora informática do sexo feminino

⁵³ Note-se que, nos países do norte da Europa, a saída de casa é muito apoiada quer pelo Estado quer pelas famílias, o que permite que muitos jovens deixem a casa numa idade precoce. Todavia, não são ainda totalmente independentes, nem a sua saída de casa é definitiva, podendo regressar à casa familiar por vontade própria ou por constrangimentos económicos. Pelo contrário, nos países do sul da Europa, a compra de casa para os jovens é um processo muito dispendioso, adiando-se a saída de casa, sendo esta, em geral, definitiva.

Outros estão, sobretudo, preocupados em “gozar a vida”, através de novas experiências, viagens, actividades culturais, de lazer e de consumo, sob o signo da errância (Pais, 1993; Maffesoli, 1997; Conde, 1998). O seu principal objectivo é divertirem-se com os amigos, aproveitando ao máximo um período isento de grandes preocupações ou encargos, antes de assumirem projectos (familiares) que requerem outra responsabilidade (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998). Para este grupo, os 30 anos parecem ser o limite da liberdade e da diversão.

Todavia, ao contrário de outros países europeus, em Portugal, esta situação (o adiamento como opção) parece claramente minoritária face ao adiamento como destino. Nestes casos, a permanência em casa é entendida como um recurso imediato face a um futuro projectado ou mesmo um futuro que se está a construir. Alguns destes jovens encontram-se em programas de poupança, outros investem arduamente na carreira profissional, outros ainda procuram ou até já compraram casa. Em todo o caso, encontram-se a “preparar terreno” para uma mudança que é entendida como problemática, embora desejada, tanto no plano económico como no plano relacional. O que acontece é que esta “preparação de terreno”, em particular em Portugal, pode estender-se por muitos anos. Como vimos atrás, não só os rendimentos reduzidos e a instabilidade profissional são difíceis de compatibilizar com os avultados encargos envolvidos (sobretudo com a habitação), como também a opção por soluções relacionais temporárias é vista ainda com muitas reservas, quer por parte dos jovens quer sobretudo por parte das suas famílias.

- Quando começar a trabalhar, vou começar a juntar dinheiro, mas não vou logo separar-me dos meus pais, isso era mesmo saltar para o abismo.

Entrevista de grupo: estudante do ensino profissional, sexo masculino

Na verdade, as duas situações nem sempre são fáceis de discernir, visto que existem em metamorfose: ao longo das trajectórias dos jovens, é frequente que a opção se vá gradualmente convertendo em destino, enquanto o contrário também sucede. Ainda assim, nota-se uma tendência geral: a “opção” é mais frequente no grupo até aos 25 anos, enquanto o “destino” parece dominar os discursos do grupo mais velho (25-30 anos). A saída de casa que, a princípio, se remetia para um princípio longínquo, vai-se tornando gradualmente um objectivo mais concreto, cuja impossibilidade é vivida com ansiedade e impaciência, sobretudo quando

as raparigas chegam à idade que consideram ideal para procriar (Brannen e outras, 2002).

- Quando realmente pensar em ter filhos vai ser complicado porque essa estabilidade demora e os anos vão passando e eu queria ter filhos ainda jovem.

Entrevista individual: estudante universitária do sexo feminino

Note-se que esta permanência por tempo indefinido na casa familiar, envolve também uma nova relação com os pais. Confirmando diversos estudos (Brannen e outros, 1994; Furlong e Cartmel, 1997; Nilsen e outras, 2002; Ramos 2002), a presente pesquisa mostra que os jovens tendem a viver, não na condição subordinada que lhes cabe na família tradicional, mas sim num estatuto de “semi-dependência” que, geralmente, significa uma enorme liberdade de acção, com poucos encargos financeiros.

- Tanto o pai como a mãe são pessoas que compreendem e tentam compreender... São pessoas que, não descurando o papel que têm de ter como mãe e pai, têm de ser compreensivos e têm de ter uma relação aberta onde privilegiam a comunicação com os filhos.

Entrevista individual: jovem do sexo masculino a viver com os pais (quadros técnicos)

Na expressão de Pais (2001), muitos jovens vivem hoje no regime de “welfare family”. Isto promove, em muito, a permanência em casa dos pais por opção. Muitos dos jovens entrevistados revelaram que os pais asseguravam todas as despesas com a casa e ainda os ajudavam em certos gastos pessoais (por exemplo, com educação), mesmo quando os jovens já tinham rendimentos próprios. Os seus rendimentos eram canalizados, quase exclusivamente, para gastos de lazer e de consumo ou para poupanças. Por outro lado, poucos foram os discursos que enfatizaram as restrições que os pais lhes impunham, embora surgisse, por vezes, a ideia de que os pais os “controlavam demais”.

No entanto, esta situação é generalizada apenas nos sectores mais favorecidos da população portuguesa, visto que parte dos jovens das classes populares e desqualificadas revelaram não só dispor de uma liberdade reduzida em casa dos pais, como ser obrigada a contribuir para os gastos domésticos. Isto acentua-se nos casos das raparigas, mais sujeitas ao controlo parental e, muitas vezes, chamadas a desempenhar pesadas tarefas domésticas. Não é, pois, de estranhar que seja precisamente nestes grupos que os jovens constituem família mais cedo.

Quando não o fazem, a permanência em casa dos pais é, em geral, vivida como um destino, não como opção.

- Os meus pais sempre mandaram um pouco em mim. Ainda hoje, eu não sou capaz de dizer “não” aos meus pais, e tenho grandes problemas com isso. Faz-me muita confusão quando as minhas amigas dizem “discuti com a minha mãe” e eu penso porque é que eu não consigo ser assim, tudo o que ela diz para mim é lei...

Entrevista individual: jovem do sexo feminino a viver com os pais (operários)

Por fim, é importante referir que um conjunto minoritário (mas significativo) de jovens adia a saída de casa, de modo a prestar apoio ou fazer companhia aos seus familiares. Isto é sobretudo frequente nos casos em que os jovens vivem sozinhos com um dos progenitores (devido a divórcio, viuvez, etc.), em que os pais são já idosos e/ou têm doenças ou em que existem crianças pequenas que é preciso cuidar. Nestes casos, a “semi-dependência” converte-se em “co-dependência”. Se é verdade que, em Portugal, os pais são fundamentais enquanto suporte dos trajectos de transição dos jovens para a vida adulta, por vezes esses trajectos são também modificados ou mesmo adiados devido às necessidades dos pais. O próprio “primado da família”, bem presente nos discursos dos jovens portugueses, leva-os, por vezes, a desvalorizar o seu projecto individual, em detrimento dos laços de afectos e solidariedades que os unem às suas famílias.⁵⁴

O “pacote familiar”: comprar casa, casar e ter filhos

Uma das principais conclusões, a nível internacional, é que, apesar da enorme diversidade nos projectos e trajectos de transição para a vida adulta, a generalidade dos jovens nos vários países estudados apresentam projecções semelhantes acerca do modelo familiar desejado a longo prazo. A vida adulta é, assim, concebida como um período de estabilidade, em que os jovens vivem casados, em casa própria e com os filhos. Para caracterizar este modo de vida e, sobretudo, a forte interligação entre os seus vários elementos, adoptou-se a designação de “pacote familiar” (Kugelberg, 1998).

⁵⁴ Uma parte significativa dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido encontra-se nesta situação: são jovens (em geral, raparigas) que não puderam investir na sua carreira escolar ou profissional visto que cumprem obrigações familiares e domésticas bastante pesadas, nomeadamente, no apoio aos pais ou na guarda dos filhos (AA. VV. 2002).

- Daqui a 10 anos eu tenho quase a certeza que já estou casada... Daqui a 5 ainda não, porque se tudo correr bem daqui a 5 anos acabo mesmo o curso, e para constituir família, comprar casa e essas coisas, é preciso já ter emprego há uma série de tempo, e daqui a 5 anos não acredito que já esteja nessa situação. Mas daqui a 10 sim... e já com bebés... dois, um rapaz e uma rapariga.

Entrevista de grupo: jovem universitária do sexo feminino

Esta generalização do “pacote familiar” é curiosa, visto que, sobretudo a partir dos anos 60, assistiu-se à emergência de novos modelos familiares, à medida que as críticas ao “modelo familiar tradicional” subiam de tom. Falou-se, mesmo, da “desintegração da família”. Poderíamos, então, inferir que os jovens actuais são, em certos aspectos, mais conservadores que os jovens de há algumas décadas. De facto, nascidos na era dos divórcios, muitos dos jovens entrevistados enfatizam aspectos como a responsabilidade e a estabilidade nos seus discursos sobre a família. No entanto, um olhar mais aprofundado permite compreender que, não sendo mais progressista ou conservador, o novo paradigma familiar dominante é mais complexo, desenvolvendo-se a dois tempos: um primeiro período de liberdades, experiências e aventura; um segundo de responsabilidade e estabilidade.

Além disso, a generalização do “pacote familiar” não significa que não se tenha encontrado, em todos os países, um grupo significativo de jovens que escapam a esta tendência, não alimentando expectativas familiares a longo prazo ou, mesmo, manifestando-se contra esse modelo de casamento-casa-filhos. No entanto, pertencem a grupos muito específicos da população ou possuem certas particularidades biográficas, contra todo um universo de jovens que, mais cedo ou mais tarde, pretendem adquirir o “pacote familiar”. Por outro lado, apesar de ter elementos comuns, esse “pacote” apresenta alguns traços diversos, quer nos vários países quer no interior desses países, entre os diversos grupos sociais. A embalagem pode ser idêntica, mas o conteúdo diverge em alguns pontos. Convém, por isso, “abrir o pacote”.

Confirmando estudos quantitativos (Vasconcelos, 1998), a presente pesquisa conclui que o casamento continua a constituir um objectivo de vida importante para a maioria dos jovens portugueses. Todavia, a pesquisa mostra também que coexistem, entre os jovens, múltiplas formas de entender o casamento.

Para uma parte significativa dos jovens, em geral os mais qualificados e provenientes das classes favorecidas, a importância do casamento, como modo de institucionalização da relação conjugal, é muito desvalorizada,

em detrimento da própria relação que estabelece nos quotidianos (Boton, 1992; Torres, 1996a; 1997; 2002).⁵⁵ Ao contrário das ideias correntes a este propósito, as raparigas marcam forte presente neste grupo. Nestes casos, a carga sagrada e institucional do casamento é praticamente inexistente. O desejo de casamento prende-se, quase exclusivamente, com a carga ritual que lhe está associada e com o desejo de agradar e não criar conflitos com as respectivas famílias. Note-se que, sobretudo nos países mediterrâneos, os apoios familiares são fundamentais na transição dos jovens para a vida adulta, em particular, como suporte financeiro e ajuda na guarda dos filhos. Assim sendo, muitos jovens revelaram que preferiam viver em coabitação, mas que provavelmente acabariam por casar, por pressão das famílias. Uma parte significativa dos jovens portugueses revê-se, assim, na pergunta que serve de título a um artigo de Anália Torres (1997): “casar, porque não?”

- O casamento não contribui em nada para uma relação segura (...)
É a relação que as pessoas têm no dia-a-dia, na forma como se comportam umas com as outras.

Entrevista individual: informático do sexo masculino

No entanto, a pesquisa encontrou também um grande número de jovens que consideravam o casamento (em geral, o religioso) como um objectivo fundamental na sua vida, enquanto forma de legitimar e formalizar a sua relação. Esta disposição é mais frequente entre os jovens de meios desqualificados e/ou católicos praticantes. Nas palavras de um jovem pescador entrevistado: “gostava de casar como toda a gente casa, pela igreja”. Obviamente que a socialização primária, no seio da família, bem como religiosa, têm um impacto crucial nos projectos e trajectos de vida dos jovens e, nomeadamente, na valorização (ou não) do casamento. Ainda assim, considerando o tal modelo “a dois tempos”, note-se que o casamento parece significar, para muitos destes jovens, um modo de institucionalização da transição entre um passado de liberdade e errância e um futuro que se pretende de estabilidade e responsabilidade. Ou melhor, significa um compromisso da parte do outro de que fará essa transição. Não é pois de estranhar que sejam as raparigas – para quem a liberdade e errância foram sempre mais restringidas e para quem as

⁵⁵ Em geral, considera-se que a socialização familiar é fundamental na produção de expectativas acerca do projecto de vida e, em particular, do casamento. No entanto, o que a presente pesquisa sugere é que este factor parece ser secundarizado pela própria trajectória dos jovens. Os jovens que pretendiam viver com alguém mas sem casar eram originários de diferentes classes sociais, desde as mais qualificadas e favorecidas às mais destituídas. Por outro lado, todos eles tinham frequentado o ensino superior e possuíam empregos qualificados. As redes de sociabilidade e os modos de vida gerados pela frequência universitária e pelos trabalhos qualificados parecem, assim, prevalecer sobre a importância da socialização primária (Costa e outros, 1990).

responsabilidades familiares serão provavelmente mais pesadas – aquelas que mais valorizam essa formalização do compromisso.

A obtenção de habitação própria parece, por outro lado, constituir o elemento mais consensual do “pacote familiar”. Ainda assim, quer a compra de habitação quer o aluguer revestem-se de enormes dificuldades para a maioria dos jovens portugueses, com rendimentos reduzidos e vínculos profissionais precários. Em certos casos, como foi acima referido, os jovens recorrem ao apoio financeiro de familiares, geralmente dos pais, sem o qual seria impossível obter habitação própria. Noutros casos e seguindo uma tradição portuguesa que se mantém comum, os jovens adaptam o seu “pacote familiar”, permanecendo com os pais de um dos cônjuges. Como vimos no início do capítulo, esta situação é mais frequente entre os jovens que iniciam precocemente percursos de parentalidade e de conjugalidade. Uma variante também comum é a construção de um “anexo” à casa, para permitir um pouco mais de privacidade ao jovem casal. Alguns destes jovens acabam por permanecer indefinidamente em casa dos pais, por incapacidade financeira ou, simplesmente, porque se sedimentaram estruturas e disposições que podem, inclusivamente, facilitar a vida de ambos os casais, estreitando os laços de solidariedade e apoio, sobretudo quando surgem crianças pequenas ou quando os pais entram na velhice. No entanto, esta solução surge mais como um recurso, face à dificuldade de adquirir ou alugar habitações, que como uma opção desejada.

- Faz parte do pensamento de toda a gente, um dia mais tarde casar e ter filhos. Temos que ser realistas, hoje em dia é preciso ter condições para os ter, mas faz parte da ambição de qualquer pessoa.

Entrevista de grupo: operário do sexo masculino

Os filhos constituem um objectivo partilhado por quase todos os jovens. Todavia, um objectivo dependente da obtenção prévia de condições que permitam a sua criação. Obrigados a lidar com o risco, os jovens actuais destacam-se pelo adiamento (indefinido) dos projectos de parentalidade, até que sejam garantidas as condições para sustentar os filhos. Qualquer outra situação é rotulada de “irresponsável”. Essas condições são, geralmente, entendidas como a obtenção de habitação própria, independência financeira, segurança profissional e estabilidade (maturidade) relacional. Além disso, as redes familiares e informais que asseguravam tradicionalmente a guarda e educação das crianças tendem a desagregar-se ou, mesmo, a serem vistas como indesejadas pelos jovens portugueses actuais. Os serviços especializados de guarda e educação das crianças constituem, assim, o local onde a maioria dos jovens pretende

deixar os filhos, ainda que isso, em Portugal, acarrete frequentemente pesados encargos para o orçamento familiar. Com a institucionalização da “cultura do horário prolongado”, muitos dos jovens (sobretudo as raparigas) afirmaram que a parentalidade implicaria uma disponibilidade de tempo impossível de conciliar com o actual emprego. Os horários compatíveis tornam-se, progressivamente, uma condição fundamental para o prosseguimento de projectos de parentalidade (Guerreiro, 1998b).

Dada a extrema dificuldade em reunir actualmente todas essas condições, devido aos diversos condicionalismos que têm vindo a ser referidos, esta ideologia entra frequentemente em conflito com os projectos de serem “pais jovens” e, inclusivamente, com a idade considerada biologicamente ideal para a procriação, depois da qual a gravidez implica riscos acrescidos.

- Gostava de acabar o curso e arranjar logo emprego, eu gostava de ter um filho (...) Tenho muita vontade de ser mãe, gostava de ser mãe rapidamente e quanto mais cedo melhor, só que depende um bocado da estabilidade...

Entrevista individual: jovem universitária do sexo feminino

O número de filhos tende também a não variar muito, até porque entre os jovens portugueses são muito frequentes as ideias de que apenas um filho é pouco, gerando inclusivamente problemas à criança, mas mais do que dois ou três filhos é inoportuno, tanto em termos económicos, como em termos da carreira profissional das mães. Uma questão significativa é que um número muito significativo dos jovens portugueses referiu a vontade de adopção de uma criança. A dificuldade e morosidade de que se revestem estes processos em Portugal frustram, em grande medida, estes desejos legítimos.

Note-se que o “pacote familiar” português destaca-se dos outros por incluir a continuação do trabalho feminino, a tempo inteiro, em todas as classes sociais, mesmo quando os filhos são pequenos. As carências económicas, a par de especificidades culturais, parecem entrelaçar-se nesta valorização tradicional do trabalho feminino no nosso país. A este propósito, uma jovem educadora comentou que se tivesse filhos “continuava no mesmo regime [profissional], não há alternativa”. No entanto, em vez de uma partilha igualitária das tarefas domésticas e da educação dos filhos, esta valorização do trabalho feminino dá mais frequentemente origem a uma sobrecarga dos quotidianos das mulheres, obrigadas a assumir as responsabilidades domésticas, cumprindo assim uma “dupla jornada de trabalho”.

Por fim, é importante considerar que apesar da ênfase na responsabilidade e na estabilidade, o “pacote familiar” coexiste, em grande medida, com a aceitação generalizada do divórcio, mesmo que a existência de filhos seja referida como um possível factor dissuasor das separações, dadas as consequências que podem provocar nas crianças. Ainda assim, parece ser claramente dominante a ideia de que um “bom divórcio” é preferível a um “mau casamento”, visto que este provoca fundamentalmente conflitos e sofrimento.

A projecção de uma vida a dois tempos

Entre a grande maioria dos jovens entrevistados, nos cinco países em que decorreu o estudo, foi possível identificar claramente uma visão da vida a dois tempos: um período isento de grandes preocupações e dedicado a experiências e aventuras, seguido por um período dominado pela estabilidade e pela responsabilidade, no qual pensam casar e ter filhos. Este parece constituir, aliás, o traço mais distintivo da actual geração. Note-se que a maioria dos jovens considera que, na geração dos seus pais, os jovens assumiam responsabilidades muito cedo, não tendo oportunidade de “gozar a vida”.⁵⁶ Assim sendo, muitos jovens concebem um período relativamente longo depois da adolescência destinado a viver a vida de forma descontraída e emocionante, sem preocupações, aproveitando ao máximo as múltiplas oportunidades e experiências de que dispõem (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998; Lewis e outras, 1999; Brannen e Nilsen, 2002; Brannen e outras, 2002).⁵⁷

A vivência individualizada, livre e emocionante projecta-se como espelho invertido da vida adulta, considerada rotineira, aborrecida e desinteressante. O mais curioso é que, quando convidados a falar dos seus planos a longo prazo, os jovens revelam a intenção de aderir a esse modelo de vida, enquanto “trajecto natural da vida”, sem proporem, aliás, alterações de maior (Kugelberg, 1998). Neste sentido, algumas das

⁵⁶ Em Portugal, um país em que os índices de qualificações eram até aos anos 70 ainda mais baixos, os jovens salientaram, como principal diferença face à geração dos seus pais, a possibilidade de estudar até uma idade avançada. De resto, referiram também as diferenças apontadas na pesquisa internacional.

⁵⁷ As pesquisas realizadas no norte da Europa notam que, de facto, o primeiro período se está a alargar progressivamente, vivendo os jovens num “presente alargado” em que a própria ideia de casar e ter filhos surge como muito longínqua (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998; Brannen e Nilsen, 2002). O mesmo fenómeno foi identificado nos jovens portugueses mas apenas naqueles que frequentaram estudos superiores e/ou têm empregos qualificados. Para os operários ou os empregados executantes, esse período prévio de liberdade e experimentação permanece bastante curto ou é mesmo indesejado.

investigadoras envolvidas no estudo (Nilsen, 1998; Nilsen e Brannen, 2002) desenvolveram a teoria de que o processo de individualização, identificado por alguns autores como um traço da modernidade, se encontra muito associado à fase de transição para a vida adulta, não se revelando noutros grupos etários ou mesmo nos projectos dos jovens a longo prazo.

Acrescente-se que esta concepção da vida “a dois tempos” constitui um modelo ideal, que pode não coincidir com a realidade prática, sobretudo porque a transição do primeiro tempo para o segundo exige uma transformação radical de papéis e identidades pouco provável de ocorrer. Ainda assim, a análise do discurso dos jovens em várias situações familiares e a reconstituição dos seus trajectos permite confirmar que a mudança de posições e disposições implicadas no acto de “assentar” é significativa.

A barreira psicológica que separa ambos os períodos de vida é frequentemente colocada, por motivos simbólicos, nos 30 anos.

- [entrevistador] Quando é que acham que é a melhor altura para ter um filho?
- Acho que não há uma boa altura, depois de haver estabilidade.
- Depois dos 30.
- Só lá para os 35, até lá uma pessoa quer é divertir-se... para não ficar logo agarrado em casa, com os filhos.
- Ter deveres conjugais. Cá está, a liberdade até aos 30.

Entrevista de grupo: estudantes do ensino secundário, sexo masculino

No entanto, esta idade varia consoante o país, o grupo social e o sexo. Ao contrário dos países nórdicos, em Portugal a constituição de família tende a acontecer bem antes dos 30 anos, ainda que alguns grupos (os mais favorecidos em termos culturais e económicos) tendam a aproximar-se muito do padrão em voga no Norte da Europa. Por outro lado, ser originário das classes desfavorecidas e sobretudo não prosseguir trajectos de escolaridade longos conduz a uma restrição clara das oportunidades e, em geral, a uma antecipação da saída de casa e da constituição de família. Por fim, os homens tendem a prolongar, alguns deles para lá dos 30 anos, o período isento de responsabilidades, enquanto que a maioria das mulheres, devido às limitações que sentem em casa e no contexto profissional e mesmo a constrangimentos biológicos relacionados com a gravidez, tendem a considerar que a saída de casa e o início da parentalidade devem acontecer antes dos 30 anos.

VII. O GÉNERO NA TRANSIÇÃO DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

As dinâmicas da modernidade têm produzido uma relativa flexibilização dos papéis de género. Não só a igualdade a nível legal, mas também o aumento exponencial, ao longo do século XX, da escolarização, das taxas de trabalho remunerado e da participação pública das mulheres, têm contribuído para uma mudança radical das relações entre os sexos. Além disso, esta mudança profunda nas disposições culturais provocou autênticas revoluções no plano das identidades e das relações familiares, questionando as instituições tradicionais, gerando novas formas mais flexíveis e igualitárias (Giddens, 1992; Almeida e outras, 1998). Todavia, a efectiva igualdade entre mulheres e homens parece ainda longe de estar alcançada. Mecanismos mais subtis tendem, hoje, a (re)construir os papéis de género, permitindo o acesso legítimo das mulheres a um conjunto de direitos e esferas sociais mas, simultaneamente, continuam a reprodução das desigualdades sociais que as separam dos homens (Amâncio, 1994; Bourdieu, 1998).

O actual processo de transição dos jovens para a vida adulta reflecte bem esta duplicidade. As últimas décadas têm sido marcadas por uma transformação radical dos papéis de género. Esta transformação produz-se não só através de uma relativa convergência de valores, representações e expectativas entre rapazes e raparigas, mas também ao nível das práticas, bem visível no facto de segmentos significativos da população feminina se encontrarem hoje integrados em esferas sociais que lhes eram outrora interditas (Lewis e outras, 1999; Costa e outros, 2000). A generalização do trabalho profissional feminino e a actual superioridade das raparigas no acesso ao ensino superior constituem, talvez, os principais exemplos.

No entanto, esta mudança súbita coexiste com a persistência de diferenças e assimetrias significativas, entre rapazes e raparigas, nos percursos de transição para a vida adulta. Por um lado, os jovens incorporam desde muito cedo – através de um processo de *socialização diferencial* – que os papéis de género são, não apenas diferentes, mas também desiguais. Este processo tende pois a constituir-se enquanto poderoso mecanismo de reprodução da dominação masculina (Bourdieu, 1998). Por outro lado, as condições e oportunidades de que os jovens dispõem, nomeadamente nas esferas da família e do trabalho, são também claramente assimétricas. As vantagens concedidas sistematicamente aos homens reproduzem e reforçam, desta forma, a sua dominação.

Uma questão de prioridades?

A referida duplicidade das transformações nos papéis de género reflectiu-se quer nas representações dos jovens entrevistados quer na reconstituição das suas biografias. Enquanto uns salientaram a convergência de representações e aspirações e a renegociação dos papéis masculinos e femininos, face a um contexto tradicional de fortes assimetrias, outros enfatizaram a persistência das desigualdades e discriminações em vários contextos sociais. Por outro lado, enquanto uns revelaram trajectos de vida claramente marcados pelo factor género, outros parecem apresentar percursos de vida relativamente “unisexo”.

A questão de as prioridades dos jovens variarem significativamente consoante o sexo suscitou grandes discussões nas entrevistas de grupo. Uma primeira análise dos dados indica que os rapazes estabelecem, quase sempre, o trabalho como a sua prioridade, enquanto as raparigas revelam disposições mais contingentes, contrabalançando a necessidade (e vontade) em manter uma carreira profissional, com uma grande preocupação com a constituição e manutenção da família. Além disso, esta clivagem é mais acentuada nos segmentos juvenis mais desfavorecidos e com menos qualificações escolares, enquanto nos grupos mais favorecidos os papéis de género são encarados como tendendo para uma relativa indiferenciação. Todavia, uma leitura mais aprofundada dos dados recolhidos sugere a coexistência, neste quadro, de uma sobreposição de diversas dinâmicas.

Os rapazes das classes desfavorecidas e pouco escolarizadas são o único grupo que expressa claramente a noção de que homens e mulheres têm orientações e aspirações diferentes na vida, sendo que os homens se preocupam, sobretudo, com as questões profissionais, enquanto as mulheres se dedicam às questões familiares, domésticas e afectivas. Consideram, assim, que essa distinção está inscrita na ordem natural das coisas. Esta tendência é comum aos jovens pouco qualificados dos vários países europeus onde decorreu a pesquisa (Lewis, 1998; Lewis e outras, 1999). Neste caso, o trabalho das mulheres fora de casa é defendido apenas como contributo necessário para o orçamento familiar.

- Os homens pensam de uma maneira e as mulheres pensam de outra... se fossem os dois a pensar da mesma maneira, não havia certos benefícios na vida. Um homem é mais preocupado com o trabalho, situação financeira, a casa. A mulher é mais preocupada com os cortinados novos, uma mesa nova ou coisa assim... pronto, cada um tem a sua função. As mulheres preocupam-se com a vida da casa...

- Tu é que és homem, tu é que tens a força, tu é que trabalhas... elas é com outras coisas, esse caso dos cortinados... há outros casos de coisas que a gente não passa, com os miúdos, a gente não tem tempo de estar com os miúdos, elas é que têm, faz falta uns sapatos ou uma roupa, elas é que se preocupam mais com este tipo de coisa.

Entrevista de grupo: operário do sexo masculino

Entre os rapazes das classes favorecidas esta ideologia surge, em grande medida, como ultrapassada, embora se registe um certo vazio, face à não apresentação de outras concepções e convicções bem definidas. Nos discursos destes jovens acerca das suas preocupações e prioridades, a vida familiar surge assim secundarizada pela vida profissional, não porque esteja fora dos seus planos, mas porque raramente é vista como fonte de grandes responsabilidades ou limitações. Desta forma, a defesa das carreiras profissionais femininas não é, geralmente, acompanhada pela assunção das responsabilidades domésticas masculinas, ainda que vários jovens tenham referido a vontade de dedicar bastante tempo aos filhos. Além disso, nos contextos mais favorecidos, o recurso frequente a apoio doméstico profissional, com uma expressão significativa em Portugal (Guerreiro, 2001), torna invisíveis as assimetrias dentro do casal. Neste sentido, apesar das diferenças patentes, o modelo manifesto pelos primeiros encontra-se, em parte, latente (por omissão) nos discursos dos segundos.

Por outro lado, entre as raparigas das várias classes sociais, a ideologia dos papéis de género diferenciados é geralmente aceite, não como uma convicção, mas como algo inevitável. Ao contrário daquilo que acontece com os rapazes, a vida familiar é imposta às raparigas como uma prioridade, um projecto no qual assumem as principais responsabilidades. O estabelecimento da vida familiar como prioridade coexiste, em muitos casos mal, com o crescimento das aspirações escolares e profissionais. Como assinala Daly (1996: 144), existe uma certa contradição nas sociedades contemporâneas, visto que “é esperado que as mulheres se envolvam no seu trabalho como os homens, mas simultaneamente mantenham a prioridade concedida à família”.

Neste sentido, um grupo significativo de raparigas – em geral, com qualificações superiores e empregos prestigiados – declara abdicar deliberadamente, pelo menos a curto prazo, da vida familiar, visto que não a vêem como conciliável com os seus exigentes quotidianos e aspirações profissionais. Esta é, aliás, uma escolha que não parece colocar-se aos rapazes, mas que gerou aceso debate nas entrevistas dos grupos femininos mais qualificados.

- Acho que há diferenças entre os rapazes e as raparigas. Acho que há outro tipo de prioridades, em que as minhas amigas acham que eu sou totalmente doida. Como, por exemplo, com a minha idade, eu penso primeiro no trabalho. Porque as raparigas pensam primeiro em constituir família e isso não está nos meus planos.

Entrevista individual: programadora informática do sexo feminino

Por conseguinte, mais do que uma verdadeira clivagem de orientações e prioridades, a pesquisa mostra que, enquanto para os rapazes, os projectos profissionais e familiares surgem em continuidade, visto que as suas principais responsabilidades prendem-se com a garantia da segurança económica, as raparigas sentem claras dificuldades em conciliar ambas as esferas – dado que assumem enormes responsabilidades na vida doméstica –, sendo obrigadas a escolher a qual delas dão prioridade. Sobretudo em Portugal, o “ónus” da gravidez e da maternidade continua a ser um factor muito desfavorável à integração e progressão das mulheres no mercado de trabalho. O reduzido “sentido dos direitos”, conduz mesmo uma parte significativa das mulheres a apresentarem a demissão quando engravidam (em alguns casos sob pressão do patronato, noutras casos por iniciativa própria), não aproveitando sequer as regalias previstas por lei.

- Hoje em dia, há sempre a ideia de que é o homem que trabalha, e a mulher quando trabalha continua sempre com a preocupação de cuidar das crianças e tratar da casa. No futuro, não sei, mas... penso que terá de haver mais responsabilidade partilhada.

Entrevista de grupo: estudantes universitários do sexo masculino

A popularidade do argumento biologicista, segundo o qual as mulheres são mais práticas e afectivas, tendo objectivos mais bem definidos,⁵⁸ deve então ser interpretada à luz das menores oportunidades de que dispõem as mulheres e, por conseguinte, da necessidade que sentem de manter disposições mais flexíveis e contingentes. Como comentou uma das jovens entrevistadas, “às mulheres acontece-lhes muitas vezes isso: têm de abdicar do que escolheram fazer ou, por vezes, mudar”.

Além disso, é importante salientar a existência de uma diferença significativa nas idades com que os jovens de ambos os sexos percorrem os vários passos do percurso de transição para a vida adulta. As estatísticas indicam que as raparigas saem de casa, casam e têm filhos

⁵⁸ Este argumento referido frequentemente no decorrer das entrevistas surge bem expresso na seguinte afirmação: “as mulheres têm os pés mais assentes na terra, os homens mandam-se mais de cabeça” (*designer* do sexo masculino).

mais cedo (Censos 2001, INE). Neste sentido, as prioridades podem ser semelhantes (numa primeira fase, o trabalho; numa segunda, a família) mas ocorrem em idades distintas. Embora a flexibilização dos papéis de género possa atenuar esta tendência tradicional, a presente pesquisa sugere a prevalência ou até o aumento do desfasamento de idades, devido a vários factores. Embora não constitua uma amostra representativa, não deixa de ser significativo que, num grupo de 40 jovens com idades semelhantes, entre os 18 e os 30 anos, 10 raparigas tivessem já entrado na vida conjugal, contra apenas 1 rapaz.

Os rapazes desfrutam claramente de maior autonomia em casa dos pais, alargando o seu tempo de permanência – em muitos casos até depois dos 30 anos –, enquanto “gozam a vida” sem terem grandes encargos financeiros (ver capítulo anterior). Essa permanência é, actualmente, reforçada pelas dificuldades de inserção efectiva no mercado de trabalho, sobretudo para os rapazes, que consideram que a sua principal função na vida familiar é precisamente assegurar os recursos económicos. Pelo contrário, as raparigas sentem-se mais controladas pelos pais, manifestando maior vontade de sair de casa (Banks e outros, 1992; Brannen e outros, 1994; Galland, 1995b). Como vimos atrás, devido a constrangimentos económicos e disposições culturais, em Portugal, sair de casa dos pais significa, quase sempre, iniciar a vida conjugal. Além disso, a maioria das raparigas considerou que a idade ideal para ter filhos seria antes dos 30 anos, até por razões fisiológicas. Consequentemente, encetam projectos familiares mais cedo, muitas vezes sem estarem integradas ou com integrações precárias no mercado de trabalho.

- Gostava de acabar o curso e arranjar logo emprego, eu gostava de ter um filho antes dos 25 anos...

Entrevista individual: estudante universitária do sexo feminino

Note-se que este desfasamento nas idades de transição para a vida adulta reflecte e contribui para a reprodução e até intensificação das diferenças e assimetrias de género. O facto de os homens serem, em geral, o elemento mais velho do casal reforça e legitima o seu papel dominante. Mais importante ainda, o facto de algumas raparigas poderem casar e ter filhos sem possuírem uma integração efectiva no mercado de trabalho, reforça e legitima a divisão tradicional das funções dentro do casal: os homens preocupam-se com o trabalho, as mulheres dedicam-se à vida familiar (e ao trabalho).

Fluxos contraditórios nos percursos de escolaridade

Os rapazes constituíram o público tradicional do sistema de ensino, obtendo qualificações, reproduzindo e legitimando assim a sua dominação simbólica, em particular, na esfera do trabalho (Bourdieu, 1998). Contudo, a partir dos anos 60, observa-se nos países ocidentais uma “subversão da reprodução”, obtendo as raparigas, relativamente à sua classe social ou etnia, uma dupla vantagem: melhores resultados na escola e níveis de escolaridade mais elevados, sendo claramente maioritárias no ensino superior (Duru-Bellat, 1990; Baudelot e Establet, 1992; Grácio, 1997; Silva, 1999; Marry, 2000). Actualmente, em Portugal, em resultado de fluxos contraditórios, as mulheres registam valores mais elevados que os homens quer nos sectores menos qualificados da população (analfabetos, sem escolaridade, 1.º ciclo) quer nos sectores mais qualificados (ensino secundário e superior).

Não sendo representativo, o grupo de entrevistados reconstitui esta tendência: o nível de qualificações das raparigas é mais disperso (mais sem qualificações ou com qualificações superiores), os rapazes muitas vezes não completam os ciclos de ensino que frequentam (ver capítulo sobre os percursos educativos). A pesquisa realizada confirma a ideia de que as experiências escolares de rapazes e raparigas divergem bastante.

As raparigas tendem a estar melhor integradas e mais satisfeitas no espaço escolar, dominando o código de interacção valorizado, possuindo um “sentido do jogo”, sustentado por melhores recursos culturais e relacionais. A incorporação, através da socialização primária, de disposições valorizadas pela cultura escolar — a perseverança e a simpatia, a obediência e a organização (Duru-Bellat, 1990; Baudelot e Establet, 1992) —, o maior controlo familiar (McRobbie e Garber, 1977), a menor integração noutras instituições, redes e culturas juvenis (Lopes, 1996) e a relação que estabelecem entre a obtenção de qualificações escolares e independência em diversas esferas da vida adulta (Grácio, 1997) interceptam-se assim na produção de identidades juvenis femininas mais predispostas para o trabalho escolar. Mais uma vez, o argumento biologicista segundo o qual as raparigas são mais práticas e têm maior maturidade sustenta e reforça estas desigualdades.

Pelo contrário, os testemunhos da maior parte dos rapazes, sobretudo daqueles que provêm de classes desfavorecidas, revela uma relação distanciada ou até hostil com a instituição escolar, pautada pelo insucesso e pelo abandono prematuro. É verdade que, parte deles, manifestam-se algo arrependidos por terem deixado a escola, regressando alguns ao sistema de ensino, sobretudo na sua vertente profissionalizante. Ainda

assim, é possível inferir que, sobretudo, mas não só, nas classes desfavorecidas, as identidades juvenis masculinas, pelo menos numa primeira fase, se desenvolvem em conflito com o sistema de ensino, baseadas noutras redes e culturas, enquanto as identidades juvenis femininas são valorizadas e reforçadas por uma melhor integração no espaço escolar (Abrantes, 2003).

- Eu acho que mesmo assim há diferenças... pelo menos com as raparigas com quem eu me dou. As raparigas dedicam-se muito mais aos estudos e têm muito mais perspectivas de vida que os rapazes. Eu acho que os rapazes ligam cada vez menos aos estudos, querem pouco saber dos estudos...
- Eu acho que é aquele lado homem, “não vou estar aqui”... eu acho que também é um bocado de machismo.
- Eu acho que a maior parte das raparigas acha que é preferível tirar um curso superior e pensar no futuro de uma maneira mais estável.
- Eu e a minha irmã gostamos de ter tudo bem feito, direitinho, e o meu irmão, não, se ele tem testes negativos, paciência... ele quer é fazer body[board]... ir para as festas à noite, isso é que são as prioridades dele.
- Eles têm uma necessidade de viverem a vida, só que depois chega a uma certa altura e já vão tarde demais para fazer as outras coisas que eles também queriam fazer.

Entrevista de grupo: estudantes universitárias do sexo feminino

Por conseguinte, um facto nem sempre suficientemente reconhecido é que a escola tem contribuído de forma efectiva para uma subversão parcial da “dominação masculina”, constituindo um poderoso espaço de valorização das identidades femininas. Mais, o aumento da percentagem de mulheres nas classes altamente qualificadas – constituem já a maioria entre os profissionais técnicos e de enquadramento (Costa e outros, 2000) – tem transformado significativamente as relações de poder entre sexos, atenuando as desigualdades simbólicas e materiais que permanecem entre homens e mulheres.

Todavia, mesmo no interior do sistema de ensino, existem alguns indicadores contraditórios. Uma parte significativa de raparigas provenientes de meios sociais mais desfavorecidos abandona a escola prematuramente, em geral, por serem obrigadas a assumir responsabilidades familiares. Em particular, eventuais paragens forçadas dos percursos de escolaridade provocadas pela gravidez de algumas delas, tende a estender-se indefinidamente, conduzindo a obrigações familiares e profissionais impossíveis de conciliar com o prosseguimento

dos estudos.⁵⁹ No entanto, a obrigação de assumir tarefas domésticas em casa dos pais – por doença de um deles ou para cuidar dos irmãos mais novos – ou o início precoce da vida conjugal podem também dar origem ao seu abandono escolar (Fonseca, 2001).

Além disso, a escolha das várias vias dentro do sistema de ensino é também fortemente condicionada pelo factor género e nem sempre é favorável às raparigas. Por um lado, as melhores classificações alcançadas (em média) por elas permitem-lhes entrar nos cursos superiores mais ambicionados e prestigiados socialmente. Por outro lado, os estereótipos de género, incorporados nas várias instâncias de socialização – no contexto familiar, mas também nos contextos escolares, mediáticos e juvenis –, induzem as raparigas a direccionarem-se para áreas como as letras, as artes ou algumas ciências (biologia, matemática, etc.), o que tende a conduzi-las, dentro do “mundo qualificado”, para as tais “profissões femininas”, subalternizadas e pior remuneradas. Pelo contrário, os rapazes preferem áreas como a engenharia, a informática, a gestão, que lhes abrem as portas para carreiras de prestígio e chefia (Duru-Bellat, 1990; Baudelot e Establet, 1992; Amâncio, 1994; Silva, 1999).

Contudo, nem esta tendência se constitui como determinação, nem é certo que a relação seja unívoca. Na verdade, o que acontece é que as áreas profissionais em que predomina o sexo feminino tendem a ser desvalorizadas e subalternizadas, além de continuarem a ser, na maior parte dos casos, dominadas pelos homens, que aí ocupam as posições mais proeminentes. A maior aposta das raparigas nas carreiras escolares e, dentro destas, em áreas que conduzem a empregos estáveis embora menos prestigiados, parece corresponder a uma tentativa de compensar as suas maiores dificuldades de inserção em certos sectores profissionais, como o empresariado, o trabalho independente ou desqualificado, onde as oportunidades de acesso, sucesso e promoção se mantêm claramente assimétricas (Grácio, 1997; Amâncio, 1999).⁶⁰ Neste contexto, a escola surge como forma de resistência ou fuga a um destino de dependência (Garcia e outros, 2000).

⁵⁹ Este tipo de situações tendem a ser acentuadas pela falta de compreensão ou preparação das escolas para as acolher. Em muitos casos, a paragem temporária resultante da gravidez traduz-se em reprovação e desintegração na escola, o que dificulta ainda mais o já de si difícil regresso das jovens mães ao sistema de ensino.

⁶⁰ Como explica Pais (1993), as raparigas com fracos capitais escolares constituem o grupo mais afectado pela vertigem do desemprego e/ou da domesticidade. Neste sentido, muitas delas têm já a noção de que a construção de projectos de vida independentes e valorizantes passa quase obrigatoriamente pela escola.

O género no emprego: formas subtis de discriminação

Tomando por referência a pesquisa internacional que enquadrou este estudo (Lewis e outras, 1999), mais uma vez se comprovou o facto de Portugal registar altas taxas de actividade profissional feminina, acompanhando os países do norte da Europa e em forte contraste com os restantes países do Mediterrâneo. Apesar desta constituir uma tradição no nosso país (Guerreiro e Romão, 1995; Torres e Silva, 1998), nos anos 90 esta tendência foi ainda reforçada, mantendo a vantagem sobre a maioria dos países europeus, onde essas taxas estão também em crescimento. Acrescente-se que, ao contrário daquilo que acontece nos países nórdicos, o trabalho a tempo parcial ou em casa e as licenças prolongadas são ainda modalidades com muito pouca expressão em Portugal, pelo que o grupo específico das “mães com filhos pequenos” regista das taxas de actividade mais elevadas da Europa (Almeida e outras, 1998).

Como ficou bem patente durante a presente pesquisa, factores económicos e culturais entrelaçam-se na produção desta especificidade portuguesa. Por um lado, a nível cultural, foi possível constatar que, sobretudo entre os que pertencem a classes mais escolarizadas, é considerado natural ou até desejável que as mulheres trabalhem (Torres e Silva, 1998). Ao contrário dos rapazes, que proferiram afirmações difusas a esse respeito, muitas das raparigas manifestaram disposições claramente favoráveis ao trabalho feminino fora de casa, qualquer que fosse a condição do marido, como pressuposto fundamental para a sua autonomia e realização pessoal. Demonstram, assim, uma enorme aversão à “hipótese doméstica”, acrescentando frequentemente que o trabalho das mulheres melhora a relação conjugal, visto que estabelece alguma igualdade entre os cônjuges. Nestas concepções encontra-se frequentemente a ideia de que a domesticidade equivale à inactividade, ou seja, uma perspectiva desvalorizante do trabalho doméstico e de quem o tem a seu cargo.

- Porque o meu marido trabalha e ganha bem, eu acho que não tenho o direito de não fazer nada, faz-me confusão quando sinto que não tenho nada para fazer, tenho de estar ocupada, tenho de me sentir útil...

Entrevista de grupo: estudantes do ensino secundário, sexo feminino

Por outro lado, sobretudo os rapazes com menos qualificações escolares, apontaram constrangimentos económicos como principal razão para o trabalho feminino, acrescentando que, caso os seus vencimentos fossem elevados, preferiam que as suas mulheres ficassem em casa. As raparigas com empregos pouco qualificados constituíram o grupo mais hesitante,

revelando percursos (ou expectativas) profissionais orientados pelas necessidades e obrigações familiares: trabalham para aumentar os rendimentos familiares, e algumas delas (não todas) aceitam abdicar do emprego para se dedicarem à vida doméstica e aos filhos.

- Se me fosse possível, no futuro, não trabalhar, ser dona de casa e ter uma carrada de filhos, eu optava por isso.
- Se tivesse uma situação financeira estável...
- Eu acho que a vida ficava um bocado monótona, o tempo todo em casa...

Entrevista de grupo: operárias do sexo feminino

Este grupo foi, aliás, aquele que manifestou maior predisposição para soluções intermédias, como as licenças prolongadas ou o trabalho a tempo parcial, desde que isso fosse sustentável a nível económico. Além de não se inscreverem na tradição laboral portuguesa, dados os rendimentos da maioria das famílias, essas opções raramente são consideradas possíveis. Neste sentido, as disposições perante o trabalho feminino em Portugal oscilam entre o desejável e o inevitável.

No entanto, a pesquisa mostra também que a generalização do trabalho feminino é acompanhada pela persistência de fortes assimetrias entre sexos, nas condições e oportunidades conferidas no plano profissional. Embora isto ocorra em todos os países que participaram no estudo internacional e, virtualmente, em quase todo o mundo, Portugal parece destacar-se por apresentar valores particularmente altos quer de trabalho feminino, quer de discriminação das mulheres no trabalho. Ainda que a igualdade entre mulheres e homens no contexto profissional esteja formal e legalmente instituída, os mecanismos informais de discriminação continuam a atingir muitas das trabalhadoras portuguesas.

Um aspecto curioso é que esta realidade parece escapar quase por completo à maioria dos rapazes que, nas entrevistas realizadas, enfatizaram a crescente igualdade entre mulheres e homens na esfera do trabalho. Pelo contrário, a esmagadora maioria das raparigas salientou as dificuldades acrescidas que sentem nos contextos profissionais, exemplificando com inúmeros episódios da sua experiência pessoal. Além disso, no quadro da pesquisa realizada nos vários países europeus, as mulheres portuguesas, a par das irlandesas, foram aquelas que mais denunciaram a discriminação no mercado de trabalho (Lewis e outras, 1999).

A discriminação parece começar mesmo antes do início da actividade profissional, ou seja, no processo de recrutamento. Como documentaram várias raparigas, o facto de os patrões saberem que elas têm maiores

responsabilidades familiares e, caso venham a ter filhos, passarão longos períodos de licença, fazem-nos preferir os candidatos masculinos. No caso das raparigas que têm filhos pequenos, essa discriminação é ainda mais marcante, visto que os patrões receiam que elas falem frequentemente ao trabalho ou não aceitem trabalhar fora do horário formalmente acordado. Por conseguinte, as oportunidades de emprego para as mulheres são claramente restringidas, o que foi possível observar pelos trajectos de vida dos jovens entrevistados e conduz a taxas de desemprego assimétricas, sendo as raparigas o grupo claramente mais afectado (Garcia e outros, 2000; Guerreiro, 2000).

- Para mim, o meu filho não é prisão nenhuma, mas, pelos vistos, para as outras pessoas, é.

Entrevista individual: empregada de bar do sexo feminino

No próprio quotidiano de trabalho, a maior disponibilidade de horários dos rapazes confere-lhes vantagens significativas, tanto mais que, em muitos contextos de trabalho, se tende a instituir uma “cultura de horário de trabalho prolongado”, que exige disponibilidade total por parte dos empregados. As raparigas, com maiores responsabilidades domésticas e familiares, têm menos hipóteses de ser bem sucedidas neste regime de trabalho. Muitas das raparigas que optaram por casar e ter filhos numa idade precoce, afirmam que a maternidade constituiu um momento particularmente sensível da sua vida profissional, dando origem a práticas subtis de exclusão e discriminação “por omissão” no contexto laboral, como, por exemplo, o tratamento distante, não lhes serem entregues trabalhos interessantes ou não serem promovidas. Trata-se, pois, de uma dupla desvantagem, visto que, no plano familiar, a dedicação profissional das mulheres é efectivamente limitada pela necessidade de cumprir responsabilidades familiares acrescidas. Como comentou uma estudante universitária, os maridos também dificilmente aceitam uma situação em que a mulher trabalhe, por exemplo, 12 horas por dia. Este quadro faz com que um segmento crescente das raparigas opte por adiar deliberada e indefinidamente o início da vida familiar, considerando-a inconciliável com as suas actuais ambições profissionais.

A discriminação é, de novo, referida a propósito da ascensão aos lugares de chefia nas organizações (Lewis e outras, 1999; O’Connor e outras, 2002). Em parte, a menor disponibilidade de tempo, ditada pelo acréscimo de responsabilidades familiares, traduz-se em obstáculos de peso à promoção interna e, nomeadamente, à ocupação de cargos de chefia. Este processo é reforçado por estereótipos e estratégias masculinas de fechamento, que bloqueiam o acesso das raparigas a certas

categorias de topo, nomeadamente, nas classes dirigente, empresarial e independente (Rodrigues, 1990; Amâncio, 1994; Freire, 1995; Machado e Costa, 1998). Tal facto atinge mesmo as mulheres que preferiram a vida familiar às responsabilidades profissionais.

- As coisas são feitas para homens, não para mulheres (...) Acho que eles têm a vida um pouco mais facilitada, em todas as entrevistas que eu ia perguntavam-me se eu era solteira ou se estava a pensar casar e ter filhos.

Entrevista individual: bancária do sexo feminino

Note-se que as recentes transformações do mercado de emprego podem ter acentuado a discriminação das mulheres, em particular, em três pontos nevrálgicos. Em primeiro lugar, a contracção do mercado de trabalho conduz a uma situação de escassez, em que proliferam os despedimentos, os processos de admissão são muito concorridos, pelo que é mais fácil preferir as mulheres em detrimento dos homens. Em segundo lugar, a desregulação, individualização e precarização das condições e dos vínculos coloca uma enorme ênfase nos aspectos informais e implícitos das relações laborais, aumentando a flexibilidade, mas concedendo também mais espaço de manobra para as referidas práticas subtis de discriminação. Em terceiro lugar, o aumento da mobilidade no trabalho favorece também os homens, dadas as assimetrias nas responsabilidades familiares. Assim sendo, existem fortes limitações à mobilidade profissional das mulheres, não apenas em termos geográficos, mas também em termos de horários.⁶¹

Por fim, um aspecto que foi também referido por algumas entrevistadas é que os trabalhos femininos não são, geralmente, tão reconhecidos e valorizados como os masculinos. Como vimos atrás, os próprios estereótipos de género tendem a orientar as raparigas, muitas vezes ainda no interior do sistema de ensino, para áreas profissionais periféricas e subalternas no sistema de emprego. No entanto, é importante considerar também a hipótese inversa, a de certas profissões serem desvalorizadas precisamente por serem desempenhadas maioritariamente por mulheres (Amâncio, 1994). O caso dos serviços pessoais é disto um exemplo, visto que, embora esteja em franco crescimento, permanece claramente informalizado e desvalorizado, em termos simbólicos e em termos materiais (rendimentos, condições, etc.), em parte por ser desempenhado

⁶¹ Estas dinâmicas explicam, em parte, o facto de muitas das raparigas entrevistadas estarem, muito mais do que os rapazes, interessadas em obter um emprego na administração pública, dada a estabilidade e formalidade de procedimentos, contratos e horários. No entanto, o recente fechamento deste sector, veio também frustrar grande parte destas expectativas.

por mulheres, em parte também por estas implicarem competências adquiridas pela experiência empírica e não tanto pela aprendizagem formal (Guerreiro, 2000; 2002).

A prevalência das assimetrias no plano familiar

Muitos dos estudos europeus sobre a família colocam em oposição o “modelo tradicional”, em que a divisão dos papéis dentro do casal é acentuada e as mulheres são responsáveis pela quase totalidade das tarefas domésticas, não trabalhando profissionalmente (típico dos países mediterrâneos ou da Irlanda), e o “modelo moderno”, em que a maioria das mulheres trabalha fora de casa e há uma relativa igualdade nos papéis de género dentro do casal (típico do norte da Europa). Todavia, a realidade portuguesa é muito específica e dificilmente se enquadra em qualquer destes cenários, visto que, em grande medida, as altas taxas de emprego feminino – Portugal é, actualmente, o país da Europa em que o duplo trabalho a tempo inteiro, entre os casais com filhos pequenos, regista taxas mais elevadas – coexistem com a prevalência de um modelo claramente assimétrico de relação conjugal e, em particular, de divisão das tarefas domésticas. Esta realidade encontra-se amplamente documentada em estudos sociológicos recentes, que enfatizam o facto de as mulheres portuguesas cumprirem uma “dupla jornada de trabalho” (Almeida e outras, 1998; Guerreiro, 1998a; Torres e Silva, 1998; Lewis e outras, 1999; O’Connor e outras, 2002; Perista, 2002).

A presente pesquisa sugere que os jovens em transição para a vida adulta reproduzem, em grande medida, esta situação. Por um lado, a generalidade dos jovens considera que as mulheres devem trabalhar a tempo inteiro, mesmo enquanto têm filhos pequenos, embora as razões para isso oscilem entre a convicção e a necessidade. Por outro lado, assiste-se à prevalência do modelo assimétrico de repartição das tarefas domésticas. Aliás, esta duplicidade, encontra-se bem expressa em inquéritos recentes realizados à juventude portuguesa: enquanto se assiste à generalização do trabalho feminino, 60% dos jovens continua a considerar que a mulher-mãe se deve sobrepor à mulher-profissional (Vasconcelos, 1998).

A maioria dos rapazes, pouco habituados a realizar essas tarefas em casa dos seus pais, olha-as com desagrado e/ou desconhecimento. Como comentou uma das entrevistadas, na maioria das casas, “a filha tem que fazer, o filho coitadito, vamos poupá-lo”. A socialização diferencial tende, pois, a facilitar a reprodução dos papéis de género, em particular, no que toca à divisão das tarefas domésticas. Essa assimetria no

desempenho das tarefas domésticas é, aliás, apontada pelas jovens já casadas como um foco de insatisfação e de conflito frequente.

- Eu acho que, se nós os dois trabalharmos, então nós os dois devemos assumir em casa... dividir tudo a meias. Porque se eu trabalho, tu trabalhas, se eu chego a casa às oito ou às dez, se tu chegas a casa às sete, não vais sentar-te no sofá a ver televisão. Porque é isso que acontece com o meu marido... [ele] não dá de comer aos filhos, não muda a fralda, não os veste, não dá banho (...). E depois uma pessoa chega a um certo ponto e está farta. Porque eu tenho que fazer tudo.

Entrevista individual: empregada na restauração do sexo feminino

Entre os rapazes menos qualificados, as tarefas domésticas são consideradas actividades exclusivamente femininas, ainda que por vezes as contingências da vida os obriguem a desempenhar certas actividades em casa (Guerreiro, 1986). Além disso, estes jovens atribuem às mulheres outras funções familiares mais gerais, como a gestão do orçamento familiar. Pelo contrário, muitos dos rapazes das classes favorecidas consideram que, provavelmente, irão partilhar as tarefas domésticas. No entanto, isso é defendido não como uma convicção, mas em geral como uma obrigação. Além disso, a inapetência para viverem sozinhos ou com amigos é, em grande medida, explicada pela pouca vontade que têm de assumir as tarefas domésticas. Alguns destes jovens referiram mesmo que as “empregadas domésticas” constituíam a única solução satisfatória, face à dificuldade e injustiça de o trabalho doméstico ser assegurado apenas pelas mulheres. Em todo o caso, a sugestão de que “ajudam” ou “irão ajudar” é geralmente entendida como suficiente, embora subentenda que as mulheres continuem a desempenhar o maior parte das tarefas domésticas.

- Vou ter de ser um marido moderno, vou ter de fazer alguma coisa lá em casa... sei lá, fazer a cama... Acho que se trabalharmos os dois, temos que dividir um bocado as tarefas porque também não é justo estar ela a fazer tudo.

Entrevista individual: informático do sexo masculino

Neste sentido, nas várias classes sociais, a questão da conciliação entre vida profissional e vida familiar permanece, essencialmente, uma questão feminina. Apenas para as mulheres essa conciliação é vista como problemática ou potencialmente impossível, visto que, em todo o caso, são elas que assumem as principais responsabilidades familiares. No caso dos homens, os condicionalismos profissionais, geográficos ou de

horários, são aceites como inevitáveis e raramente entendidos como entraves à vida familiar.

- As mulheres continuam a ver o emprego de uma maneira diferente dos homens (...) Penso que é mais fácil para o pai conciliar a carreira profissional e ser pai do que para a mãe fazê-lo, e não penso que os homens tenham interiorizado já que podem ganhar muito a desempenhar esse papel.

Entrevista individual: estudante universitária do sexo feminino

Apesar de se registarem alguns casos dissonantes, nomeadamente no seio das classes com mais qualificações escolares, esta visão prevalece maioritária entre os jovens portugueses. Isto ficou bem patente pelo facto de, quando abordados acerca das questões da conciliação trabalho-família, a maioria dos jovens – todas as raparigas e mesmo grande parte dos rapazes – direccionarem a questão para o elemento feminino do casal.

- Eu interrogo-me mesmo como é que é possível as mães passarem tanto tempo no trabalho (...) Actualmente as mulheres já não têm tanto tempo para dar apoio aos filhos (...) Cada vez mais, os jovens pensam em ter filhos mais tarde, porque o trabalho limita um bocado a vida pessoal.

Entrevista individual: técnico de telecomunicações do sexo masculino

O crescente adiamento dos projectos familiares é explicado pela falta de tempo das mulheres, ainda que, neste caso, alguns jovens tenham também referido a falta de segurança financeira (responsabilidade que, tradicionalmente, cabe aos homens, mas a que as mulheres já não são alheias).

Todavia, relativamente aos filhos são de registar algumas transformações significativas. É verdade que persiste um grupo considerável de jovens, sobretudo nas classes mais desfavorecidas, que continuam a afirmar que é à mãe que cabem as principais responsabilidades na guarda e na educação das crianças. Mas a maioria dos entrevistados considerou que o pai e a mãe tinham papéis de semelhante importância na educação dos filhos. Reproduzem frequentemente, ao longo dos seus discursos, a expressão tradicional “mãe é mãe”. No entanto, excepto no primeiro ano de vida, em que se considera que a criança precisa mais dos cuidados da mãe, parece ser dominante uma noção de “co-responsabilização parental”, ainda que com duas variantes: aqueles que consideram os papéis (pai e mãe) idênticos; e aqueles que os consideram diferentes mas complementares. Diversos estudos têm, de facto, registado um aumento

recente da participação dos pais na guarda e educação dos filhos (Daly, 1996; Guerreiro, 1998; Torres e Silva, 1998; Perista, 2002).

- [Se tivesse mulher e filhos, não estudava à noite?] Pensava duas vezes. Acredito que o tempo que se deve dedicar aos filhos é muito importante (...) Acho que é muito importante ter um pai e uma mãe sempre presentes.

Entrevista individual: engenheiro do sexo masculino

Esta visão estende-se à perspectiva sobre os casos de divórcio. Os jovens consideram-nos, em geral, nocivos para as crianças, mas preferíveis em situações de deterioração da relação conjugal. Além disso, consideram que, desde que a criança atinja uma certa idade, deve ficar aos cuidados daquele que tiver melhores condições (materiais, afectivas e de tempo) para a educar e não necessariamente ao cuidado das mães, embora refiram que essa é a situação mais frequente. Esta questão gerou muito debate nas entrevistas de grupo, notando-se a existência de uma grande diversidade de posições acerca da questão, entre os jovens das diversas condições sociais.

A (re)construção do género durante a transição

A análise apresentada neste capítulo levanta uma questão interessante acerca dos papéis de género e, em particular, das relações de poder envolvidas no processo de estruturação social desses papéis. As últimas décadas registaram uma mudança significativa nas relações entre os sexos durante o período de vida escolar.⁶² Actualmente, as raparigas estão melhor integradas no sistema de ensino, manifestando percursos de escolaridade mais bem sucedidos e obtendo qualificações mais altas. Além disso, encontram-se também, frequentemente, melhor integradas na esfera familiar, possuindo relações mais próximas com os seus parentes, ainda que isso se traduza, por vezes, em maiores responsabilidades e menor liberdade de acção. É verdade que esta vantagem em ambas as esferas é parcialmente compensada pela maior integração dos rapazes em redes de sociabilidade juvenis e actividades culturais e de lazer. Todavia, parece inquestionável que a melhor integração das raparigas nas esferas escolar e familiar se tende a traduzir numa vantagem simbólica temporária face aos rapazes, enquanto estes parecem cair mais facilmente em dinâmicas de exclusão social. Mesmo ao nível das práticas de

⁶² Para as classes mais favorecidas esse período de vida pode prolongar-se até aos 25-30 anos, enquanto nas classes desfavorecidas tende a resumir-se à adolescência. Em todo o caso, o aumento acelerado dos índices de escolaridade tem-se convertido num prolongamento (no tempo) desta “vantagem relativa” das raparigas.

sociabilidade e dos estilos de vida, ainda que mais condicionadas, as raparigas tendem hoje a demonstrar opções e aspirações semelhantes (ou, pelo menos, equivalentes) à dos rapazes. Por outro lado, como vimos também, as mulheres continuam a ser subalternizadas e discriminadas quer no contexto de trabalho, enquanto trabalhadoras, quer no plano familiar, enquanto esposas e mães. Como assinala Kaufmann (2002: 13), “a força considerável da ideia igualitária é esmagada pelo peso dos gestos mais ínfimos”. Consequentemente, a exclusão social tende a atingir, sobretudo, o sexo feminino (Garcia e outros, 2000; AA. VV. 2002).

Existe, pois, um desfasamento significativo – tanto material como simbólico – entre as relações sociais de género estabelecidas nessas duas fases de vida, dando origem a processos de recomposição identitária e relacional particularmente complexos e que nem sempre são vividos pelos actores sociais de forma pacífica. Esta constatação enquadra-se, aliás, na ideia mais geral de que, actualmente, o processo de individualização ocorre, sobretudo, num período transitório, sendo sucedido por uma certa estabilização nos padrões de vida mais convencionais (Nilsen, 1998; Nilsen e Brannen, 2002). No entanto, falamos neste caso específico de uma mutação mais brusca. Como assinalam Banks e outros (1992), as opções e estilos de vida de rapazes e raparigas tendem a assemelhar-se durante o percurso de escolaridade, mas mantêm-se claramente diferenciados logo a partir dos primeiros anos do percurso profissional.⁶³

Neste sentido, o processo de transição para a vida adulta, nas sociedades contemporâneas, envolve uma transformação profunda das identidades e das relações de género. Segundo Kaufmann (2002), os jovens contemporâneos definem-se em oposição à vida doméstica e às assimetrias na divisão do trabalho familiar. Os primeiros tempos do casal são frequentemente um tempo de alguma desarrumação, em que o recurso às mães ou às lavandarias atenua o choque da transformação. Segundo o autor francês, passada essa primeira fase, a integração doméstica e a

⁶³ As entrevistas com jovens de diversas idades e em diferentes fases de vida permitiu captar esses desfasamentos. Tome-se, como exemplo, a questão das tarefas domésticas. Os rapazes mais novos, sobretudo os provenientes de classes com mais qualificações escolares, referiram frequentemente que, no futuro, teriam que partilhar as tarefas domésticas, enquanto as raparigas da mesma faixa etária proferiam discursos firmes acerca da sua exigência em ter, no futuro, uma relação conjugal baseada na igualdade e na liberdade de ambos os cônjuges. Todavia, os jovens (rapazes e raparigas) mais velhos, alguns deles já com experiência de vida conjugal, manifestaram disposições mais contingentes, reflectindo uma partilha claramente assimétrica das tarefas domésticas, em que a mulher assume as principais responsabilidades e o homem colabora na medida das suas possibilidades.

institucionalização do casal tende a processar-se através da interiorização dos papéis tradicionais.

A pesquisa realizada permite acrescentar algumas linhas a este propósito, nomeadamente, acerca da realidade portuguesa. É verdade que a transição constitui actualmente, não um momento de passagem, mas um percurso cada vez mais prolongado no tempo, durante o qual os jovens atravessam ciclos de inserção e desinserção nas esferas educativa, profissional e familiar. Esse “período cinzento” pode, então, ser um palco privilegiado para o tal processo de recomposição das identidades e das relações com o sexo oposto. Por outro lado, note-se que os “papéis de género” são também significativamente diferentes nas várias esferas, sendo que os actores, tentando integrar-se num novo contexto, são obrigados a sujeitar-se e adaptar-se às lógicas e regras instituídas, mesmo quando isso implica uma transformação ao nível das identidades e dos estilos de vida. Ainda assim, é de ponderar a hipótese de certas assimetrias de género encontrarem-se já incorporadas na infância e na adolescência, mantendo-se em forma latente ou adormecida, manifestando-se somente após a entrada no mercado de trabalho e com a constituição de família (Duru-Bellat, 1990; Fonseca, 2001; Kaufmann, 2002).

VIII. CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E FAMÍLIA

APOIOS E SENTIDO DOS DIREITOS

Ao longo do texto, temos visto como os jovens enfrentam, no contexto de trabalho, a insegurança e a “cultura do horário prolongado”, enquanto as preocupações a nível familiar e, em particular com os filhos pequenos, não cessam de aumentar. Além disso, assiste-se hoje também a um alargamento progressivo dos percursos de escolaridade, envolvendo mesmo os jovens que já trabalham e constituíram família. Este cenário conduziu à subida progressiva da idade média de casamento e de entrada na parentalidade e à preocupante noção, partilhada por uma parte significativa dos jovens nos vários países estudados, de que a sua vida profissional é actualmente inconciliável com a constituição de família (Brannen e Smithson, 1998; Lewis e outras, 1999; Lewis e outras, 2002a; Brannen e outras, 2002). Mesmo entre os jovens que decidem iniciar a vida familiar, muitos fazem-no num quadro de exigentes quotidianos profissionais, por vezes, ainda complementados por períodos de formação.

Perante este cenário, de que forma podem os jovens conciliar os percursos nestas várias esferas, assegurando as pesadas responsabilidades que lhes cabem em cada uma delas? A que dispositivos recorrem para os apoiar nessa conciliação? Este capítulo foca as três instituições mais frequentemente referidas pelos jovens enquanto disponibilizando apoios à conciliação entre trabalho e vida familiar: as entidades empregadoras, o Estado e a própria família. A pesquisa revelou que os sindicatos, incluídos de início neste pacote, têm, para a nova geração, uma importância muito reduzida nos apoios à conciliação (Lewis, 1998). Como vimos no capítulo V, por dinâmicas diversas, o próprio envolvimento dos jovens no movimento sindical é actualmente muito mitigado, sendo as suas representações dos sindicatos pautadas pela distância ou mesmo pelo ceticismo.

Os apoios referidos adoptam modalidades diferentes. Ao nível das práticas, devemos diferenciar os apoios efectivos de que os jovens dispõem no quotidiano e o “sentido das necessidades”, ou seja, os apoios hipotéticos que os jovens defendem ou sugerem mas que só em casos excepcionais estão disponíveis. A este propósito, note-se que, excepto em contextos muito específicos, nomeadamente, os meios mais qualificados do sector público, os jovens portugueses revelam um fraco “sentido das necessidades”, adaptando-se às condições que lhes são oferecidas. Por outro lado, é importante diferenciar os dispositivos formalmente

instituídos, ainda que o seu cumprimento seja por vezes problemático, dos dispositivos informais, baseados nos laços familiares ou de sociabilidade entre os actores envolvidos. Por fim, existem os apoios que os jovens sentem como direitos, dada a sua condição de jovens pais e trabalhadores, e os apoios que os jovens consideram benesses dadas pelas instituições. O “sentido dos direitos” (Lewis, 1998; e outras, 2002b) é, simultaneamente, uma interpretação subjectiva e uma construção colectiva, sendo susceptível a variações no tempo e no espaço.

Finalmente, as entrevistas a jovens do sexo masculino e do sexo feminino, individualmente e em grupo, e a análise dos seus resultados sugerem que, sobretudo em Portugal mas, também, nos outros países, a questão da conciliação trabalho-família continua a ser predominantemente tratada como uma questão feminina, que cabe às mulheres resolver. Enquanto as raparigas, ao longo das entrevistas, assumem a conciliação entre vida profissional e vida familiar como um tópico problemático, desenvolvendo os tópicos referentes aos dispositivos de apoio de que dispõem e de que gostariam de ter, os discursos dos rapazes são bem mais concisos e difusos ou referem-se explicitamente aos quotidianos das mulheres e aos apoios que lhes são conferidos.

O contributo das entidades empregadoras

Tradicionalmente, a temática da conciliação entre a vida profissional e a familiar não tinha um enquadramento legal muito preciso, nem se encontrava muito presente nos discursos e nas práticas empresariais. Todavia, nos últimos anos, tem havido um reconhecimento, simultaneamente na esfera política e empresarial, da importância desta questão⁶⁴, inclusivamente devido a directivas europeias que visam uma maior responsabilização social das empresas. Especificamente em Portugal, têm surgido algumas iniciativas que procuram premiar políticas empresariais que favoreçam a conciliação entre trabalho e família, como por exemplo o Prémio “Igualdade é Qualidade”, organizado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE). Têm também sido realizados estudos em empresas, que identificam e analisam “boas práticas” empresariais nesta matéria (Guerreiro e Lourenço, 2001).

Uma das conclusões mais nítidas deste estudo é a de que, nos vários países envolvidos, os jovens revelam fracas expectativas face aos apoios prestados pelas entidades empregadoras. Muitos dos jovens reconhecem que as suas condições de trabalho, nomeadamente a insegurança e o

⁶⁴ O direito à conciliação entre trabalho e vida familiar foi introduzido na Constituição da República em 1997.

horário prolongado, são dificilmente conciliáveis com a vida familiar, para a qual é necessário tempo e alguma estabilidade financeira. Ainda assim, quase sempre assumem que esse é um problema do foro pessoal, com o qual têm que viver – eventualmente, adiando a vida familiar ou encontrando estratégias que permitam geri-la o melhor possível – e não uma questão com a qual os empregadores devam preocupar-se (Lewis, 1998).

É verdade que muitos dos jovens sugeriram, nas entrevistas, que a existência nas organizações de dispositivos de guarda, educação e saúde para os filhos dos funcionários seria uma ajuda preciosa à sua vida familiar. Mesmo assim, alguns jovens colocaram em dúvida a (possível) qualidade desses serviços. Por outro lado, a questão dos horários foi recorrente e controversa: enquanto alguns dos entrevistados defendem que a flexibilidade dos horários é importante para a conciliação, outros consideram que os horários devem ser rígidos, de modo a que os funcionários não sejam sobrecarregados com um volume indefinido de trabalho.

Na senda daquilo que foi referido no capítulo V, a flexibilidade constitui actualmente uma dinâmica fundamental das organizações do trabalho e das próprias sociedades contemporâneas, mas cujos contornos permanecem bastante vagos, prestando-se a interpretações muito díspares. Os jovens entrevistados não fogem à regra, imprimindo diversos sentidos valorativos ao conceito. Como assinala Madureira Pinto (2000), embora a flexibilidade no abstracto constitua um valor cultural muito forte nas nossas sociedades, o modelo actual de flexibilização do trabalho tem consistido, essencialmente, num processo compulsivo, com consequências na precarização das condições de trabalho e no aumento do desemprego. É neste sentido, que os sindicatos e muitos trabalhadores têm levantado reservas ou mesmo desenvolvido atitudes negativas.

Por outro lado, embora a redução de horários constitua um ideal, muitos dos jovens portugueses consideram-na indesejável ou mesmo incomportável, caso implique uma redução do orçamento familiar.

- Ele [o patrão] dá aquele ar de patrão porreiro, mas o que acontece é que ele diz para a gente entrar a uma hora qualquer, mas também não diz a hora de saída. É raro o dia em que trabalho 8 horas. Trabalho sempre mais...

Entrevista individual: bióloga do sexo feminino

Apesar das referidas sugestões, quando se fala de direitos, a actual geração adopta frequentemente a “perspectiva da empresa” (Lewis, 1998; e outras, 2002b), considerando que esta apenas deve preocupar-se com a

questão da conciliação se daí advierem lucros suplementares, como por exemplo subsídios ou prémios do Estado. Note-se que, nesta comparação internacional, as empresas portuguesas destacaram-se pelos fracos dispositivos de apoio à vida familiar dos seus funcionários.⁶⁵ Mesmo nos casos minoritários em que as entidades empregadoras desenvolvem dispositivos de apoio aos trabalhadores com família ou a estudar, como por exemplo horários negociados ou creches para os filhos dos funcionários, esses dispositivos são entendidos como benesses, sendo elogiado o esforço particular de certos patrões ou a “cultura da empresa” no geral. Raramente esses incentivos concedidos pelas empresas são vistos como direitos dos trabalhadores.⁶⁶

Sendo esta a perspectiva dominante, deve-se assinalar que existem, entre os jovens portugueses, várias clivagens importantes no modo como se posicionam face à questão dos apoios das entidades empregadoras à conciliação entre trabalho e família. Em primeiro lugar, enquanto os jovens mais qualificados entendem alguns dos apoios básicos como direitos, os jovens desqualificados ilibam os patrões de quaisquer responsabilidades nestas questões. Face ao carácter informal que caracteriza uma parte significativa destes sectores em Portugal, os jovens acrescentam mesmo que, embora a lei não seja suficiente, se os patrões a cumprissem já seria uma óptima ajuda, nomeadamente no que concerne às licenças, às baixas e ao horário semanal de trabalho. Do mesmo modo, os jovens com contratos efectivos revelam também posições mais ambiciosas a este propósito, enquanto aqueles que estão em situações precárias ambicionam apenas passar a efectivos, de forma a gozar sem receios as regalias conferidas por lei. A nível europeu, a evolução recente neste domínio tem sido paradoxal, visto que à medida que os direitos do trabalho vão se expandindo, cada vez mais trabalhadores, precários ou temporários, são excluídos desses direitos (Lewis, 1998; e outras, 2002a). Em segundo lugar, a dimensão das empresas parece também ser um aspecto importante. Nas grandes empresas, a criação de gabinetes de conciliação, de infantários e de clínicas para os filhos dos funcionários é entendida como uma hipótese plausível, embora nem sempre praticada (Guerreiro, 1998a). Pelo contrário, nas pequenas empresas, com enorme

⁶⁵ Numa entrevista de grupo, uma jovem universitária comentou, de forma significativa, que o único apoio à vida familiar concedido pelas empresas consiste na tradicional “festa de natal”, organizada para os filhos dos funcionários e na qual estes recebem alguns presentes.

⁶⁶ Nilsen e Brannen (2002) sugerem que a precarização dos vínculos laborais e consequente expansão dos contratos precários ou temporários tem conduzido a uma transformação do “contrato psicológico” entre empregados e empregadores. Na sua nova versão, esse contrato pressupõe que os empregadores não têm qualquer responsabilidade sobre a vida pessoal e familiar dos empregados.

expressão em Portugal, esses apoios são considerados impossíveis e os jovens trabalhadores referem mais as tais benesses, concedidas (ou não) a título informal, pelos patrões.

Por fim, os jovens fizeram referência a diferenças fundamentais entre os empregos na função pública e no sector privado. Enquanto nas instituições estatais existem alguns dispositivos formalizados de apoio aos trabalhadores com filhos ou a estudar, entendidos como direitos e considerados insuficientes, nas empresas, os jovens consideram que os patrões têm poucas preocupações e responsabilidades neste domínio, situando-se os apoios mais ao nível das benesses informais. De resto, estes dispositivos, a par com os horários rígidos e os contratos efectivos, são o motivo pelo qual o sector público é considerado, pelos jovens, como preferível para a conciliação entre trabalho e família.

O papel do Estado

Relativamente ao papel do Estado na conciliação entre vida profissional e vida familiar, nota-se um enorme contraste entre os diversos países europeus. Nos países nórdicos, em que o *welfare state* é tradicionalmente forte, os jovens tomam como adquirido uma série de regalias que facilitam a sua inserção nas esferas profissionais e familiares e, em particular, a conciliação entre ambas (Brannen e outras, 2002; Lewis e outras, 2002a). Ainda assim, as pesquisas nestes países mostram uma mudança no paradigma dominante acerca do papel do Estado, passando da defesa dos direitos universais, para a constituição de uma rede de segurança accionada em situações de risco (Lewis, 1998). Neste sentido, defende-se não um Estado mais protector mas um Estado mais sensível, capaz de trabalhar em conjunto com as famílias e com as empresas, sob o signo da co-responsabilização. Os programas de assistência aos idosos articulados com as famílias (Lesemann e Martin, 1995) ou os incentivos às organizações de trabalho “amigas da família” (den Dulk e outras, 1999) são exemplos deste paradigma emergente.

Pelo contrário, seguindo a tradição mediterrânea, Portugal caracteriza-se por um *welfare state* relativamente frágil e fragmentado, que providencia apenas estruturas básicas de educação e saúde, um quadro legal pouco exigente e frequentemente incumprido e um conjunto de programas e subsídios que cresceu nas últimas décadas mas que está longe de abranger a maioria das pessoas carenciadas (Wall, 1998; Mozzicafredo, 2002; Silva, 2002; Brannen e outras, 2002). A visão assistencialista, direccionada quase exclusivamente para os mais carenciados financeiramente, tende assim a ignorar todos aqueles que, não revelando insuficiências tão acentuadas, carecem também de tempo e de serviços de

apoio. No entanto, o referido paradigma de co-responsabilização parece estar a ser adoptado, sob a chancela da EU, conduzindo a projectos e redes baseados numa estreita articulação entre agências públicas e instituições privadas.⁶⁷

A este propósito, é importante assinalar que, se as entidades empregadoras tendem a ser, actualmente, quase ilibadas das responsabilidades na criação de dispositivos de apoio à conciliação entre trabalho e família, já o mesmo não acontece relativamente ao Estado. Mesmo ao nível das condições de trabalho, os jovens consideram que o Estado é o principal responsável por ampliar o quadro legal de protecção e apoio aos trabalhadores e, sobretudo, por velar pelo seu cumprimento efectivo. Em Portugal, uma parte significativa dos jovens referiram-se a violações sistemáticas dos direitos adquiridos pelos trabalhadores com filhos ou a estudar, mas remeteram as responsabilidades quase exclusivamente para o Estado, pela insuficiência de mecanismos de fiscalização das leis em vigor. Além disso, muitos jovens consideram que o desenvolvimento de dispositivos de apoio à conciliação por parte das entidades empregadores – inclusive a simples supressão das “horas extraordinárias obrigatórias” – depende da intervenção do Estado, nomeadamente, através de subsídios, isenções ou multas. Face à pouca importância conferida aos sindicatos, o Estado surge assim como a principal instituição, quiçá a única, de quem os jovens exigem apoio formal.

Importa sublinhar que a questão concreta da conciliação entre trabalho e família é geralmente entendida como um problema privado, que cabe às famílias resolver (Lewis e outras, 2002b). No entanto, numa acepção mais alargada, é possível identificar medidas que os jovens consideram importantes para o seu bem estar, quer profissional, quer familiar. Apesar de a ênfase principal permanecer na ampliação dos direitos universais e na fiscalização que garanta o cumprimento efectivo do quadro legal, nota-se uma abertura crescente a programas de apoio particulares, ainda que se considere que os grupos e contextos abrangidos devem ser criteriosamente avaliados e seleccionados.

- O Estado devia apoiar mais, todos pagamos impostos para vermos as coisas acontecerem (...) o nosso Estado não é presente, não é generoso, tira aos pobres para esbanjar e deitar dinheiro à rua.

Entrevista individual: bancária do sexo feminino

⁶⁷ Na área da conciliação entre trabalho e vida familiar, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego é um bom exemplo desta nova orientação, visto que desenvolve um conjunto de actividades que, não sendo normativas, pretendem sensibilizar as empresas para estas temáticas, nomeadamente, divulgando e premiando aquelas que se destacam pelas suas “boas práticas”.

As entrevistas, individuais e de grupo, permitiram assim definir três áreas fundamentais, em que a intervenção do Estado é considerada prioritária para a conciliação entre trabalho e família: habitação, licenças de parentalidade e serviços de guarda das crianças.⁶⁸

A questão da habitação foi um tema recorrente nas entrevistas, referido como fonte maior de preocupação e insatisfação para os jovens portugueses. A reconstituição das histórias de vida dos jovens permite, aliás, compreender o quanto esta questão é problemática. Basta dizer que uma parte significativa dos casais, mesmo depois de casar e de ter filhos, permanece em casa dos pais de um deles, devido à incapacidade de adquirir habitação própria. Além dos montantes envolvidos na compra de habitação, incluindo os juros bancários, serem desproporcionados face aos rendimentos auferidos por grande parte dos jovens, ao contrário daquilo que acontece nos países nórdicos, os apoios concedidos pelo Estado à compra de habitação são muito escassos. Existe algum apoio ao nível dos arrendamentos, nomeadamente através de reduções no montante das rendas, mas essa situação não parece atractiva para muitos dos jovens, considerada demasiado arriscada e temporária. Esta insatisfação conduz, aliás, a alguma agressividade face às populações mais desfavorecidas ou aos imigrantes, parte das quais viviam em bairros clandestinos e muito degradados e recentemente foram realojadas em prédios de habitação social.

- Se [as instituições estatais] me dessem outras possibilidades, eu se calhar hoje estava numa casa minha.

Entrevista individual: mulher de 28 anos, casada e com 2 filhos, a viver em casa dos pais

Por outro lado, sendo consideradas por todos como insuficientes, as licenças de parentalidade constituíram um tema controverso. As licenças de paternidade concedidas recentemente prestaram-se a comentários muito díspares, reflectindo posições muito diferentes quanto ao próprio papel de homem e de pai. Vários jovens, de ambos os sexos, sublinharam que os homens que exigiam gozar essas licenças sujeitavam-se a uma discriminação informal no contexto profissional. Por outro lado, as licenças concedidas às mães constituíram também tema de debate aceso. A posição dominante, sobretudo entre os jovens provenientes de

⁶⁸ Além destas três, os jovens sugeriram outras áreas em que a intervenção do Estado é também importante. A criação ou a promoção de empregos não precários (ou seja, com segurança e regalias sociais) tende a ser uma exigência crescente e que começa a ser entendida também como uma medida de apoio à conciliação, visto que enquanto não conseguem estabilidade profissional, dificilmente os jovens têm condições para avançar para projectos familiares.

contextos desfavorecidos, é a de que essas licenças deveriam ser aumentadas, visto que com 4 meses as crianças são ainda muito pequenas para se separarem da mãe. Note-se que subsistem, principalmente nos referidos meios, uma concepção essencialista do papel da mulher, geralmente associada ao não reconhecimento do papel do homem nas tarefas domésticas.

Neste sentido, a duração ideal das licenças gerou também controvérsia. Além disso, alguns jovens consideraram que as mães com filhos pequenos que optavam pela via doméstica, prescindindo temporariamente do trabalho remunerado, deviam ser subsidiadas pelo Estado. Esta ideia foi refutada por outros jovens, tanto rapazes como raparigas, que defendem que o trabalho feminino fora de casa é benéfico para a mulher, para a criança, a partir de uma certa idade, e para as relações familiares em geral. Note-se que a questão das licenças de parentalidade surge, frequentemente, associada às questões mais gerais dos contratos de trabalho, visto que os muitos jovens que trabalham em condições precárias e/ou informais não têm direito a essas licenças, ficando à mercê da boa (ou má) vontade das entidades patronais.

Por fim, relativamente à guarda das crianças, Portugal registou na segunda metade dos anos 90 uma transformação brusca, com um enorme investimento estatal na universalização do ensino pré-primário e reforço da rede de infantários. A nível cultural, verificou-se também uma mudança profunda, sendo as disposições da grande maioria dos jovens, excepto alguns casos de meios desfavorecidos, claramente favoráveis à opção de infantários, relativamente às amas, às avós ou à permanência da mãe em casa, pelo menos depois dos primeiros dois anos de vida da criança. Ainda que a rede tenha sido alargada, este tipo de estabelecimentos apresentam frequentemente duas limitações: os horários e as mensalidades. Sobretudo no sector público, têm horários dificilmente conciliáveis com a “cultura do horário prolongado” que se regista em muitos contextos profissionais e obriga os pais a saírem tarde do emprego. Quanto ao sector privado, as mensalidades são exorbitantes para os (parcos) rendimentos da maioria das famílias portuguesas, constituindo uma enorme sobrecarga para o orçamento familiar. Por exemplo, uma das jovens entrevistadas afirmou que não lhe compensava trabalhar fora de casa visto que os gastos mensais com dois filhos no infantário ultrapassavam o seu salário mensal. Por conseguinte, os jovens defendem que o Estado deve investir mais em creches e infantários, alargando os seus horários, localizando-os perto dos locais de trabalho, reduzindo as suas mensalidades.

É importante considerar que embora algo expectantes quanto ao papel do Estado, a grande maioria destes jovens revela um claro afastamento e desconhecimento face ao aparelho estatal e, mais genericamente, à classe política. Existe uma enorme desconfiança e cepticismo, que conduz, simultaneamente, a criticarem as insuficiências estatais e a não se envolverem nas lutas políticas. Assim, as críticas e insuficiências assinaladas adoptam frequentemente a forma de um lamento, sendo acompanhadas por ideias genéricas acerca do mau funcionamento do Estado em Portugal, em vez de constituírem uma verdadeira afirmação e reivindicação dos seus direitos. Os jovens afastam-se da vida política, não acreditando que o Estado consiga mudar significativamente as realidades quotidianas que enfrentam – neste caso, as dificuldades de conciliação entre trabalho e família. Neste sentido, é possível detectar um certo alheamento da participação cívica, associado a uma concepção assistencialista de Estado, enquanto entidade distante e exterior, cujas dinâmicas não são condicionadas pela acção dos cidadãos.

O apoio da família

Face à quase inexistência de dispositivos garantidos pelas entidades empregadoras e à insuficiência dos dispositivos públicos, as redes informais e familiares, em particular de avós, são referidas pelos jovens portugueses como fundamentais no apoio à conciliação entre trabalho profissional e vida familiar. Pese embora o facto de a geração das avós já estar grandemente inserida no mercado de trabalho, mesmo nesses casos, o seu contributo como complemento aos dispositivos formais a que as famílias recorrem não é negligenciável⁶⁹. Face à situação de precarização em que as gerações mais jovens trabalham, se uma criança adoecer, é muitas vezes mais fácil à avó faltar ao seu emprego, em geral mais estável que o da filha ou filho. O apoio de avós é também importante para acolher as crianças ao fim do dia, se os pais têm de prolongar os seus horários de trabalho, ou aos fins-de-semana para lhes proporcionarem algum tempo de lazer.

Uma situação frequente é, aliás, os jovens comprarem ou alugarem casa perto dos pais, para que estes apoiem, de diversas formas, os primeiros tempos do casal. As tarefas domésticas constituem, por exemplo, um outro domínio em que as mães parecem mais activas, aliviando algumas das funções do jovem casal. Além disso, quando um dos elementos do casal tem de se ausentar por motivos profissionais, a proximidade da

⁶⁹ A reforma precoce que atinge a geração na casa dos 50 anos também contribui para alguma maior disponibilidade dos avós.

família constitui um valor acrescentado, fornecendo apoio e companhia ao elemento que fica.

No que respeita à prestação de cuidados às crianças nos primeiros anos de vida (0 a 2 anos), e procurando comparar a situação observada nos vários países europeus envolvidos na rede internacional de pesquisa, a nível das expectativas dos jovens entrevistados na primeira fase do projecto, a equipa de investigação construiu uma tipologia que inclui, desde um modelo de conciliação moderno, em que as mães devem trabalhar, ficando os filhos em instituições especializadas (como na Noruega e na Suécia), até um modelo tradicional, em que as mães tendem a abdicar do emprego para cuidar dos filhos (ex. Irlanda). Nesta tipologia Portugal e o Reino Unido são caracterizados por um modelo intermédio, em que as expectativas vão no sentido de que as mulheres trabalhem, ficando os filhos ao cuidado de familiares próximos (Brannen e Smithson, 1998; Lewis e outras, 1999).

As entrevistas individuais realizadas no nosso país, na segunda fase da pesquisa, vêm também confirmar esta perspectiva dos jovens, de que as crianças mais pequenas devem ficar ao cuidado da família. Isto independentemente de as práticas poderem ser outras, como mostram vários estudos (Guerreiro, 1998; Torres e Silva, 1998; Wall, 2000). Já no que respeita às crianças com idades entre os 3 e os 5 anos, os entrevistados consideram que as instituições especializadas são a opção desejável para as acolherem e prestarem cuidados enquanto os pais trabalham (ver quadro 5).

Quadro 5. *Representações dos jovens entrevistados acerca da instância ideal de cuidados às crianças*

Soluções ideais	Até 2 anos	3 a 5 anos
Mães/pais	20	6
Familiares próximos	14	3
Creches e infantários	6	31

* Dados recolhidos a partir das entrevistas a 40 jovens

Existem também diferenças em termos de classes sociais: enquanto os jovens mais qualificados tendem a defender a opção institucional para crianças acima dos 2 anos ou até antes, nas classes mais desfavorecidas, apenas os 2 anos do ensino pré-escolar são mencionados, devendo, em

seu entender, ficar as crianças com menos de 4 anos à responsabilidade do lado feminino da família, avós ou mães, ou então de amas.

Tal como têm sublinhado outros autores (Torres e Silva, 1998; Seabra, 1999), esta valorização das instituições especializadas constitui uma mudança recente e significativa na sociedade portuguesa, tradicionalmente caracterizada pela primazia da família na guarda das crianças. Esta mudança parece impulsionada não só pela participação das mães no mercado de trabalho, como pela importância que os jovens progenitores conferem ao acompanhamento pedagógico da criança e à convivência entre pares. Surgem, aliás, algumas reservas em deixar os filhos com as avós, devido a possíveis conflitos que podem advir dessa situação. Os familiares e as amas tendem, assim, a ficar numa segunda linha, enquanto recursos para situações extraordinárias ou face à impossibilidade de assegurar os custos dos infantários.

Por outro lado, sendo estas as tendências ao nível das representações, não é certo que estejam em consonância exacta com o plano prático, movido por outras lógicas e dinâmicas. Em primeiro lugar, é importante não esquecer que os apoios familiares de que dispõem os jovens são muito diversificados e assimétricos, sendo que, ao contrário de uma ideia muito difundida no senso comum, esses apoios são mais limitados nas famílias das classes desfavorecidas (Wall e outros, 2001). Em segundo lugar, a extensão do trabalho feminino remunerado e as crescentes preocupações com a educação e a saúde das crianças levam a que parte das avós também não esteja tão disponível para a guarda dos netos. Em terceiro lugar, embora a segunda metade dos anos 90 tenha sido marcada por uma enorme expansão do pré-escolar – só entre 1997 e 2002, a taxa de pré-escolarização subiu de 64,3% para 76,0% (dados do Ministério da Educação) – os horários da rede de infantários públicos estão ainda longe de cobrir as necessidades da população e o recurso às instituições privadas implica gastos avultados, comparativamente com os rendimentos de grande parte das famílias. Neste sentido, muitas famílias de meios desfavorecidos não têm possibilidades materiais de pagar os serviços especializados, tendo que recorrer aos apoios familiares.

Um aspecto interessante de mencionar é que os apoios familiares referidos pelos jovens como disponíveis ou desejáveis na guarda dos seus filhos parecem limitar-se às avós. Recuperando as biografias destes jovens, é possível constatar a importância que outras figuras, como os tios ou os padrinhos, desempenharam nos seus trajectos de vida. No entanto, nos seus projectos de vida, estas figuras surgem notavelmente

subvalorizadas, praticamente ausentes, o que pode também indiciar uma mutação inter-geracional significativa.

Por outro lado, se os avós tendem a perder importância na educação das crianças, com o aumento da esperança de vida, esses mesmos avós enquanto idosos e dependentes de cuidados constituem hoje uma das preocupações dos jovens casais. A falta de tempo para acompanhar os pais, bem como a necessidade de serviços especiais de acompanhamento, são problemas que os jovens projectam frequentemente no futuro. Neste sentido, é importante referir que o “pacote familiar” português inclui, para muitos dos jovens, o apoio aos pais, quando estes entrarem na velhice. A maioria dos entrevistados referiu, assim, a vontade de retribuir no futuro tudo aquilo que os pais lhes tinham proporcionado. É comum o sentimento de “responsabilidade” perante os pais. Este apoio assume, contudo, formas diversas. Enquanto parte dos jovens revela a intenção de abrir aos pais a porta das suas casas, de modo a evitar que estes vão para “lares”, outros referem intenções de apoio mais vagas, como a disponibilização de algum tempo para “fazer companhia” ou os auxiliar em situações de doença.

É importante não esquecer que ao falar-se das redes de entajuda e apoio informais que sustentam a vida familiar e a sua conciliação com a vida profissional, está-se sobretudo a referir aos laços que se formam entre as mulheres, visto que é a estas que cabem as principais responsabilidades na vida doméstica e familiar. Tanto no plano familiar como no campo das vizinhanças, as redes de apoio entre mulheres estão, pois, bem mais desenvolvidas, trocando-se conselhos, tarefas, favores, etc. Por algum motivo se fala tanto das avós, quase sem se referir os avós⁷⁰. Ainda assim, os pais ou, mais genericamente, as redes masculinas podem ser importantes, sobretudo no assegurar de rendimentos, por exemplo, para a compra de habitação que, como vimos atrás, se reveste de extrema dificuldade para os jovens portugueses (Vasconcelos, 2002).

Para terminar, pesquisas realizadas a nível internacional sugerem que, em termos gerais, os jovens actualmente adoptam uma posição claramente individualista para lidar com as questões da conciliação entre vida profissional e vida familiar (Kugelberg, 1998). Face à desresponsabilização das entidades empregadoras, às insuficiências dos dispositivos estatais e ao afastamento das redes familiares, os jovens tendem a assumir que essa conciliação é da sua exclusiva responsabilidade, não contando com direitos alargados em qualquer das

⁷⁰ Os avós são, por vezes, referidos como ajudas importantes no transporte dos netos entre as actividades do dia-a-dia.

três instituições referidas. Manifestam aliás, acerca desta questão, um fraco “sentido dos direitos” (Lewis, 1998).

Embora se verifiquem parcialmente, em Portugal (e talvez nos países mediterrânicos), estas tendências são atenuadas por uma série de constrangimentos culturais e históricos. Por um lado, as entidades empregadoras e o Estado têm tradicionalmente uma acção muito incipiente nas questões sociais, nomeadamente no tema da conciliação trabalho-família, pelo que os direitos há muito adquiridos nos países nórdicos, constituem ainda uma reivindicação em Portugal, quer por insuficiências da lei, quer pelo incumprimento da mesma. A própria pertença à UE veio aumentar as reivindicações neste sentido, devido à maior proximidade com sistemas de providência bem mais avançados. Enquanto o Estado conheceu uma estagnação ou mesmo uma relativa erosão nos países nórdicos, em Portugal, os anos 90 registaram alguns avanços significativos do aparelho estatal de benefícios sociais, ainda que permaneça com graves lacunas. Por outro lado, as redes informais de apoio, sobretudo as familiares, têm tido tradicionalmente um enorme peso em Portugal. Mesmo que, em termos culturais, tenham deixado de constituir a opção mais valorizada ou desejada, e nas novas gerações, com as mulheres empregadas, um recurso de que muitos dos jovens pais não dispõem, os estreitos laços que permanecem, pelo menos entre pais e filhos, continuam a fornecer uma base fundamental, a que grande parte dos jovens espera ou gostaria de recorrer em situações de emergência.

IX. TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

PERFIS E SINGULARIDADES

Nos capítulos IV, V e VI, procurou-se analisar os percursos dos jovens em três esferas fundamentais do processo de transição para a vida adulta nas sociedades contemporâneas: a educação, o trabalho e a família. Nos dois capítulos seguintes, vimos como esses percursos são estruturados pelo género e condicionados pelos diversos apoios, formais e informais, de que os jovens dispõem ou, pelo contrário, pela falta desses apoios. Ainda que exista alguma vantagem analítica em distinguir estas várias dimensões, visto que as dinâmicas que as estruturam são até certo ponto autónomas, é importante não esquecer que a transição para a vida adulta constitui sempre um processo integrado e total, no qual se articulam as trajetórias dos jovens nas várias esferas, as variáveis de género, os apoios de que dispõem, entre outros elementos.

A análise transversal dos trajectos de vida dos jovens, reconstituídos a partir das entrevistas individuais, complementada pelas expectativas, orientações e representações dos jovens, recolhidas nas entrevistas de grupo, permitiu observar a enorme diversidade e complexidade dos actuais percursos de entrada na vida adulta. Como assinalam vários autores, esses percursos deixaram de ser lineares, para serem fortemente ondulatórios, individualizados, imprevisíveis (Galland, 1995a; Furlong e Cartmel, 1997; Pais, 2001; Brannen e Nilsen, 2002). Educação, família, trabalho e lazeres tendem assim a combinar-se e a recombinar-se continuamente em padrões de vida flexíveis e temporários. Ainda assim, contra a vertigem pós-moderna, essa análise permitiu também identificar modelos definidos de transição. Ou seja, ainda que diversificada, essa transição tende a obedecer a um número finito de padrões, lógicas ou referenciais.

O presente capítulo procura equacionar as formas complexas através das quais, nas trajetórias e identidades (singulares e integradas) dos jovens, se articulam as suas vivências nos vários campos sociais. Esta análise deve ser, simultaneamente, multidimensional, de modo a conceber os vários campos na sua especificidade própria (e a relação entre eles), e longitudinal, visto que as transições para a vida adulta constituem, cada vez mais, percursos prolongados, em vez de passagens imediatas. Recuperando a metodologia *weberiana* de definição de tipos-ideais, desenvolve-se uma tipologia que identifica e caracteriza sete modelos típicos de transição para a vida adulta nas sociedades europeias contemporâneas e, sobretudo, em Portugal. É importante não esquecer

que, tal como frisava Weber (1922), estes modelos devem ser entendidos enquanto referências – sociais (porque orientam os actores) e sociológicas (porque orientam os sociólogos) – de uma certa realidade e não como a realidade *strictu sensu*, povoada de complexidades e singularidades.⁷¹

Transições profissionais

Face às exigências profissionais com que se deparam, os percursos de transição de um grupo significativo de jovens caracteriza-se por um investimento quase exclusivo no trabalho, nos primeiros anos, relegando os projectos familiares ou de lazer para um futuro mais ou menos longínquo. Ainda que alguns destes jovens não demonstrem grandes ambições a nível familiar, a maioria pretende adquirir o “pacote familiar” quando tiver assegurado um estatuto profissional que garanta mais estabilidade. Manifestam, assim, uma concepção da transição a “dois tempos”. Todavia, as recentes dinâmicas de precariedade e mobilidade que regem o sistema de emprego (Beck, 1992, 2000; Castells, 1996), bem como a “cultura do horário prolongado” que vigora em muitos locais de trabalho (Smithson e outras, 1998; Lewis e outras, 1999), vão adiando indefinidamente este ensejo, fazendo com que os jovens vivam em “presentes prolongados” (Brannen e Nilsen, 2002; Lewis e outras, 2002a).

Em geral, estes jovens encontram-se integrados no mercado de trabalho, ocupando funções de prestígio e bem remuneradas, demonstrando uma progressão rápida na carreira, mas, perto dos 30 anos, vivem ainda em casa dos pais, não revelando intenções claras de constituir família a curto prazo.⁷² Em casa, têm uma liberdade quase ilimitada, gozando de um estatuto de semi-dependência ou mesmo de independência. Ainda assim, quando têm possibilidades para isso, os pais continuam a assegurar todas as despesas domésticas, considerando que os filhos devem poupar dinheiro para o futuro. Alguns destes jovens (aqueles que auferem rendimentos elevados) adquiriram já habitação própria, todavia, têm falta de tempo para organizarem uma vida a sós ou em conjugalidade (que exigiria maior disponibilidade, por exemplo, para as tarefas domésticas), acabando por permanecer parte do tempo com os pais.

Este tipo de transição é mais frequente em jovens que trabalham em certos sectores do mercado de trabalho, marcados por condições de

⁷¹ Uma maior adequação com a realidade social é conseguida se entendermos estes modelos como tendências, mais do que como descritivos. Assim, por exemplo, as transições profissionais podem ser lidas como percursos de transição predominantemente orientados para a vida profissional.

⁷² Esta pesquisa incluiu apenas jovens entre os 18 e os 30 anos, não permitindo acompanhar todos os passos deste tipo de “transições tardias”.

trabalho duras e competitivas, mas também pelo prestígio e recompensas que conferem. Em Portugal, as áreas da gestão, da consultoria, da informática, da medicina ou das telecomunicações têm sido exemplos paradigmáticos desta realidade. Em parte, os jovens documentam o preocupante facto de as enormes obrigações e responsabilidades a que estão sujeitos inviabilizarem qualquer projecto familiar imediato. No entanto, em muitos casos, estas exigências são alimentadas por fortes ambições pessoais ou uma visão do trabalho enquanto fonte de realização pessoal.⁷³

Além disso, as “transições profissionais” apenas estão disponíveis em empregos que exigem altas qualificações escolares, pelo que são quase sempre antecedidas por percursos escolares longos e bem sucedidos. Sendo que os jovens de meios favorecidos e altamente escolarizados mantêm uma relação privilegiada com o sistema de ensino, complementada por importantes acréscimos em capital social (ver capítulos IV e V), não é de admirar que sejam aqueles que mais frequentemente se caracterizam por “transições profissionais”. Apesar disso, foi possível encontrar diversos jovens com este perfil, provenientes de meios mais modestos, nomeadamente, da pequena burguesia de execução, muitos deles motivados por fortes aspirações de mobilidade social e menos orientados para outras oportunidades culturais.

Por outro lado, muitos dos jovens em “transições profissionais” continuam (ou voltam) a estudar, mesmo depois de terminarem a licenciatura e se integrarem no mercado de trabalho, frequentando cursos e pós-graduações organizados em modalidades diversas. À pressão das entidades empregadoras, junta-se a iniciativa própria de qualificação, valorização e actualização, sobretudo em sectores, como os atrás identificados, muito técnicos e em constante mutação, em que os saberes rapidamente se tornam obsoletos. Os cursos de formação decorrem, muitas vezes, em horário pós-laboral, o que sobrecarrega consideravelmente os já longos e atribulados dias de trabalho destes jovens. Por outro lado, emerge um grupo de jovens que, entre licenciaturas, mestrados e doutoramentos, permanece até próximo dos 30 anos no sistema de ensino, sem nunca se integrar no mercado de trabalho, vivendo de bolsas ou do apoio familiar.

⁷³ Embora os referidos sectores pareçam exacerbar (quase exigir) trajectórias deste género, note-se que é possível identificar um padrão semelhante em alguns jovens integrados em áreas profissionais muito diversas. Nestes casos, parecem ser sobretudo as ambições pessoais, bem como a noção de trabalho enquanto realização, que conduzem os jovens a quotidianos profissionais extremamente preenchidos, complementados ainda por cursos e pós-graduações de índole diversa.

Ainda que as “transições profissionais” ocorram nos vários países em que decorreu o estudo, em Portugal, parecem adquirir especial expressão, sobretudo, devido ao facto de estarem instituídos, em certos contextos profissionais, horários e níveis de exigência inconciliáveis com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores. A isto soma-se a dificuldade em encontrar habitação perto do local de trabalho, o tempo perdido diariamente nos transportes ou os horários nocturnos da maioria dos sistemas de formação contínua.⁷⁴ Um segundo factor que pode ter algum impacto diz respeito aos índices de baixas qualificações e parcos rendimentos que caracteriza a população portuguesa até um passado recente. Neste contexto, em áreas dinâmicas e muito qualificados, um grupo restrito de jovens alcança rapidamente escalões de prestígios e de rendimentos muito acima da média, ainda que o preço a pagar seja o adiamento de todos os outros projectos de vida.

Além disso, um aspecto singular da realidade portuguesa é a proporção de raparigas que, nas entrevistas, assinalaram aderir deliberadamente a este modelo de “transição profissional”. O contraste com a falta de ambições profissionais das mães, a superioridade nos trajectos escolares e académicos, a prevalência de uma divisão assimétrica das tarefas e responsabilidades domésticas e os poucos apoios (das empresas e do Estado) à conciliação entre trabalho e família e, nomeadamente, à parentalidade, levam um grupo significativo de raparigas a afirmar que investir no trabalho significa, neste momento, preterir a família. Note-se que Portugal se distingue dos restantes países europeus, visto que os altos níveis de trabalho feminino remunerado e a tempo inteiro, bem como a curta duração das licenças de maternidade, coexistem com uma divisão muito desigual e tradicionalista das funções dentro do casal (Almeida e outras, 1998; Brannen e Smithson, 1998; Torres e Silva, 1998; Lewis e outras, 1999). Neste sentido, o conflito entre carreira profissional e vida familiar vive-se sobretudo no feminino, ainda que acabe também por se repercutir nas trajectórias dos rapazes, em particular no adiamento da idade de casar.

⁷⁴ Em muitos casos, os patrões incentivam os trabalhadores a frequentarem cursos de formação, mas apenas em horário pós-laboral.

Transições lúdicas

Consequência dos processos de modernidade avançada, os jovens desfrutam hoje de enormes oportunidades nos campos do consumo, dos lazeres e da formação. Vários estudos têm documentado a emergência, nas sociedades europeias, de um grande grupo de jovens que se caracteriza por um longo período pós-adolescente, destinado a viver a vida de forma descontraída, emocionante e sem grandes preocupações, sob o signo da fruição e da errância (Cavalli, 1995; Galland, 1995b; Du Bois, 1995).

A presente pesquisa confirma esta tendência, associada à melhoria das condições de vida das famílias e à contracção do mercado de trabalho, mas também a novas disposições culturais, que valorizam a individualização e a realização pessoal, pelo menos durante o período da transição para a vida adulta. Assim, muitos dos jovens entrevistados, nos vários países estudados, revelaram que a sua prioridade é conhecer locais distantes, conviver com os amigos, sair à noite, procurar novas experiências e sensações, aprender e divertir-se, antes de assentar e assumir responsabilidades (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998; Lewis e outras, 1999; Brannen e Nilsen, 2002; Brannen e outras, 2002b).⁷⁵ Os 30 anos de idade surgem, frequentemente, como o limiar da liberdade. Esta concepção da vida “a dois tempos”, reforçada pela noção de que os pais assentaram demasiado cedo e não tiveram semelhantes oportunidades, surge aliás como um traço distintivo da actual geração (ver capítulo VI).

Em geral, as “transições lúdicas” caracterizam-se por longos trajectos de escolaridade, incluindo a experiência académica, ainda que nem sempre estejam associados a um grande envolvimento nas áreas de estudo. Além disso, tendem a proporcionar – e são reforçadas por – inserções precárias e/ou temporárias no mercado de trabalho, que não implicam grandes compromissos e responsabilidades. Se, por um lado, estes jovens não têm grandes ambições profissionais a curto prazo, preferindo empregos que lhes garantem liberdade e mobilidade, por outro lado, é verdade que os empregos precários são, muitas vezes, os únicos que lhes estão disponíveis, o que compensam com um maior investimento em actividades lúdicas. Aliás, mesmo que a princípio fossem desejadas, o prolongamento indefinido das inserções precárias no mercado de trabalho tende a gerar enormes angústias e problemas, sobretudo quando começam

⁷⁵ O crescimento exponencial de jovens que manifestam este estilo de vida tem mesmo levado a que se o identifique com o universo juvenil como um todo. Expressões como a “geração Erasmus” têm sido avançadas, precisamente para dar conta desta nova realidade. Ainda assim, é importante não esquecer que os jovens, nas sociedades contemporâneas, se caracterizam não por uma forma única mas por uma grande diversidade de formas de transição para a vida adulta.

a entrar em conflito com os projectos familiares que, entretanto, se vão delineando.

Quase sempre, estes jovens permanecem até uma idade tardia em casa dos pais, gozando de um estatuto de “semi-dependência”, com liberdades quase ilimitadas e encargos financeiros quase nulos, mas reflectindo também incapacidades evidentes na obtenção da independência financeira (Nilsen e outras, 2002). Embora frequentemente surja como opção deliberada, essa condição tende a estabelecer-se como um pré-requisito das “transições lúdicas”, visto que o suporte familiar compensa uma contradição fundamental das sociedades contemporâneas: as inúmeras oportunidades de que dispõem os jovens nos campos do lazer, do consumo e da formação não são compatíveis com os empregos precários e mal remunerados que lhes estão disponíveis. Neste sentido, este modelo é mais frequente entre os jovens das classes favorecidas, em que a família pode assegurar os encargos financeiros dos jovens até uma idade tardia, as relações entre pais e filhos se baseiam na comunicação e na liberdade (Seabra, 1999) e os jovens alcançam níveis de escolaridade elevados sem grande esforço.

Ainda que em todos os países envolvidos no estudo tenha sido possível identificar um grupo de jovens que se define por “transições lúdicas”, existem variações significativas entre países. Ao contrário daquilo que acontece nos países nórdicos, em que este modelo é muito popular entre os jovens de ambos os sexos (Kugelberg, 1998; Nilsen, 1998), em Portugal, permanece bastante minoritário e quase exclusivamente masculino. Ainda que as aspirações culturais a este nível sejam bastante frequentes, as fortes limitações económicas conduzem a uma relativa contracção das oportunidades nos campos do lazer, do consumo e da formação. Não admira, pois, que a grande maioria dos jovens continue a centrar as suas preocupações, durante o período de transição, nas esferas do emprego e da família. Além disso, por motivos culturais, a liberdade das raparigas em casa dos pais tende a ser bastante limitada, em proporção inversa às responsabilidades nas tarefas domésticas. Consequentemente, as raparigas manifestam uma maior urgência em sair de casa e em constituir família.

Transições experimentais

A individualização e diversificação dos modos de vida privada constituem também um traço distintivo da modernidade (Beck, 1992; Giddens, 1992) e que parece ser reforçado durante o período de transição para a vida adulta (Nilsen e Brannen, 2002). Neste sentido, um número

crescente de percursos de transição caracterizam-se por uma sucessão de configurações de vida temporárias e imprevisíveis, como opção de vida ou como período de experimentação antes de “assentar”, casar e ter filhos. Viver sozinho, em coabitação ou com um grupo de amigos tornam-se práticas correntes e culturalmente valorizadas em toda a Europa, pelo menos até à parentalidade (Galland, 1995b; Furlong e Cartmel, 1997).

O presente estudo confirma que, actualmente, muitos jovens distinguem claramente a saída de casa do casamento, defendendo, sobretudo, a coabitação enquanto experiência com vista a um casamento mais ponderado. Ainda assim, ao nível das práticas, são possíveis de identificar grandes diferenças entre as realidades nos vários países. Enquanto nos países nórdicos estas “transições experimentais” são bastante frequentes, sendo culturalmente valorizadas e apoiadas pelo Estado, em países como Portugal ou a Irlanda, não só existe alguma resistência de largos sectores da sociedade (incluindo, parte dos jovens), como os apoios públicos ou familiares a trajectos deste tipo são claramente insuficientes. O elevado preço das habitações e a condição mais ou menos precária no mercado de trabalho conduzem a esmagadora maioria dos jovens a adiar a saída de casa até ao momento do casamento.

Apesar disso, em Portugal, sobretudo a coabitação parece alcançar uma expressão significativa entre os jovens, nem sempre reflectida nas estatísticas oficiais (ver capítulo VI). Como têm notado vários autores (Almeida e outras, 1998; Lalanda, 2002), parte destes casos resultam, não de padrões de vida modernos e experimentalistas, mas de severos e tradicionais constrangimentos que conduzem ao adiamento por tempo indefinido do casamento. Muitos jovens das classes desfavorecidas vivem, assim, em “união de facto”, frequentemente em casa de familiares, com ou sem filhos, esperando que possam formalizar em breve a sua relação. Estes modelos serão abordados enquanto “transições precárias” (ver adiante). Por outro lado, no seio das classes mais favorecidas e escolarizadas, emerge um grupo minoritário de jovens que, com o apoio familiar ou devido a rendimentos acima da média, vivem sozinhos ou em coabitação por opção própria. Neste grupo, as raparigas destacam-se por colocarem mais frequentemente em prática projectos de vida a só, talvez devido ao maior controlo a que estão sujeitas em casa dos pais.

É importante notar que viver só, em coabitação ou com os amigos são opções em clara consonância com os valores modernos da individualização, da auto-realização e da experimentação. Ainda assim,

estes valores encontram pouco eco numa parte substancial da população, nomeadamente, entre as classes menos escolarizadas e mais desfavorecidas, para quem o casamento constitui ainda a principal instituição organizadora da vida íntima e familiar. Além disso, esses valores entram em conflito com a noção emergente de “infância protegida”, que pressupõe enormes cuidados na educação das crianças e uma certa estabilidade dos laços afectivos e relacionais. Estes modelos alternativos e experimentais de vida são, geralmente, apanágio do período de transição para a vida adulta, antecedendo (e pretensamente reforçando) um período de maior estabilidade e responsabilidade.

Por fim, embora se centrem frequentemente na vida familiar, as “transições experimentais” podem também incluir uma disposição experimentalista na esfera profissional. Alguns jovens valorizam muito a mobilidade entre projectos e trabalhos, sobretudo quando implicam mudanças de funções ou mesmo de localização geográfica. Ainda que, ao nível dos valores, exista alguma coincidência entre concepções experimentais na esfera da família e do emprego, existem casos em que apenas se verifica um deles. Mais preocupante é o facto de, em países como Portugal, ambas entrarem em conflito, dado que a coabitação ou a vida a sós implicam encargos financeiros apenas possíveis de manter com uma certa estabilidade profissional.

Transições progressivas

Constituindo marcas fortes da modernidade, os três padrões atrás analisados estão longe de abranger a totalidade das formas de transição para a vida adulta nas sociedades contemporâneas. Ao enfatizar-se as formas complexas e não-lineares de transição, esquece-se por vezes que uma parte substancial dos jovens continua a caracterizar-se por formas de transição relativamente lineares e programadas, em que o percurso de escolaridade antecede a progressiva integração profissional e a esta sucede a constituição de família. O presente estudo sugere mesmo que, nos vários países europeus, face à insegurança crescente na esfera do trabalho, alguns jovens adoptam modelos progressivos e planeados de transição enquanto estratégias de gestão do risco (Brannen e Nilsen, 2002).

Portadores de um nível de escolaridade muito variável, provenientes (em geral, mas não exclusivamente) de classes desfavorecidas, estes jovens caracterizam-se por desenvolverem uma transição organizada por etapas. O fim da escolaridade, a entrada no mercado de trabalho, a escolha da noiva, a progressão no emprego, a poupança, a compra de habitação, o

“grande casamento”, a saída de casa, a parentalidade – não necessariamente por esta ordem – são tudo passos percorridos paulatinamente, assegurando sempre as condições que garantam a passagem para uma nova situação. Considerando que a etapa de “progressão na carreira” se encontra hoje consideravelmente obstruída na maioria dos sectores do mercado de trabalho, a passagem para as etapas seguintes tende a ser dificultada, causando angústias e dilemas e, mais genericamente, um prolongamento destas trajectórias de transição. Muitos jovens encontram-se, assim, por tempo indefinido, a “preparar terreno” para uma mudança desejada mas problemática, tanto no plano económico como no plano relacional.

Embora tenha sido identificada nos vários países que participaram no estudo, este modelo de transição ganha particular relevância em Portugal. Por um lado, há que referir os significativos constrangimentos económicos que atingem os jovens portugueses, relativamente aos seus congéneres da Europa do Norte, que condicionam muito as oportunidades nas esferas dos lazeres e da família. Neste sentido, face aos poucos apoios públicos de que dispõem, as transições “lúdicas” ou “experimentais” não são economicamente viáveis a muitos dos jovens portugueses, dado que implicam despesas inoportáveis. A grande dificuldade sentida na compra ou aluguer de habitação reveste-se aqui de particular destaque. Por outro lado, em termos culturais, existem reservas e resistências a formas alternativas e não-lineares de transição, por parte de muitos jovens e principalmente das suas famílias. Visto que, em Portugal, o apoio familiar continua a ser fundamental na transição dos jovens para a vida adulta, as pressões exercidas pela família (por exemplo, sob a forma de maiores ou menores apoios financeiros) podem ser cruciais no modelo de transição adoptado pelos jovens.

Para muitos dos jovens portugueses, sobretudo das classes desfavorecidas, as “transições progressivas” representam a “transição bem sucedida”, visto que asseguram um certo bem-estar ao longo das várias etapas percorridas. Conscientes do perigo de caírem em formas de transição precárias ou desestruturantes (ver adiante), estes jovens movem esforços significativos para prepararem e executarem sem sobressaltos as várias etapas do percurso. Na verdade, num contexto de trabalho marcado pela precariedade, num contexto familiar e amoroso marcado pela negociação constante, as transições estáveis e lineares constituem uma conquista árdua, contra as contingências imprevisíveis dos quotidianos.

Note-se que esta forma de transição, embora não seja muito valorizada nos grupos juvenis mais qualificados, articula-se muito bem com a noção

dominante de planeamento familiar e de “parentalidade responsável”. Além disso, é importante considerar que esta forma de transição é relativamente diferenciada consoante o género, indiciando já distinções e assimetrias de papéis na vida familiar. Aos rapazes é concedida alguma liberdade extra, algumas fugas no sentido das “transições lúdicas”. No entanto, a par da vivência lúdica, exige-se que assegure um estatuto profissional minimamente estável, sobretudo ao nível dos rendimentos, que permita a continuação do percurso. Por outro lado, as raparigas passam gradualmente de filhas a esposas, integrando-se no mercado de trabalho mas assumindo a responsabilidade das questões domésticas e familiares. Esta divisão de papéis não é rígida, mas tende a ir-se definindo ao longo do percurso de transição. Por fim, as “transições progressivas” envolvem sempre um certo apoio familiar, visto que os jovens permanecem em casa dos pais até uma idade tardia, com encargos financeiros reduzidos que lhes permitam algumas poupanças. Além disso, muitas vezes, os pais organizam o casamento e dão um importante contributo para a compra de habitação.

Transições antecipadas

A pesquisa nos vários países concluiu que a entrada precoce na conjugalidade ou na parentalidade, por exemplo antes dos 20 anos, é, actualmente, uma opção bastante impopular e mesmo criticada entre os jovens, quer por motivos culturais, quer por motivos económicos. Esta é, aliás, uma distinção que fazem frequentemente em relação à geração dos seus pais. O aumento da escolaridade, a precariedade e a mobilidade laborais, a falta de “maturidade emocional e relacional”, o planeamento familiar, a vontade de gozar a vida antes de assumir grandes responsabilidades e a noção de “infância protegida” são elementos bastante presentes nos discursos dos jovens, reforçando a convicção de que as transições aceleradas comportam, actualmente, muitos riscos e desvantagens (Brannen e Smithson, 1998; ver capítulo VI).

Não é, pois, de estranhar que a maioria dos jovens opte por percursos de transição mais prolongados. No entanto, esta relativa homogeneidade ao nível das representações esconde uma grande diversidade nas práticas observadas nos vários países. Ao contrário daquilo que acontece na Escandinávia, em Inglaterra e em Portugal persistem altas taxas de maternidade adolescente. Além disso, no caso português, continua a ser frequente a entrada precoce dos jovens na conjugalidade e na parentalidade, sobretudo entre as raparigas (Nilsen e outras, 2002). Note-se que, em 25% dos nascimentos ocorridos em 2001, a mãe tinha menos

de 25 anos e, em 43% dos casamentos registados no mesmo ano, a noiva tinha idade inferior a 25 anos (INE, Censos 2001, Estatísticas Demográficas 2001).

A maior incidência de “transições antecipadas” entre as raparigas reflecte ainda uma forte diferenciação entre o papel masculino, marcado por mais oportunidades de lazer e responsabilidades profissionais, e o feminino, sujeito a maior controlo familiar, do qual só se consegue libertar através da constituição de nova família (Daly, 1996). Além da variável género (e reforçando-a), a pesquisa mostra também que as “transições antecipadas” estão muito associadas às classes desfavorecidas, sendo residuais entre os grupos com mais capitais culturais e económicos. As fracas aspirações escolares, a entrada precoce no mercado de trabalho, as limitações na esfera do lazer e do consumo, o maior controlo familiar a que estão sujeitos e o menor planeamento familiar são razões que conduzem, frequentemente, os jovens das classes desfavorecidas a seguir este tipo de transições, após uma passagem curta e periférica pelo universo juvenil (Bourdieu, 1984).

Em geral, a gravidez das raparigas tende a ser a causa de todas as transformações familiares seguintes. Esta constatação não deve, todavia, levar à conclusão que a parentalidade precoce é sempre accidental e indesejada. Por vezes, decorre de uma estratégia deliberada, precisamente com o intuito de antecipar o processo de transição. Fortemente limitados e subordinados no espaço doméstico (Pais, 1993; Brannen e outros, 1994; Seabra, 1999), parte dos jovens (sobretudo as raparigas) nos meios mais desfavorecidos anseiam por alcançar a independência através da constituição de família. Para estes jovens, a obtenção de segurança no contexto profissional reveste-se de particular importância, visto que são já independentes ou pretendem sê-lo a curto prazo (Nilsen e outras, 2002).

Evitando certos reducionismos e estereótipos do senso comum, é importante não esquecer que as “transições antecipadas” ocorrem em situações e condições bastante diversas. Nilsen e outras (2002) distinguem as transições precoces preparadas e planeadas, daqueles que ocorrem num plano precário e de risco (ver tópico seguinte). Nos casos estudados na pesquisa portuguesa, os rapazes não só assumiram a paternidade como casaram ou foram viver com as raparigas pouco tempo volvido. Além disso, os pais disponibilizaram também um apoio importante, nomeadamente, deixando os jovens viver em sua casa,

enquanto estes reuniam condições para comprar a sua própria habitação.⁷⁶ Esta constatação reflecte o forte enraizamento, em certas fracções da população portuguesa, de instituições como o casamento ou a família. Em alguns casos, após um período de enormes dificuldades, constrangimentos e adaptações, os jovens tiveram mesmo oportunidade de reconstruir projectos de vida, apostando, por exemplo, na valorização profissional e/ou em completar os trajectos de escolaridade. Sugere-se assim que, mesmo nos casos em que não foi planeada, a parentalidade precoce não conduz necessariamente à desestruturação familiar e identitária, dando frequentemente origem a processos de adaptação e reconfiguração de estratégias e projectos de vida. No entanto, nem sempre as “transições antecipadas” ocorrem neste quadro de apoios familiares, podendo originar ou intensificar graves situações de pobreza, isolamento e exclusão social (Garcia e outros, 2000).

Transições precárias

Nas sociedades contemporâneas, as transições de uma parte substancial dos jovens para a vida adulta, sobretudo daqueles que provêm de meios desfavorecidos e abandonam prematuramente a escolaridade, projecta-se como um “espaço de vulnerabilidade” (Carvalho, 1998). Se é verdade que existem hoje muito mais oportunidades e opções, estas encontram-se distribuídas de forma muito assimétrica pelos vários segmentos do universo juvenil. Além disso, as situações de insegurança e precariedade que se vivem em diversos sectores do mercado de trabalho geram novos riscos e constrangimentos, condicionando os projectos e os trajectos de vida dos jovens (Furlong e Cartmel, 1997; Lewis, 1998; Brannen e outras, 2002a). Essa condição precária é mais visível nos primeiros anos de trabalho mas, em muitos casos, face ao relativo bloqueio das carreiras (Casal, 1997), tende a prolongar-se indefinidamente, conduzindo ao adiamento da saída de casa, do casamento ou da parentalidade, ou à sua vivência num contexto precário e de risco. Existe alguma tendência para que as “transições precárias” e as “transições precoces” se sobreponham. Ainda assim, a distinção entre as duas respeita a ideia de que uma não implica necessariamente a outra.

As “transições precárias” constituem percursos de constante (re)adaptação dos jovens às condições que lhes vão sendo impostas. Os vínculos laborais temporários, o espectro ou mesmo a passagem por fases

⁷⁶ Num dos casos relatados, o apoio dos pais permitiu mesmo que a rapariga continuasse a estudar. No entanto, essa é uma excepção, visto que na grande maioria dos casos, a parentalidade de jovens estudantes é sinónimo de abandono escolar.

de desemprego e as condições de trabalho precárias condicionam fortemente estes percursos. Em geral, os jovens com “transições precárias” fazem parte da tal massa de “trabalhadores descartáveis”, que se encontram hoje na área cinzenta entre a inserção efectiva no mercado de trabalho e a desinserção de longo prazo (Beck, 1992; 2000; Castells, 1996). Nos vários países em que decorreu este conjunto de pesquisas, foi possível encontrar jovens que aguardam anos a fio por uma estabilidade profissional mínima que lhes permita sair de casa dos pais, casar ou ter filhos. No entanto, essas condições tardam em chegar, o que conduz a inúmeras frustrações e angústias. Por outro lado, mesmo quando os jovens consideram ter condições para dar esses passos, fazem-no com grandes incertezas quer face à sua situação futura quer face aos apoios com os quais contarão.

Os jovens cujas transições decorrem sob o signo da precariedade são, geralmente, provenientes das classes mais desfavorecidas, apresentando níveis de escolaridade reduzidos e inserções desqualificadas no mercado de trabalho. O facto de a insegurança e a precariedade começarem a atingir os sectores intermédio e mesmo alguns dos sectores mais qualificados e prestigiados do mercado de trabalho (Pais, 2001) pode alterar, de alguma forma, este panorama. Ainda assim, a “estrutura de risco” permanece claramente assimétrica. Nas classes favorecidas, os capitais familiares permitem (em princípio) atenuar ou até suprimir as carências temporárias dos jovens (Vasconcelos, 2002). O recurso às redes de interconhecimento para obter emprego, o pagamento de cursos e pós-graduações, a compra de automóvel e habitação ou mesmo as ajudas financeiras são formas de apoio frequentes nestas classes. Pelo contrário, nas classes desfavorecidas, a ausência desses recursos gera muitas vezes ciclos de pobreza (Hill e Young, 1999), dos quais os agentes envolvidos nunca chegam a libertar-se ao longo da sua vida. Nestes casos, as “transições precárias” são apenas uma etapa em vidas marcadas pela precariedade permanente.

Dos vários países, Portugal destaca-se pela proporção assinalável de jovens em “transições precárias”. Muitos destes jovens estão integrados em sectores informais do mercado de trabalho, com grande expressão no nosso país (Rodrigues, 1988; Freire, 1998), ou sob regimes vagos, como o sistema de “recibos verdes” (ver capítulo V), em que não têm quaisquer estabilidade ou garantia para o futuro, logo, dificilmente conseguem assumir responsabilidades financeiras (por exemplo, contrair empréstimos). Além disso, os seus rendimentos são, em geral, muito baixos, comparativamente com o nível de vida e, nomeadamente, com o

preço das habitações ou dos serviços de guarda das crianças. Neste contexto, tendem a adoptar padrões de vida também precários, híbridos e transitórios, que muitas vezes se prolongam durante anos, aproveitando os (poucos) recursos disponíveis e esperando que a situação venha a melhorar. Alguns estudos têm mostrado que a maioria dos casos de coabitação em Portugal resultam, precisamente, da incapacidade prolongada de reunir condições para organizar o casamento (Lalanda, 2002). Aliás, o presente estudo confirma que uma solução que permanece frequente é a de viver com o cônjuge e/ou os filhos, em casa dos pais, aguardando condições para casar e adquirir habitação. Embora, a curto prazo, essa situação confira aos jovens alguma segurança, sobretudo quando existem filhos pequenos, o seu prolongamento surge como particularmente problemático, fonte de conflitos e insatisfações (ver capítulo VI).

Note-se que as “transições precárias” são mais frequentes entre as raparigas, o que reflecte a sua condição socialmente desfavorecida face ao homem. As maiores facilidades de integração e progressão profissional dos homens, a par das oportunidades acrescidas na esfera do lazer (Daly, 1996), permitem-lhes, muitas vezes, seguir outros modelos de transição. Por outro lado, a situação precária das mulheres pode ser, até certo ponto, atenuada ou compensada através da entrada na conjugalidade, quando o cônjuge tem uma condição profissional relativamente estável, assegurando alguma segurança financeira ao casal. No entanto, este é um processo perigoso, visto que, quando ocorre uma separação, a mulher fica frequentemente numa situação duplamente precária, sobretudo se não tiver apoio familiar e já tiver filhos a seu cargo.

Transições desestruturantes

Como assinala Beck (1992; 2000), a modernidade tardia caracteriza-se por uma enorme expansão das oportunidades individuais mas também dos riscos. Na transição para a vida adulta, os jovens podem actualmente construir biografias intensamente individuais, aproveitando as múltiplas opções que têm ao seu dispor nos diversos campos sociais (educação, família, emprego, lazer). Todavia, podem também, ao longo deste trajecto, cair em “buracos negros”, situações marcadas pela precariedade, isolamento e ausência de oportunidades. A informalidade e a flexibilidade das diversas instituições (e das formas como se transita de umas para as outras) oferece, assim, uma enorme liberdade mas também

riscos suplementares, sobretudo porque as instituições tendem a delegar nos indivíduos a total responsabilidade sobre aquilo que lhes acontece.

Durante o percurso de transição para a vida adulta, cada vez mais longo e complexo, alguns jovens, por uma miríade de razões, acabam por mergulhar em espirais de exclusão social. Longe de ser residual, o desemprego de longa duração constitui actualmente um grave problema nas sociedades europeias, alcançando a máxima expressão entre os jovens (Lindley, 2000). Mais do que a precariedade das condições de vida dos jovens (que pode ser atenuada por subsídios), o desemprego de longa duração constitui geralmente uma experiência dramática de isolamento, contracção das oportunidades nos vários campos sociais e desestruturação de identidades, projectos e sociabilidades (Santos, 1989; Banks e outros, 1992; Pais, 1993; Bruto da Costa, 2002). Visto que o emprego representa uma instituição fundamental na integração social dos indivíduos, a sua privação constitui um perigoso mecanismo de desintegração, com efeitos em todas as esferas da vida dos indivíduos.

A probabilidade de os jovens mergulharem em “transições desestruturantes” varia muito consoante os grupos sociais. Assim sendo, nas classes sociais mais favorecidas, os recursos económicos e culturais das famílias tendem a ser transmitidos aos filhos e a ser reforçados em momentos problemáticos (como a transição), de modo a assegurar a integração e o sucesso dos jovens na vida adulta. Pelo contrário, nas classes desfavorecidas, as carências de recursos tendem a traduzir-se na contracção das oportunidades e em riscos suplementares de exclusão social, logo a partir do sistema de ensino. Muitos dos jovens das classes populares não conseguem integrar-se e ser bem sucedidos na escola, não completando sequer o ensino básico. Nas sociedades contemporâneas, em que o conhecimento desempenha um papel cada vez mais central, o abandono escolar e a iliteracia constituem importantes factores de exclusão, limitando em muito os capitais, as oportunidades e as opções dos jovens. Além das classes sociais e do percurso de escolaridade, alguns autores têm recentemente associado a exclusão social a questões territoriais. Neste sentido, sobretudo nas zonas suburbanas, tendem a constituir-se “enclaves” (guetos), contentores de pobreza, marcados pela exclusão, marginalidade e violência, pelo défice de recursos e de oportunidades (Conde, 1998; Garcia e outros, 2000). Os imigrantes, população *por excelência* desses bairros, encontram-se frequentemente numa situação de exclusão social múltipla, dada a ruptura com os seus laços sociais e culturais de origem e a não integração plena na sociedade de acolhimento (Bruto da Costa, 2002).

Frequentemente, as “transições desestruturantes” são também marcadas pela desintegração a nível familiar. Por um lado, a falta de apoio parental durante a infância e a adolescência gera inúmeros problemas na estruturação dos projectos e trajectos dos jovens, constituindo um poderoso mecanismo de exclusão social (Garcia e outros, 2000). Além disso, a ausência de apoios familiares durante o percurso de transição constitui também um factor que limita muito as oportunidades dos jovens e aumenta os riscos de exclusão. A pesquisa mostrou que o suporte familiar é um aspecto crucial nas transições contemporâneas, acentuado num período de grande insegurança laboral e em países, como Portugal, em que os dispositivos públicos de apoio são claramente insuficientes.⁷⁷ Por outro lado, situações como o desemprego de longa duração podem ter consequências muito nefastas nas redes pessoais e familiares. Com o passar do tempo, os jovens tendem a isolar-se face às famílias de origem, mas vêem também os seus projectos de constituição de família dificultados ou mesmo bloqueados devido à sua situação. A desilusão e a frustração dão, assim, origem a conflitos ou mesmo rupturas dos laços afectivos, o que intensifica as situações de isolamento e de exclusão.

Por fim, situações extremas como as doenças prolongadas, os modos de vida marginais, o alcoolismo ou a toxicodependência surgem também nas biografias de parte destes jovens, enquanto causas dos processos de desestruturação, ou enquanto consequência dos mesmos. Note-se que a exclusão social tende a ser um processo gradual, em que os vários factores se vão sobrepondo e reforçando. O insucesso escolar, o desemprego, a desintegração familiar, a marginalidade são factores que, mesmo não estando sempre presentes, tendem a acumular-se em trajectos desestruturados, marcados pela privação de recursos, oportunidades e projectos.

⁷⁷ Segundo um estudo recente, a população abrangida pelo Rendimento Mínimo Garantido é tendencialmente jovem e feminina. Nestes casos, o RMG pretende, sobretudo, evitar ou atenuar “transições desestruturantes”, concedendo aos indivíduos alguns recursos básicos que lhes permitam outros trajectos e projectos.

X. CONCLUSÃO

Explorar a(s) forma(s) como os jovens se tornam adultos na sociedade portuguesa, e como se perspectivam perante o trabalho e a família, eis o desafio proposto neste estudo. Ou seja, compreender, através de uma pesquisa simultaneamente teórica e empírica, os processos de transição para a vida adulta numa sociedade também ela em profunda transição, estrutural e cultural, e onde as esferas familiar e profissional, com as mudanças que apresentam, são disso reflexo. Visto tratar-se de um tema (quase) virgem nas ciências sociais portuguesas, esperemos que esta análise constitua, não tanto uma súpula final de resultados e inferências, mas sobretudo uma primeira exploração, uma porta aberta para um amplo campo de reflexão e de debate sobre uma questão tão complexa quanto importante para o conhecimento da realidade social portuguesa, nomeadamente no quadro europeu.

Uma primeira conclusão da pesquisa é a de que os processos de transição para a vida adulta se tendem a prolongar no tempo, tornando-se inclusivamente problemático definir as suas fronteiras.⁷⁸ O final do percurso de escolaridade, o início da actividade profissional, a saída de casa, o casamento, a vida em casal e a parentalidade constituem hoje momentos cada vez mais dissociados no tempo e difíceis de definir com precisão.

A ampliação deste fenómeno conduziu, recentemente, à ideia de que o processo de transição para a vida adulta se diluiu no tempo, não conhecendo momento de início ou de final. É-se jovem adulto para sempre, está-se sempre em transição. Talvez, mas o que esta pesquisa sugere é que a extensão e complexificação das transições para a vida adulta, mais do que provocarem a sua diluição, dão origem a novos problemas e oportunidades, novos estatutos e estilos de vida.

Constituindo não um momento de passagem, mas sim um percurso, as transições para a vida adulta tornam-se um espaço original para a produção e reprodução de práticas e representações específicas, um espaço identitário. A pesquisa mostrou que, ao invés de uma passagem simples entre dois estatutos ou de um *continuum* caótico de mudanças, o período de transição tende a constituir por si próprio uma fase de vida, marcada por condições, oportunidades e dificuldades próprias.

⁷⁸ Note-se que uma tendência de simplificação do passado leva-nos, por vezes, a pensar que houve um tempo em que a entrada na vida adulta era um processo rápido, uniforme e linear. Num passo, os jovens obtinham um emprego, saíam de casa dos pais e constituíam uma nova família, passando a ser considerados adultos. Trabalhos clássicos das ciências sociais sobre sociedades tradicionais desmentem esta ideia.

A juventude e a idade adulta continuam, em grande medida, a ser vistas como fases de vida bem diferentes, conferindo posições e disposições diferenciadas. Excepto em contextos muito localizados, a idade adulta continua a ser entendida, pelo menos ao nível dos valores e dos ideais, como um período de estabilidade profissional e familiar. O que acontece é que entre ambas, emerge um novo tempo, caracterizado por inúmeras indefinições e incertezas, mas também por certos traços distintivos. É neste sentido que parece apropriado, hoje em dia, entender a transição para a vida adulta como um percurso “a dois tempos”: um primeiro período isento de grandes preocupações e dedicado a experiências e aventuras, seguido por um período dominado pela estabilidade e pela responsabilidade, no qual se pensa em casar e ter filhos.

Uma segunda grande conclusão da pesquisa é a de que os processos de transição para a vida adulta se tendem a diversificar, multiplicando-se em trajectos e projectos distintos e não lineares, intensamente reflexivos e individualizados. Ou seja, não existe uma forma de se entrar na vida adulta, mas sim diversos caminhos que se podem percorrer. O tal trajecto tradicional de final da escolaridade, obtenção de emprego, casamento e saída de casa dos pais tende hoje a dissolver-se num sem número de percursos complexos e diferenciados.

Também aqui, o fenómeno de diversificação tem conduzido a algumas leituras que sugerem a entrada numa nova era, de oportunidades e escolhas ilimitadas, como se os constrangimentos estruturais e os dispositivos culturais se tivessem, de alguma forma, eclipsado. No entanto, a pesquisa empírica realizada indica que a flexibilização e diversificação das formas de transição não são ilimitadas. Se já não faz sentido definir um único percurso de transição, é ainda possível identificar vários “padrões de transição”, aptos a funcionar como referências, simultaneamente, sociais e sociológicas (ver capítulo IX).

Além disso, a pesquisa mostra também que esses padrões estão longe de ser meras opções disponíveis a todos. Pelo contrário, entrelaçam-se com as origens sociais, os percursos de escolaridade, as oportunidades e condições de emprego, os modelos culturais, os papéis de género e as redes de apoio informal. Podem ser, por outro lado, facilitados ou dificultados pelas políticas sociais em curso, desde as oportunidades formativas e de emprego, aos dispositivos de apoio formal aos jovens e à conciliação entre emprego e vida familiar.

Em suma, as transições para a vida adulta continuam a ser muito condicionadas por dinâmicas e instituições sociais. Mais, a multiplicidade das formas de transição coexiste, em grande medida, com a prevalência

das desigualdades sociais. Se, em certos casos, a tal diversificação pode libertar notavelmente os jovens de velhos constrangimentos normativos, noutras casos, pode precisamente preservar, legitimar e até reforçar as assimetrias.

Isto conduz-nos à terceira grande conclusão deste estudo: assim como proporcionam múltiplas oportunidades e vias alternativas, os processos de transição para a vida adulta ocorrem hoje num contexto de risco. As profundas e imprevisíveis transformações quer na esfera cultural quer na esfera económica, abrem inúmeras possibilidades, mas também novas dificuldades e riscos.

Em particular, a actual reestruturação e contracção do mercado de trabalho, a par da precarização dos vínculos e das condições de trabalho, cria um cenário de enormes incertezas nos trajectos e projectos de entrada dos jovens na vida adulta. Nos casos mais dramáticos, o período de transição torna-se assim um “buraco negro”, um espaço de desintegração e desestruturação de percursos, laços sociais e identidades. Em muitos outros, constitui um período de adaptações constantes às condições e contingências do presente, provocando uma certa incapacidade de prever o futuro.

Este contexto de imprevisibilidade, misto de oportunidades e riscos, levou-nos ao conceito de “transições incertas”, título deste estudo e forma sintética de caracterizar os processos de entrada na vida adulta no Portugal contemporâneo. Mais uma vez, esta incerteza não deve ser, contudo, reificada. Embora presente na vida de quase todos os jovens, a própria incerteza assume formas muito diversas, reflectindo condições e oportunidades muito distintas e assimétricas. Se, para uns, a incerteza resulta sobretudo das múltiplas vias disponíveis, para muitos outros, essa incerteza deriva da incapacidade (prolongada no tempo) de superar os contextos sociais precários e de risco em que se encontram mergulhados.

XI. BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (2002), *Rendimento Mínimo Garantido: Relatório Anual 2001: Execução da Medida e Caracterização dos Beneficiários*, Lisboa, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Departamento de Investigação e Conhecimento, Gabinete de Sistemas de Informação e Núcleo do Rendimento Mínimo.

Abrantes, Pedro (2003), “Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 41.

Allun, Percy (1995), *State and Society in Western Europe*, Cambridge, Polity Press.

Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.

Almeida, Ana Nunes de, Isabel Margarida André e Piedade Lalanda (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social*, ICS, XXXVII, 163, pp. 371-409.

Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Nordeste*, Lisboa, ICS.

Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais* (Portugal: Os Próximos 20 Anos, vol. VIII), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1986), “Da teoria à investigação empírica: problemas metodológicos gerais”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 55-78.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 4.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, em António Reis (org.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

Almeida, João Ferreira, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana Martins e Rosário

- Mauritti (2000), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, relatório de projecto, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Alves, Natália (1998), “Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajectórias”, em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (org.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, pp. 53-133.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Amâncio, Lígia (1999), “Género e educação em Portugal: mitos e realidades”, em Félix Neto, Teresa Joaquim, Rui Soares e Teresa Pinto (orgs.), *Igualdade de Oportunidades: Género e Educação*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 198-207.
- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Public Words, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Azevedo, Joaquim (2000a), *O Ensino Secundário na Europa: o Neoprofissionalismo e o Sistema Educativo Mundial*, Porto, Edições Asa.
- Azevedo, Joaquim (2000b), “Metáforas para pensarmos os desajustamentos entre a educação, a economia e o trabalho”, em *Educação, Formação e Trabalho: Debate Promovido pela Presidência da República*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 87-94.
- Banks, Michael, Inge Bates, Glynnis Breakwell, John Bynner, Nicholas Emler, Lynn Jamieson e Kenneth Roberts (1992), *Careers & Identities*, Milton Keynes, Open University Press.
- Baudelot, Cristian e Roger Establet (1992), *Allez les filles!*, Paris, Éditions du Seuil.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- Beck, Ulrich (2000), *The Brave New World of Work*, Cambridge, Polity Press.
- Beleza, Vera e Duarte Pimentel (1996), “Os impactos da formação profissional nas identidades profissionais: o caso de uma empresa pública de serviços”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 20, pp. 227-244.
- Benavente, Ana, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião (1994), *Renunciar à Escola: o Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim-de-Século.

Benavente, Ana (org.) (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.

Boton, Michel (1992), “Evolution ou déclin du rituel matrimonial? Une analyse par catégorie sociale”, em *Familles et contextes sociaux: Actes du colloque de Lisbonne*, 10-12 Abril de 1991, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 13-28.

Bourdages, Louise, Serge Lapointe e Jacques Rhéaume (orgs.) (1998), *Le “je” et le “nous” en histoire de vie*, Montréal, L’Harmattan.

Bourdieu, Pierre (1984), “La jeunesse n’est qu’un mot”, em *Questions de sociologie*, Paris, Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (1998, 1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1970), *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*, Lisboa, Vega.

Brannen, Julia, Kathryn Dodd, Ann Oakley e Pamela Storey (1994), *Young People, Health and Family Life*, Buckingham, Open University Press.

Brannen, Julia e Janet Smithson (1998), “Conciliação entre o trabalho e os filhos: perspectivas de futuro para jovens de cinco países”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 27, pp. 11-25.

Brannen, Julia e Ann Nilsen (2002), “Young people’s perspectives on the future”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 48-68.

Brannen, Julia, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (2002a), “Introduction”, em *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 1-10.

Brannen, Julia, Clarissa Kugelberg, Maria das Dores Guerreiro e Janet Smithson (2002b), “Imagining parenthood and employment: connected or disconnected worlds?”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 116-139.

Bruto da Costa, Alfredo (2002), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva.

Capucha, Luís (1998), “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, em José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 209-242.

Casal, Joaquim e Maribel García (1995), “From youth to adulthood in the Spain of the 1990s: the changing female role”, em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, cap. 7, Londres, Pinter, pp. 95-105.

Casal, Joaquim (1997), “Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración”, em José Machado Pais e Lynne Chrisholm (orgs.), *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso: “Growing up between centre and periphery”, Lisboa, ICS.

Carneiro, Roberto, António Fazendeiro, Eduardo Rodrigues, Francisco Soares, Nuno Vitorino e Pedro Conceição (2000), *Aprender a Trabalhar no Século XXI: Tendências e Desafios*, Lisboa, DGEFP/UCP.

Carvalho, Angelina (1998), *Da Escola ao Mundo do Trabalho: uma Passagem Incerta*, Lisboa, IIE.

Castells, Manuel (1996), *The Rise of Network Society*, (Information Age: Economy, Society and Culture, vol. I), Blackwell.

Castells, Manuel (1998), *End of Millenium*, (Information Age: Economy, Society and Culture, vol. III), Blackwell.

Catarino, Acácio (2000), “Educação, emprego e formação: uma perspeçiva complementar”, em *Educação, Formação e Trabalho: Debate Promovido pela Presidência da República*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 87-94.

Cavalli, Alessandro (1995), “Prolonging youth in Italy: being in no hurry”, em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, cap. 2, Londres, Pinter, pp. 24-32.

CEDEFOP (2001), *The Transitions from Education to Working Life: Key Data on Vocational Training in the European Union*, Luxemburgo, OOEPEC.

Censos 2001 – Resultados Definitivos, XIV Recenseamento Geral da População, Lisboa, INE, 2001

Clegg, Stewart (1998), *As Organizações Modernas*, Oeiras, Celta Editora.

Coffield, Frank (1995), “Always the trainee, never the employee? Increasingly protracted transitions in the UK, em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, cap. 4, Londres, Pinter, pp. 45-62.

Conde, Idalina (1998), “Contextos, Culturas, Identidades”, em José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 79-118.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), “Estudantes e amigos, trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, 105-106.

Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila e Sandra Mateus (2002), *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.

Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 34, pp. 9-43.

Daly, Kerry J. (1996), *Families & Time: Keeping Pace in a Hurried Culture*, Thoasand Oaks, Sage.

Den Dulk, Laura, Anneke van Doorne-Huiskes e Joop Schippers (1999), “Organizações ‘amigas da família’: uma comparação internacional”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 29, pp. 31-50.

Du Bois, Raymond (1995), “Future orientations of dutch youth: the emergence of a choice biography”, em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, cap. 6, Londres, Pinter, pp. 79-93.

Duru-Bellat, Marie (1990), *L'École des filles: quelle formation pour quels rôles sociaux*, Paris, L'Harmattan.

Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class, Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Society*, London, Sage Publication.

Eisenstadt, S. N. (2001), “Modernidades múltiplas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 35.

Esping-Andersen, Gøsta (1991), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Londres, Polity Press.

EUROSTAT (2002), *The Social Situation in the European Union 2002*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities.

Ferreira, Pedro Moura e Sofia Aboim (2002), “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, *Análise Social*, XXXVII, 163, pp. 411-446.

Fonseca, Laura Pereira da (2001), *Culturas Juvenis, Percursos Femininos: Experiências e Subjectividades na Educação de Raparigas*, Oeiras, Celta.

Freire, João (1995), *O Trabalho Independente em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE.

Freire, João (1998), “Empresas e organizações: mudanças e modernização”, em José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 285-309.

Furlong, Andy e Fred Cartmel (1997), *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*, Buckingham e Filadélfia, Open University Press.

Galland, Olivier (1995a), “What is youth?”, em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, Introdução, Londres, Pinter, pp. 1-5.

Galland, Olivier (1995b), “Youth in France”, em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, cap. 1, Londres, Pinter, pp. 7-22.

Garcia, José Luís, Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto e Maria Inês Amaro (2000), *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, Anthony (1973), *La estructura de las Clases en las Sociedades Avanzadas*, Madrid, Alianza Editorial, versão espanhola: 1991.

Giddens, Anthony (1984), *The Consequences of Modernity*, Polity Press.

Giddens, Anthony (1991, 1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, Anthony (1992, 1995), *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras, Celta Editora.

Giele, Janet e Glen Helder Jr. (1998), “Life course research: development of a field”, em Janet Giele e Glen Helder Jr. (orgs.), *Methods of Life Course Research: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 5-27.

Gomes, Jorge, Rui Meireles, João Peixoto e Duarte Pimentel (1996), “Identidades culturais e dinâmicas comunicacionais: uma simbiose quase perfeita”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 20, pp. 185-204.

Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa.

Grácio, Sérgio (2000), “Educação e emprego: reflexões suscitadas pela semana da juventude”, em *Educação, Formação e Trabalho: Debate Promovido pela Presidência da República*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 129-138.

Guerreiro, Maria das Dores (1986), *Mulheres do Fado, Fados de Mulher – Alfama: o Tecido social, as Práticas Culturais e as Suas Protagonistas*, PAPCC, Lisboa, ISCTE.

Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Guerreiro, Maria das Dores (1998a), “A conciliação entre trabalho e vida familiar em Portugal”, em *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 33-38.

Guerreiro, Maria das Dores (1998b), “Transição para a vida adulta dos jovens portugueses”, em *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 121-130.

Guerreiro, Maria das Dores (2000), “Emprego, Família e Actividades Comunitárias: Uma Relação mais Equilibrada para Homens e Mulheres”, Relatório Final do Projecto, CIES/Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

Guerreiro, Maria das Dores (2001), “Emprego em serviços familiares”, *Sociedade e Trabalho*, 12/13, pp. 91-106.

Guerreiro, Maria das Dores e Romão, Isabel (1995), “Famille et Travail au Portugal: La coexistence de différentes dynamiques sociales”, em Tineke Willemsen, Gerard Frinking and Ria Vogels, *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, Tilburg University Press.

Guerreiro, Maria das Dores, Elsa Pegado, Nuno Rodrigues e Sandra Saleiro (2000), *Relações Sócio-Laborais em Micro e Pequenas Empresas*, Lisboa, OEFP.

Guerreiro, Maria das Dores e Vanda Lourenço (2001), *Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar*, 3.^a edição, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Guerreiro, Maria das Dores, Cristina Conceição, Inês Pereira e Sofia Cruz (2002), *Empresas com Boas Práticas de Formação Contínua*, relatório final de projecto, CIES.

Heinz, Walter (1995), “Access to working life in Germany and Britain”, em Alessandro Cavalli e Olivier Galland (orgs.), *Youth in Europe*, cap. 5, Londres, Pinter, pp. 63-78.

Hill, Martha e W. Jean Young (1999), “How has the changing structure of opportunities affected transitions to adulthood?”, em Alan Booth, Ann Crouter e Michael Shanahan (orgs.), *Transitions to Adulthood in a Changing Economy: No Work, No Family, No Future*, cap. 1, Westport, Praeger, pp. 3-39.

Imaginário, Luís (2000), “Educação, formação e trabalho: partilha de responsabilidades sociais”, em *Educação, Formação e Trabalho: Debate Promovido pela Presidência da República*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 105-108.

Instituto Nacional de Estatística (2001), *Estatísticas Demográficas*, Lisboa, INE.

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Censos 2001*, Lisboa, INE.

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Indicadores Sociais*, Lisboa, INE.

Kaufmann, Jean-Claude (1992, 2002), *O Labirinto Conjugal: o Casal e o Seu Guarda-Roupa*, Lisboa, Editorial Notícias.

Kaufmann, Jean-Claude (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.

Kellerhals, Jean e Hughette McCluskey (1988), “Uma tipografia subjectiva do parentesco”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 169-184.

Klein, Naomi (2002), *No Logo: O Poder das Marcas*, 2.^a edição, Lisboa, Relógio d'Água.

Kugelberg, Clarissa (1998), “Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 27, pp. 41-57.

Lalanda, Piedade (2002), “Casar pelo civil ou na igreja”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 39, pp. 69-83.

Lash, Scott e John Urry (1987), *The End of Organized Capitalism*, Blackwell Publishers.

Lash, Scott, Anthony Giddens, Ulrich Beck (2000), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.

Lesemann, Frédéric e Claude Martin (1995), “Estado, comunidade e família face à dependência dos idosos: ao encontro de um *welfare-mix*”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 17, pp. 115-139.

Lewis, Oscar (1961, 1979), *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores.

Lewis, Suzan (1998), “O sentido dos direitos a apoios para a conciliação entre trabalho e vida familiar”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, CIES/Celta, 27, pp. 27-39.

Lewis, Suzan, Janet Smithson, Julia Brannen, Maria das Dores Guerreiro, Clarissa Kugelberg, Ann Nielsen e Pat O'Connor (1999), *Futuros em Suspensão: Jovens Europeus Falam acerca da Conciliação entre Trabalho e Família*, Lisboa, ISCTE.

Lewis, Suzan, Janet Smithson e Clarissa Kugelberg (2002a), “Into work: job insecurity and changing psychological contracts”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 69-88.

Lewis, Suzan, Janet Smithson e Maria das Dores Guerreiro (2002b), “Into parenthood: young people sense of entitlement to support for the reconciliation of employment and family life”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 140-161.

Lindley, Robert (2000), “Economias baseadas no conhecimento: o debate europeu num novo contexto”, em Maria João Rodrigues, Robert Boyer, Manuel Castells, Gøsta Esping-Andersen e Robert Lindley (orgs.), *Para*

uma Europa da Inovação e do Conhecimento: Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social, Oeiras, Celta Editora, cap. 2.

Lopes, João Teixeira (1996), *Tristes Escolas: Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.

Machado, Fernando Luís (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 16, pp. 111-134.

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, em José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

Madureira, César (2000), “A organização neotaylorista do trabalho no fim do século XX”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 32, pp. 152-182.

Maffesoli, Michel (1997), *Du nomadisme: vagabondages initiatiques*, Paris, Librairie Générale Française.

Marry, Catherine (2000), “Filles et garçons à l'école”, em Agnès Van Zanten (org.), *L'école: l'état des savoirs*, Paris, Editions La Découverte, pp. 283-292.

Martins, António Maria (1997), “Sistema de emprego e novos perfis profissionais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 24, pp. 115-139.

Mauritti, Rosário (2002), “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 39, pp. 85-116.

Mauss, Marcel (1950, 1974), *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária.

McRobbie, Angela, e Jenny Garber (1977), “Girls and subcultures”, em Hall, Stuart e Tony Jefferson (orgs.), *Resistance Through Rituals*, Londres, Hutchinson e CCCS.

Mead, Margaret (1928, 1978), *Coming of Age in Samoa: A Study of Adolescence and Sex in Primitive Societies*, Middlesex, Penguin Books.

Mortimer, Joylin, Carolyn Harley e Pamela Aronson (1999), “How do prior experiences in the workplace set the stage for transitions to adulthood”, em Alan Booth, Ann Crouter e Michael Shanahan (orgs.),

Transitions to Adulthood in a Changing Economy: No Work, No Family, No Future, cap. 9, Westport, Praeger, pp. 131-159.

Mozzicafreddo, Juan (2002), “Políticas públicas de concertação social: cidadania e mercado”, *Sociedade e Trabalho*, 12/13, pp. 129-139.

Nilsen, Ann (1998), “Jovens para sempre? Uma perspectiva da individualização centrada nos trajectos de vida”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 27, pp. 59-78.

Nilsen, Ann e Julia Brannen (2002), “Theorising the individual-structure dynamic”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 30-47.

Nilsen, Ann, Maria das Dores Guerreiro e Julia Brannen (2002), “Most choices involve money: different pathways to adulthood”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 162-182.

Nunes, João Sedas (1998), “Perfis sociais juvenis”, em Manuel Vilaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, SEJ/Celta Editora, pp. 1-51.

O’Connor, Pat (1998), “Criação social de problemas e soluções ao estilo irlandês: uma sociedade em transição”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 27, pp. 79-95.

O’Connor, Pat, Janet Smithson e Maria das Dores Guerreiro (2002), “Young people’s awareness of gendered realities”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 89-115.

Oppenheimer, Valerie e Alisa Lewin (1999), “Career development and marriage formation in a period of rising inequality: who is at risk? what are their prospects?”, em Alan Booth, Ann Crouter e Michael Shanahan (orgs.), *Transitions to Adulthood in a Changing Economy: No Work, No Family, No Future*, Westport, Praeger, pp. 189-225.

Pais, Elza (1993), “O anúncio do amor: estratégias matrimoniais do mercado paralelo”, *Fórum Sociológico*, 3, pp. 119-134.

Pais, José Machado (1985), “Família, sexualidade e religião”, *Análise Social*, 86, pp. 345-388.

Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Pais, José Machado (1998), “Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?”, em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (org.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, cap. 4, pp. 189-214.
- Pais, José Machado (org.) (1999), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.
- Peixoto, João (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Perista, Heloísa (2002), “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *Análise Social*, XXXVII, 163, pp. 447-474.
- Pinto, José Madureira (2000), “Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais”, *Cadernos Sociais*, 19/20, pp. 5-37.
- Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut (1983), *Les récits de vie*, Paris, PUF.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Prinz, Christopher (1995), *Cohabiting: Married, or Single*, Aldershot, Avebury.
- Pujadas Muñoz, Juan José (1992), *El Método Biográfico: El Uso de las Historias de Vida en Ciencias Sociales*, Cuadernos Metodológicos (5), Madrid, CIS.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1988, 1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Coleção Trajectos, Lisboa, Gradiva.
- Ramos, Elsa (2002), *Rester Enfant, Devenir Adulte: La Cohabitation des étudiants chez leurs parents*, Paris, L’Harmattan.
- Rebello, Glória (1999), *A (In)Adaptação no Trabalho: uma Perspectiva Sociorganizacional e Jurídica*, Oeiras, Celta Editora.
- Reich, Robert (1991, 1993), *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores.

Reis, José (2001), “A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-económicos e o simples funcionamento dos sistemas complexos”, em Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, cap. 2, pp. 109-134.

Rodrigues, Julieta de Almeida (1983), “Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares”, *Análise social*, XIX (77-78-79), pp. 909-938.

Rodrigues, Maria de Lurdes (1990), “Mulheres ‘patrão’ e o dualismo do mercado de trabalho: análise de dados estatísticos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 63-80.

Rodrigues, Maria João (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal: Crises e Mutações*, Lisboa, D. Quixote.

Santos, Boaventura Sousa (2001), “Os processos da globalização”, em Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, cap. 1, pp. 31-106.

Santos, Félix Riquena (1989), *Amigos y Redes Sociales: Elementos para una Sociología de la Amistad*, Colección Monografías, 139, Madrid, CIS/Siglo Veintiuno.

Seabra, Teresa (1999), *Educação nas Famílias: Etnicidade e Classes Sociais*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Sebastião, João (1998), “Os dilemas da escolaridade”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 311-328.

Sennett, Richard (1998, 2000), *A Corrosão do Carácter: As Consequências Sociais do Trabalho no Novo Capitalismo*, Lisboa, Terramar.

Silva, Cristina Gomes da (1999), *Escolhas Escolares, Heranças Sociais*, Oeiras, Celta Editora.

Silva, Pedro Adão e (2002), “O modelo de *welfare* da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade de um conceito”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 38, pp. 25-59.

Singly, François de (1984), “Les manoeuvres de séduction: une analyse des annonces matrimoniales”, *Revue française de sociologie*, XXV, pp. 523-559.

Smith, Michael (2000), “Modernization, Globalization and the Nation-State”, em Anthony McGrew e Paul Lewis (orgs.), *Global Politics: Globalization and the Nation-State*, Cambridge, Polity Press, pp. 253-268.

Smithson, Janet, Suzan Lewis e Maria das Dores Guerreiro (1998), “Percepções dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 27, pp. 97-113.

Smithson, Janet e Julia Brannen (2002), “Qualitative methodology in cross-national research”, em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge, pp. 11-29.

Soete, Luc (2000), “A economia baseada no conhecimento num mundo globalizado”, em Maria João Rodrigues, Robert Boyer, Manuel Castells, Gøsta Esping-Andersen e Robert Lindley (orgs.), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento: Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social*, Oeiras, Celta Editora, cap. 1, pp. 3-31.

Stoleroff, Alan e Reinhard Naumann (1993), “A sindicalização em Portugal: a sua medida e a sua distribuição”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 14, CIES/Celta.

Torres, Anália (1996a), *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.

Torres, Anália (1996b), “Família”, em J. Ferreira de Almeida e outros, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Loures, Câmara Municipal de Loures.

Torres, Anália (1997), “Casar? Porque não? Práticas e perspectivas dos jovens portugueses sobre o casamento e a família”, em José Machado Pais e Lynne Chrisholm (orgs.), *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso: “Growing up between centre and periphery”, ICS.

Torres, Anália e Francisco Silva (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, CIES/Celta Editora, pp. 9-65.

Torres, Anália (2002), *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.

Vasconcelos, Pedro (1998), “Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses”, em Manuel Villaverde Cabral e

José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta, pp. 215-305.

Vasconcelos, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 507-544.

Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

Vilar, Duarte e Ana Micaela Gaspar (1999), “Traços redondos (a gravidez em mães adolescentes)”, em José Machado Pais (org.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar.

Wall, Karin (1998), “Políticas Familiares na União Europeia” em Maria das Dores Guerreiro, *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, CIES/ISCTE.

Wall, Karin et al (2001), “Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality”, *Journal of European Social Policy*, vol. 11 (3).

Waters, Malcolm (1995), *Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

Weber, Max (1922, 1971), *Économie et société*, Paris, Plon.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Ministério do Trabalho
e da Solidariedade Social

C I T E

COMISSÃO PARA A IGUALDADE
NO TRABALHO E NO EMPREGO

equal
“de igual para igual”